



EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026
(Processo Administrativo nº 19239/2025)

A Prefeitura Municipal de LAURO DE FREITAS/BA, com base no Parecer Jurídico, emitido pela Procuradoria Geral do Município, favorável a legalidade e possibilidade do procedimento, torna público que, através da sua Pregoeira **ERIVANA BRAGA DE SOUZA**, designada pelo Decreto Municipal nº 5.533/2025, que realizará a licitação, na modalidade de Pregão Eletrônico, tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, cujo objeto é executada pelo regime de **ATA DE REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) PARA EXECUÇÃO, SOB DEMANDA, DE SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE SOLUÇÕES VOLTADAS À SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO, CONECTIVIDADE DE REDES (COM E SEM FIO) E CIBERSEGURANÇA. A CONTRATAÇÃO ABRANGERÁ A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E FORNECIMENTO ATRAVÉS INFRAESTRUTURA COMO SERVIÇO, DE TECNOLOGIAS DESTINADOS À PROTEÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE TI DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS. O ESCOPO INCLUI O DESENVOLVIMENTO E FORNECIMENTO DE PROJETO EXECUTIVO COMPLETO, CONTEMPLANDO HARDWARE E SOFTWARE NECESSÁRIOS À IMPLEMENTAÇÃO DAS SOLUÇÕES DE SEGURANÇA; FORNECIMENTO DE SUBSCRIÇÕES PARA SOFTWARES E SERVIÇOS DE CIBERSEGURANÇA; INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DOS SISTEMAS E EQUIPAMENTOS; SUPORTE TÉCNICO LOCAL E REMOTO PARA TODAS AS SOLUÇÕES IMPLANTADAS; CAPACITAÇÃO ESPECIALIZADA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS; E O FORNECIMENTO DE DEMAIS INSUMOS NECESSÁRIOS AO PLENO FUNCIONAMENTO DAS SOLUÇÕES CONTRATADAS, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, pela Lei Complementar Federal nº 123/2006 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal nº 8.078/90, Decreto Municipal nº 5.444/2025 e suas alterações, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas disposições deste Edital e de seus Anexos, normas que as licitantes declaram conhecer e a elas se sujeitarem incondicional e irrestritamente.**

- 1.1 INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 25/02/2026 às 09 horas.
- 1.2 LOCAL: SÍTIO ELETRÔNICO: <https://www.licitanet.com.br/>
- 1.3 OBSERVAÇÃO: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio eletrônico oficial <https://www.licitanet.com.br/> e Diário Oficial.
- 1.4 Somente poderão participar da Sessão Pública, etapa de lances, as empresas que apresentarem Propostas através do site descrito no item 1.2.

2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 2.1. O Pregão será realizado em sessão pública, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação- INTERNET, utilizando-se, para tanto, métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do certame.
- 2.2. Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) Pregoeiro(a) responsável, ou por seu suplente, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema “LICITANET”, observados os procedimentos estabelecidos no manual técnico operacional disponível no sítio eletrônico em [https://portal.licitanet.com.br/no menu ajuda/manuais](https://portal.licitanet.com.br/no%20menu%20ajuda/manuais) ou pelo telefone (34)2512-6500 opção 2.

3. CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

- 3.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente cadastrado na plataforma da LICITANET, podendo ser realizado através do site <https://www.licitanet.com.br/fornecedor> ou pelo telefone (34) 2512-6500 opção 2.
- 3.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.5 Não poderão disputar esta licitação:
 - 3.5.1. Aquele que não atenda às condições do Edital e seu(s) anexo(s).
 - 3.5.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 3.5.3. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão da Ata, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 3.5.4. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;



3.5.5. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.5.6. Agente público do órgão ou entidade licitante.

3.6.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.5.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução da Ata agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

3.5.9. O impedimento de que trata o item 3.6.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

3.5.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021;

4. CREDENCIAMENTO E ACESSO NA PLATAFORMA LICITANET

4.1 Somente poderão participar deste Pregão Eletrônico, via internet, toda e qualquer Pessoa Jurídica cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://licitanet.com.br/>

4.1.1. Os licitantes interessados deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet.

4.1.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site <https://licitanet.com.br/>.

4.1.3. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do(a) licitante, ou de seu(ua) representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão Eletrônico.

4.2. O uso da senha de acesso pelo(a) licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu (ua) representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou ao Município de Lauro de Freitas/BA, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros.

4.2.1. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.

4.3. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o(a) licitante às sanções.

4.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da licitante ou de seu representante legal pelos atos praticados e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes à licitação.

4.5. A licitante responsabiliza-se formalmente por todas as transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do Município de Lauro de Freitas/BA por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.6. Constitui exclusiva responsabilidade da licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, assumindo o ônus da perda de negócios decorrente da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.7. Para participar deste Pregão Eletrônico, o(a) licitante deverá estar credenciado no Sistema "PREGÃO ELETRÔNICO" através do site <https://licitanet.com.br/>.

4.8. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema.

4.9. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal do(a) licitante ou de seu(ua) representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.10 O(A) licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu(ua) representante, excluída a responsabilidade do provedor do Sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5. DO CADASTRO E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA NA PLATAFORMA

5.1 Os(As) licitante(s) encaminharão, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico <https://licitanet.com.br/>), proposta com a descrição detalhada do objeto ofertado, incluindo quantidade, preço e a marca (conforme solicita o sistema), até a data e o horário limite de início da Sessão Pública, **horário de Brasília**.

5.1.1 A licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema até a abertura da sessão pública.



5.2. Como requisito para a apresentação da proposta, **a licitante declarará**, em campo próprio do sistema, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica e na Lei Federal nº 14.133/2021:

- 5.2.1. o cumprimento dos requisitos para a habilitação;
- 5.2.2. a conformidade de sua proposta com as exigências deste edital;
- 5.2.3. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 5.2.4. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 5.2.5. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.3 A falsidade da declaração de que trata o item 5.3 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.4 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.5. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.6. Em sua proposta eletrônica, a licitante deverá:

- 5.6.1. informar o preço unitário; para o(s) qual(is) pretende concorrer, de acordo com o Anexo I.
 - 5.6.1.1. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, em algarismos e devem ser adequados aos praticados no mercado na data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária e devem incluir todos os custos diretos, indiretos e despesas, necessários ao fornecimento do objeto, inclusive frete. O preço ofertado será irrevogável e constituirá a única e completa remuneração pelo cumprimento do objeto deste certame, não sendo aceitos pleitos de acréscimos nos preços, a qualquer título.
- 5.6.2. evitar a aposição de sinal ou qualquer outro elemento que possibilite a identificação da licitante antes do encerramento da etapa de lances, sob pena de desclassificação.

5.7. A licitante ainda poderá, no momento do cadastramento da proposta eletrônica, parametrizar o seu valor final mínimo, obedecendo as seguintes regras:

- 5.7.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;
- 5.7.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o 5.8.1;
- 5.8.3. o valor final mínimo poderá ser alterado pela licitante durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pela licitante no sistema;

5.8 Independente dos termos firmados no sistema eletrônico, é imprescindível que o licitante arrematante apresente todas as declarações exigidas no edital.

5.9. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou cadastradas pelo pregoeiro no sistema ou pela sua desconexão.

5.10. No preenchimento das informações no Sistema, quando do cadastro da proposta de preço, previamente à sessão pública de lances, é vedada a identificação da licitante, ou seja, não será admitida a veiculação do nome da empresa ou de seus representantes, utilização de material timbrado ou qualquer outro meio que facilite a identificação do licitante, sob pena de desclassificação.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E FASE DE ENVIO DE LANCES

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O pregoeiro classificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente no sistema, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, com acompanhamento em tempo real por todos os licitantes.

6.2.1. Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

6.3. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.4. Os lances formulados deverão indicar o **MENOR PREÇO GLOBAL**.

6.5. Poderá ser fixado intervalo mínimo de tempo a ser observado entre as ofertas de lances.



6.6. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior, conforme o caso, ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.7. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema eletrônico, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.

6.7.1 O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado no sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto nos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **R\$ 1.000,00 (mil reais)**.

6.8 Não serão aceitos dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.9 Durante o transcurso da etapa de lances, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance/percentual de desconto registrado, vedada a identificação da detentora do lance.

6.10 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, a não ser em situação devidamente justificada e aceita pelo Pregoeiro, sujeitando-se a licitante às penalidades.

6.11 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"ABERTO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

6.11.4 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá a Pregoeira, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

6.12 Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 6.11.1; 6.11.2 e 6.11.3, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

6.13 No caso de desconexão com o responsável pela licitação, no decorrer da etapa competitiva do certame, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, sem prejuízo dos atos realizados.

6.14 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7. DA NEGOCIAÇÃO DA PROPOSTA

7.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao percentual de desconto definido para a contratação ou tenha apresentado o melhor preço, o responsável pela licitação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.1.1 Será aberto um prazo de 10 (dez) minutos, após o encerramento da fase de lances para a referida negociação com a empresa arrematante.

7.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, com o mesmo prazo estabelecido no subitem 8.1.1, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.1.3 A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.1.4 O resultado da negociação será registrado e divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.2. Quando comparecer uma única licitante ou houver apenas uma proposta válida, caberá ao(à) Pregoeiro(a) verificar a aceitabilidade do preço ofertado, podendo negociar condições mais vantajosas.

8. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

8.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, e após negociação, o pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado, à compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação.



8.2 A licitante provisoriamente arrematante deverá enviar a proposta escrita por meio do sistema eletrônico, no prazo de **02 (duas) horas úteis** subsequente ao da solicitação do Pregoeiro no sistema, prorrogável por igual período, por solicitação justificada da licitante ou de ofício pelo Pregoeiro quando constatada a insuficiência do prazo estabelecido.

8.2.1 No caso de licitação em que o procedimento exija apresentação de planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, estas deverão ser encaminhadas pelo sistema com os respectivos valores readequados juntamente com a proposta escrita conforme modelo em anexo a este edital, sob pena de não aceitação da proposta.

8.2.2.A apresentação da Proposta Comercial implica na aceitação plena e total das condições deste Edital, sujeitando o licitante às sanções previstas na legislação vigente.

8.2.3 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta da licitante provisoriamente arrematante.

8.2.4 Ficam os interessados cientes da necessidade de atender aos prazos aqui fixados, ainda que tal lhe seja facultado.

8.2.5 Em obediência Princípio da isonomia entre os licitantes, após transcorrido o prazo de que trata o item 9.2, não serão considerados, para fins de análise, sob qualquer alegação, o envio da Proposta de Preços ou de qualquer outro documento complementar ou retificador (salvo aqueles que vierem a ser requeridos por diligência sendo realizado pelo(a) Pregoeiro(a) a convocação do próximo licitante tendo em vista a Ordem de Classificação.

8.2.6 Os documentos inseridos no sistema que estiverem corrompidos serão considerados como inexistentes. Não serão aceitos links de serviços de armazenamento de arquivos em substituição ao envio dos documentos solicitados no item 9.2 deste edital.

9. DA PROPOSTA DE PREÇOS

9.1 O Licitante deverá anexar junto à sua proposta de preços declaração de elaboração independente de proposta e de inexistência de impedimento à participação no certame, conforme modelo integrante deste Termo de Referência.

9.2. Além do documento de que trata o subitem 10.1, o Licitante deverá anexar junto à proposta de preços:

- a) Prospecto com as características técnicas de todos os componentes dos equipamentos, incluindo especificação de marca, modelo e outros elementos que, de forma inequívoca, identifiquem e comprovem as configurações cotadas, possíveis expansões e upgrades, através de certificados, manuais técnicos, folders e demais literaturas técnicas editadas pelos fabricantes. Serão aceitas cópias das especificações obtidas em websites dos fabricantes na Internet, em que conste o respectivo endereço eletrônico;
- b) Indicação exata do modelo de equipamento ofertado, no Sistema Eletrônico de Disputas e na Proposta de Preços, sendo os respectivos catálogos obrigatoriamente de domínio público, ou seja, deverão estar publicados no website do fabricante, comprovando todos os recursos e funcionalidades mínimas exigidas para os equipamentos que irão integrar as características técnicas solicitadas no Anexo I;
- c) Indicação de site na WEB para transferência de arquivos de configuração (manuais e atualizações de firmware); e
- d) Planilha detalhada, ponto a ponto, indicando a página e o capítulo dos documentos técnicos que comprovam o atendimento a cada um dos itens da especificação.

9.2.1 Os manuais e demais documentos técnicos apresentados pela Licitante deverão conter informações detalhadas sobre a solução proposta, não sendo aceitos documentos técnicos que consistam em cópias de trechos do edital ou que apenas reproduzam as exigências contidas neste. Os documentos apresentados devem ser originais, detalhados e demonstrar de forma clara o atendimento às especificações técnicas exigidas, com informações específicas e pertinentes à solução proposta.

9.2.2 Caso não seja a fabricante dos equipamentos ofertados, a Licitante deverá apresentar, juntamente com a proposta comercial, uma declaração fornecida pelo fabricante dos equipamentos, em papel timbrado e firmado pelo representante legal no Brasil, informando que a Licitante é sua revenda autorizada e que está apta a efetuar a instalação e dar suporte aos equipamentos objeto deste processo licitatório.

9.2.3 As exigências contidas no subitem 10.2 deste Termo de Referência têm objetivo de resguardar os interesses da Contratante, comprovando a aptidão da Contratada para realizar o serviço de suporte, bem como garantindo o acesso a atualizações corretivas e evolutivas disponibilizadas pelo fabricante durante o curso do prazo de vigência do contrato.



9.3 Da Vistoria

9.3.1 A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 17 horas.

9.3.2 Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

9.3.3 Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

9.3.4 A Licitante deverá agendar a vistoria técnica até 03 (três) dias úteis antes da realização da sessão pública de disputa, através do e-mail **dtic.secad@laurodefreitas.ba.gov.br**.

9.3.5 A comprovação da visita será feita através da emissão, pela Prefeitura de Lauro de Freitas, de Declaração de Vistoria Técnica.

9.3.6 Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.3.7 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

10. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1 O pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

10.1.1. A consulta realizar-se-á em nome da licitante e também de eventual matriz ou filial e de seus sócios majoritários.

10.1.2. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado desclassificado, por falta de condição de participação.

10.2 Será desclassificada a proposta arrematante que:

10.2.1. contiver vícios insanáveis;

10.2.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

10.2.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

10.2.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

10.2.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

10.3 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta, podendo a planilha ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

10.3.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

10.4 Para fins de comprovação de **exequibilidade**:

10.4.1. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

10.4.1.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o subitem 11.3.1, só será considerada após diligência do responsável pela licitação, que comprove:

a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta;

b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

10.4.1.2. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

10.5. Em licitação para contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima e daqueles presentes no Termo de Referência, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o que segue:

10.5.1. Para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado no edital, conforme as especificidades do mercado correspondente (art. 59, §3º da Lei nº 14.133, de 2021).

10.5.2. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução (art. 59, §4º da Lei nº 14.133, de 2021).



10.5.3. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei nº 14.133, de 2021 (art. 59, §5º da Lei nº 14.133, de 2021).

10.6. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, o responsável pela licitação poderá colher manifestação escrita do setor requisitante do objeto licitado ou da área especializada nesse objeto.

11. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 Será adotado o Sistema de Registro de Preços, haja vista a conveniência da aquisição com previsão de serem de forma parcelados conforme a necessidade, visando minimizar os riscos de desabastecimento e reduzir os custos necessários. Pois, esse possui uma vasta gama de vantagens, principalmente ao permitir a evolução significativa do planejamento das atividades de infraestrutura da Administração

11.1.1 Ademais, a opção pelo Sistema de Registro de Preço originário de Pregão Eletrônico, é a mais viável, pois possui características vantajosas para a administração pública, por exemplo o fato da existência de facultatividade na contratação dos produtos e serviços do objeto licitado, sendo assim, a Administração tem a discricionariedade de agir conforme suas necessidades, podendo flexibilizar suas despesas, com a devida adequação aos recursos disponíveis. Nesse sentido, justifica-se ainda a motivação para utilização do Sistema de Registro de Preços em razão da demanda ser eventual e futura, sendo utilizado o registro de acordo com a necessidade dos serviços demandados, levando em consideração o desgaste natural. Outro ponto que merece destaque é o emprego de recursos financeiros somente para o atendimento imediato da demanda.

11.2 Após o julgamento da proposta e a homologação do certame será lavrada a Ata de Registro de Preços, assinada pela autoridade competente e pelas licitantes vencedoras.

11.2.1 A Ata de Registro de Preços discriminará todos os itens que compõem o objeto licitado, com os respectivos preços unitários e totais, ficando esclarecido que a contratação das aquisições obedecerá à conveniência e às necessidades da Administração, que não se obriga a requisitar todas as quantidades registradas.

11.2.2 A Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade, da Administração Pública Municipal ou de outros entes federativos, que não tenha participado do certame licitatório, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.

11.2.3 O beneficiário do registro de preços, após a convocação formal por parte do órgão gerenciador do sistema, manifestará interesse em atender ou não à nova solicitação de acréscimo, desde que não comprometa o fornecimento das quantidades já registradas.

11.2.4 As aquisições adicionais a que se refere o item 11.2.1 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

11.2.5 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o item 11.2.1 não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

11.2.6 Caberá ao fornecedor ou prestador beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação decorrente de adesão, o que fará no compromisso de não prejudicar as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.

11.2.7 Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.

11.3 A CONTRATANTE formalizará seu pedido de fornecimento por meio de contrato ou instrumento equivalente.

11.4 A existência de preços registrados em Ata de Registro de Preços vigente não obriga a Administração a efetuar contratações unicamente com aquelas empresas beneficiárias do registro, cabendo-lhes, no entanto, a preferência na contratação em igualdade de condições.

11.5 Dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados ficarão obrigadas à prestação dos serviços, observadas as condições do Termo de Referência (ANEXO I) e da própria Ata de Registro de Preços (Anexo VI).

11.6 As empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados se obrigam a manter, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas neste Edital.

11.7 O Órgão Gerenciador acompanhará a evolução das condições de mercado dos preços registrados.

11.8 Os preços registrados serão considerados compatíveis com os de mercado se forem iguais ou inferiores à média daqueles apurada em pesquisa.



11.9 Sendo o preço registrado na Ata de Registro de Preços superior à média de preços do mercado, o Órgão Gerenciador solicitará, mediante correspondência, novas propostas de preço às empresas beneficiárias do registro.

11.10 Caso os novos preços propostos permaneçam superiores à média dos preços de mercado apurada em pesquisa, o fato será registrado nos autos do processo, promovendo-se a contratação da aquisição por meio de nova licitação, assegurada às empresas beneficiárias do registro a preferência na contratação quando o menor preço/menor desconto obtido no certame for igual ao registrado.

11.11 Caso os preços registrados e os obtidos em nova licitação permaneçam superiores à média de preços de mercado apurada em pesquisa, poderá ser feita a contratação direta, com dispensa de licitação, nos termos do art. 75, inciso III, alínea "b", da Lei Federal nº 14.133/2021.

12. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

12.1.1 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133 de 2021;

12.1.1.1 em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

12.1.2 serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

12.2 MODELO DE GESTÃO DA ATA

12.2.1 A ata deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

12.2.2 A execução da ata deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) da ata, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

12.2.3 O fiscal da ata anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução da ata, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

12.2.4. O fiscal da ata informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

12.2.5. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o serviço da ata em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de técnicas nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

12.2.6 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução da ata, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

12.2.7 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da ata (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

12.2.8 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto da ata (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

12.2.9 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.2.10 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

12.2.11 Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação de regularidade da empresa.

12.2.12 Serão exigidas as certidões conforme art. 68 da lei 14133 de 2021.

13. FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

13.1 As Atas de Registro de Preço serão firmadas entre Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas e as licitantes vencedoras.



13.1.1 Serão incluídos na Ata de Registro de Preços os licitantes que aceitarem cotar os serviços em preços iguais ao do licitante vencedor na sequência de classificação da licitação, bem como do licitante que mantiver sua proposta original, conforme o inciso VI do § 5º do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.2 As licitantes vencedoras terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços.

13.3 A recusa injustificada das licitantes vencedoras em assinar a Ata de Registro de Preços, dentro do prazo estabelecido, caracterizará o descumprimento total das obrigações assumidas, reservando-se a Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas o direito de, independentemente de qualquer aviso ou notificação, realizar nova licitação ou convocar as licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, prevalecendo, neste caso, as mesmas condições da proposta da primeira classificada, inclusive quanto ao preço.

13.4 As licitantes remanescentes convocados na forma do item 14.3, que não concordarem em assinar a Ata de Registro de Preços, não estarão sujeitas às penalidades mencionadas no item 24.

13.5 O órgão gerenciador poderá admitir a inclusão superveniente de novas empresas para os itens constantes da ata de registro de preços, desde que observadas as condições estabelecidas no edital, a ordem de classificação constante da ata e as condições oferecidas pelo primeiro colocado da licitação.

13.5.1 A admissão de novas empresas referida no item 14.5 deve ser publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Diário Oficial do Município de Lauro de Freitas/BA, e será permitida nas seguintes hipóteses:

- a) quando, por peculiaridades de mercado, o quantitativo total estimado não for atingido no momento da licitação;
- b) quando o quantitativo total estimado sofrer acréscimo decorrente da ocorrência de fato superveniente devidamente justificado pela autoridade competente do órgão gerenciador.

13.5.2 A inserção de novos fornecedores para o item registrado ocorrerá mediante admissão, submetida à concordância dos demais fornecedores, que deverão se pronunciar, obrigatoriamente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, mediante a apresentação de documento devidamente formalizado por representante legal da empresa com poderes “ad judícia” e “ad negocia”.

14. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

14.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

14.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

14.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021;

14.1.4 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação, sendo o IPCA;

14.1.5 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

14.2. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

14.2.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.



14.3 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 0 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

14.4 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

14.5 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- Por razão de interesse público;
- A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

15. DA HABILITAÇÃO

15.1 Divulgado o julgamento das propostas de preços na forma prescrita neste Edital, passar-se-á à fase de habilitação.

15.2. O cumprimento dos requisitos de habilitação e a validade dos documentos serão averiguados relativamente à data de sua apresentação, após solicitação do(a) Pregoeiro(a) no sistema.

15.3. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser apresentados em formato digital apenas pela licitante provisoriamente arrematante, por meio do sistema eletrônico, preferencialmente de forma ordenada sequencialmente por item de habilitação, de modo a facilitar sua análise, no prazo de até **02 (duas) horas úteis subsequente ao da solicitação do(a) Pregoeiro(a) no sistema.**

15.4 Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação das licitantes convocadas para sua apresentação.

15.5. Para efeito de validade dos documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista e certidão negativa de falência ou recuperação judicial/extrajudicial, se outro prazo não constar de ato normativo ou do próprio documento, será considerado o período de 90 (noventa) dias após sua emissão.

15.6. Os documentos inseridos no sistema que estiverem corrompidos serão considerados como inexistentes. Não serão aceitos links de serviços de armazenamento de arquivos em substituição ao envio dos documentos solicitados no item 16.7. deste edital.

15.7 Dos documentos que compõem a habilitação:

15.7.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

15.7.1.1 Empresário individual: inscrição no registro público de empresas mercantis;

15.7.1.2 Microempreendedor individual – MEI: certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

15.7.1.3 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal ou sociedade identificada como empresa individual limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, com suas eventuais alterações supervenientes em vigor, devidamente registrados, acompanhados, quando for o caso, dos documentos societários comprobatórios de eleição ou designação e investidura dos atuais administradores;

15.7.1.4 Sociedades simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, com suas eventuais alterações supervenientes em vigor, devidamente registrados, acompanhados dos atos comprobatórios de eleição e investidura dos atuais administradores;

15.7.1.5 Empresa ou sociedade estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, observando-se a Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020, quando a atividade assim o exigir; e

15.7.1.6 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

15.7.1.7 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



15.7.2 HABILITAÇÕES FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

15.7.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

15.7.2.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do prestador de serviço, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

15.7.2.3 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do prestador de serviço, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

- c.1) Caso o licitante seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

15.7.2.4 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social.

15.7.2.5 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

15.7.2.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e

15.7.2.7 As microempresas e empresas de pequeno porte, beneficiárias do tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar no 123/06, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

15.7.2.8 O prestador de serviço enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

15.7.2 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

15.7.3.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data de expedição ou revalidação dos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da realização da licitação, caso o documento não consigne prazo de validade;

15.7.3.2 Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)

Solvência Geral (SG) = (Ativo Total)/(Passivo Circulante + Passivo não Circulante)

Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante)

15.7.3.2.1 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo, correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

15.7.3.2.2 Na hipótese de licitação por lotes, o patrimônio líquido exigível será calculado em função da soma de tantos quantos forem os lotes em que a interessada tenha apresentado as melhores ofertas.

15.7.3.2.3 O balanço patrimonial, a demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício, caso a pessoa jurídica tenha sido constituída há menos de 2 (dois) anos (art. 69, §6º da Lei nº 14.133, de 2021);

15.7.3.2.4 O balanço patrimonial e demonstrações contábeis podem ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

15.7.3.2.5 O licitante apresentará o balanço patrimonial e demonstração de resultado mediante, conforme o caso, publicação no Diário Oficial ou Jornal de Grande Circulação, cópia reprográfica das páginas do Livro Diário numeradas sequencialmente onde eles foram transcritos, com os respectivos Termos de Abertura e Encerramento registrados na Junta Comercial; emissão extraída do Sistema Público de Escrituração Digital –SPED, contendo Recibo de Entrega do Livro, os Termos de Abertura, Encerramento e Autenticação; e



15.7.3.2.6 O atendimento dos índices econômicos previstos neste subitem será atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor (art. 69, §1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

15.7.3.3 Na licitação por lotes, quando for atingido o limite da capacidade econômico-financeira do licitante, esta será declarada inabilitada para o(s) lote(s) subsequentes, observada a ordem sequencial dos lotes constante do instrumento convocatório, sendo vedada a escolha, pelo licitante, dos lotes para os quais deseja a habilitação.

15.7.3.4 Na hipótese de participação de pessoas jurídicas em consórcio, se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, para fins de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo no percentual de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

15.7.4 OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:

a) Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

15.7.5 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

15.7.5.1 A Licitante deverá apresentar atestado(s) emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem **capacidade operacional** na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, incluindo instalação e configuração e todo suporte devido durante a vigência contratual. Para tanto, exige-se um ou mais atestados cujo o somatório seja no mínimo 30% do quantitativo total estimado. Este percentual se justifica em razão da necessidade de comprovação da capacidade técnico operacional da licitante.

15.7.5.1.1 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

15.7.5.1.2 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

15.7.5.2 A Licitante deverá apresentar documento contendo a indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação ou da contratação direta, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

15.7.5.2.1 A Licitante deverá indicar a existência de pessoal técnico, no mínimo 04 (quatro) profissionais, certificados pelo fabricante dos equipamentos, aptos a instalar, configurar e manter os itens ofertados.

15.7.5.3 A Licitante deverá apresentar declaração de que tomou conhecimento de todas as informações e, quando exigido, das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação ou da contratação direta, preferencialmente conforme modelo anexo ao Termo de Referência.

15.7.5.3.1 Caso a Licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no subitem 16.7.5.3 por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, preferencialmente conforme modelo anexo a este Termo de Referência.

15.7.5.4 Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:

- a) *Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas; e*
- b) *Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.*



15.7.5.5 Na hipótese do subitem 16.7.5.1.1, para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.

15.7.5.6 O prestador de serviço disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

15.7.5.7 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação ou da contratação direta deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (art. 65, §1º da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

15.7.5.8 Regras acerca da participação de matriz e filial:

- a) *Se o Licitante for a matriz, todos os documentos devem estar em nome da matriz;*
- b) *Se o Licitante for filial, todos os documentos devem estar em nome da filial, exceto aqueles que a legislação permita ou exija a emissão apenas em nome da matriz;*
- c) *A comprovação de capacidade operacional para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação ou da contratação direta poderá ser feita em nome da matriz ou da filial; e*
- d) *Se o Licitante participar do certame apresentando os documentos de habilitação e qualificação da matriz e desejar executar o contrato pela filial, ou vice-versa, deverá fazer prova, por ocasião da assinatura do contrato, da regularidade do estabelecimento que executará o objeto licitado, a qual deverá ser mantida durante todo o curso da avença.*

15.7.5.9 Regras acerca da participação de consórcio:

- a) *A habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado; e*
- b) *Na hipótese de o consórcio não ser formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, para fins de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo no percentual de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.*

15.7.5.10 Certificado de Registro Cadastral (CRC) ou Certificado de Registro Simplificado (CRS) poderá substituir os documentos de habilitação, na forma indicada neste Termo de Referência.

15.7.5.11 Caso conste do registro algum documento vencido, a Licitante deverá apresentar a versão atualizada do referido documento junto aos demais documentos de habilitação.

15.7.5.12 A substituição dos documentos está condicionada à verificação da regularidade destes, mediante a emissão do extrato do fornecedor pela Administração.

15.7.5.13 O Certificado de Registro Cadastral (CRC) ou Certificado de Registro Simplificado (CRS), estando no prazo de validade, poderá substituir os documentos relativos à habilitação constantes do sistema, exceto os concernentes à Qualificação Técnica.

15.7.6 PROVA DE CONCEITO (POC)

15.7.6.1 A empresa vencedora da fase de habilitação deverá realizar Prova de Conceito (PoC), em ambiente controlado definido pela Administração Pública, com o objetivo de demonstrar, de forma prática, a eficácia, desempenho e conformidade dos equipamentos e serviços ofertados, em relação às especificações técnicas deste Termo de Referência.

15.7.6.2 A PoC deverá ser realizada para demonstrar as funcionalidades exigidas no CADERNO DE TESTE, devendo ser realizada para os equipamentos conforme tabela:

TIPO DA SOLUÇÃO	DESCRIÇÃO
-----------------	-----------



Solução de Segurança Cibernética Distribuída NGFW – Tipo I, II e III	Deve ser realizada prova de conceito para no mínimo 01 equipamento deste grupo
Ativo de Rede Wired – Tipo I, II, III, e IV	Deve ser realizada prova de conceito para no mínimo 01 equipamento deste grupo
Ativo de Rede Wireless – Indoor e Outdoor	Deve ser realizada prova de conceito para no mínimo 01 equipamento deste grupo

15.7.6.3 A PoC deverá contemplar os requisitos exigidos no caderno de teste, tendo o prazo máximo para a execução da PoC será de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da convocação formal, podendo ser prorrogado a critério da Administração.

15.7.6.4 A contratada deverá disponibilizar, sem ônus adicional, todos os recursos humanos, equipamentos, softwares, licenças temporárias e demais insumos necessários para a realização da PoC.

15.7.6.5 A aprovação da PoC pela equipe técnica da Administração será condição indispensável para a assinatura contratual. Caso a solução não atenda aos critérios técnicos estabelecidos, a Administração poderá convocar a licitante classificada em posição subsequente.

15.7.6.6 Ambiente de execução da POC

15.7.6.6.1 A prova de conceito (POC) deverá ser realizada de forma presencial.

15.7.6.6.2 A Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas providenciará a instalação e configuração de um ambiente adequado para a apresentação da PoC.

15.7.6.6.3 Antes da demonstração, o ARREMATANTE deverá preparar o ambiente para execução, além de fornecer a relação de hardware e software utilizado e as informações das configurações que foram realizadas.

15.7.6.7 Preparação para a POC

15.7.6.7.1 O ARREMATANTE utilizará a rede do PMLF para realização da PoC.

15.7.6.7.2 O ARREMATANTE deverá instalar e configurar todos os equipamentos necessários para a realização da PoC, tornando-os plenamente operacionais.

15.7.6.7.3 Os procedimentos de Preparação e de Realização da PoC deverão ser executados na ordem estabelecida ou conforme orientação pela CONTRATANTE no momento.

15.7.6.8 Prazo e tempo para realização da PoC

15.7.6.8.1 No dia agendado, o ARREMATANTE terá das 8h00min às 12h e das 14 às 18 as instalações e adequações necessárias dos seus equipamentos na Infraestrutura Física para Realização do PoC.

15.7.6.9 Testes da PoC

15.7.6.9.1 A Prova de Conceito (POC) - Teste de Conformidade - permitirá a averiguação prática das funcionalidades e características do produto e sua real compatibilidade com os requisitos constantes no CADERNO DE POC, na qual a licitante de menor preço deverá atender 100% dos itens relacionados.

15.7.6.9.2 A licitante arrematante do menor preço deverá realizar a demonstração prática dos requisitos tecnológicos e/ou simulações solicitadas do uso da solução. Durante a demonstração, a equipe técnica designada pelo CONTRATANTE, solicitará diretamente para licitante vencedora do menor preço os requisitos a serem comprovados em acordo ao CADERNO DE TESTES. A licitante vencedora fará a demonstração dirigida para equipe técnica. Ao final da demonstração a equipe técnica anotará em relatório técnico se julga atendido ou não atendido a demonstração.

15.7.6.9.3 As dúvidas e/ou necessidades de esclarecimentos deverão ser formalizadas por escrito pelo representante das empresas interessadas e encaminhadas para a equipe técnica designada pelo CONTRATANTE, que avaliará a pertinência dela, onde caso julgue necessário, solicitará a empresa licitante vencedora para responder ao questionamento.

15.7.6.9.4 Não será permitido durante a realização da prova de conceito o uso de apresentações em slides ou vídeos quando tratarem da confirmação das especificações funcionais.

15.7.6.9.5 O resultado dos testes será apresentado no prazo de até 2 (dois) dias úteis, a contar do dia seguinte ao final da Prova de Conceito.

15.7.6.10 O resultado terá a seguinte categorização:



- 15.7.6.10.1 CLASSIFICADA: os testes comprovaram que a LICITANTE atende a 100% de todos os requisitos exigidos pela equipe técnica;
- 15.7.6.10.2 DESCLASSIFICADA: os testes comprovaram que a LICITANTE não atende os 100% dos requisitos exigidos pela equipe técnica.
- 15.7.6.10.3 Caso a licitante vencedora do menor preço seja considerada DESCLASSIFICADA, o Pregoeiro convocará a próxima LICITANTE em ordem crescente de menor preço para ateste de conformidade.
- 15.7.6.10.4 Caso todas as licitantes sejam consideradas desclassificadas o Pregoeiro agendará nova data para um novo certame;
- 15.7.6.10.5 Havendo uma licitante vencedora do menor preço CLASSIFICADA na Prova de Conceito, o Pregoeiro seguirá com os procedimentos legais de adjudicação e homologação da proposta vencedora.

15.7.6.11 Será emitido um relatório descrevendo os exames realizados e contendo a aprovação ou não da prova de conceito.

16. DA ANÁLISE E JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

16.1 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a sua substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência.

16.2. Na análise dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, acessível às licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

16.2.1. A omissão na documentação ou a documentação apresentada com data de validade vencida, quando passíveis de serem saneadas mediante consulta gratuita a sítio oficial na internet e, as meras declarações das licitantes, constituem falhas formais. Nestas hipóteses, o(a) Pregoeiro(a) poderá suprir de ofício a falha, juntando a documentação obtida em diligência nos autos do processo.

16.2.2. A vedação à inclusão de novo documento não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pela licitante (condição preexistente) quando apresentou sua proposta, que não foi juntado, por equívoco ou falha, com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta.

16.3. As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) deverão apresentar toda documentação de habilitação exigida para fins de regularidade fiscal e trabalhista, ainda que tenham alguma restrição.

16.4. Constituem motivos para INABILITAÇÃO da licitante, após esgotadas as possibilidades de saneamento nos termos do disposto no subitem 17.2.

- 16.4.1. A não apresentação da documentação exigida para habilitação;
- 16.4.2. A apresentação de documentos com prazo de validade vencido, na data fixada para apresentação da proposta eletrônica;
- 16.4.3. A substituição dos documentos exigidos para habilitação por protocolos de requerimento de certidão;
- 16.4.4. A apresentação de documentos que contenham informações inverídicas;
- 16.4.5. A mesclagem de documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista de estabelecimentos diversos, exceto prova de regularidade para com a Fazenda Federal conjunta com a Seguridade Social (INSS), para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e para com a Justiça do Trabalho (CNDT);
- 16.4.6. O não cumprimento dos requisitos de habilitação;
- 16.4.7. O não atendimento às diligências, quando solicitadas, dentro do prazo estabelecido.

16.5. Estando a documentação de habilitação da licitante completa, correta, com observância de todos os dispositivos deste Edital e seus Anexos o Pregoeiro considerará a proponente habilitada e vencedora do certame.

16.6. Caso a licitante não atenda às exigências de habilitação o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

17. DOS RECURSOS

17.1. Dos atos da Administração decorrentes desta licitação cabem:

17.1.1. **Recurso Hierárquico** em face de:

- a) julgamento das propostas;
- b) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- c) anulação ou revogação da licitação;

17.1.2. **Pedido de reconsideração**, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

17.2. Para os recursos apresentados em face do julgamento das propostas e da habilitação ou inabilitação de licitante (alínea b), serão observadas as seguintes disposições:



17.2.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada pela licitante, exclusivamente via sistema, no prazo de até 10 (dez) minutos, após o julgamento da proposta ou da habilitação, sob pena de preclusão.

17.2.1.1 A licitante desclassificada antes da fase de disputa também poderá manifestar e motivar a sua intenção de interpor recurso naquele período.

17.2.2. As licitantes que manifestaram a intenção de interpor recurso deverá apresentar sua peça recursal, dirigidos ao(a) Pregoeiro(a), em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis contados a partir do encerramento do lote no sistema, após o julgamento da proposta e da habilitação de licitante.

17.2.3. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso 03 (três) dias úteis e terá início na data de divulgação da interposição de recurso.

17.2.4. A apreciação dar-se-á em fase única.

17.3. Os demais recursos hierárquicos serão dirigidos à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, através do ambiente do sistema eletrônico, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados do dia subsequente ao da publicação no Diário Oficial do Município.

17.4. A autoridade que praticou o ato recorrido poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

17.5. O pedido de reconsideração será dirigido à autoridade que praticou o ato, através do e-mail copel.secad@laurodefreitas.ba.gov.br, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis contados da data da intimação relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

17.5.1 A autoridade deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

17.6 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.7. O acolhimento de recurso implicará a invalidação apenas do ato insuscetível de aproveitamento.

17.8. Não serão acatados recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representantes não habilitados legalmente ou não credenciados no processo para responder pela licitante.

18. VALOR GLOBAL ESTIMADO

18.1 O valor estimado total da contratação é de **R\$ 8.423.326,80 (oito milhões quatrocentos e vinte e três mil trezentos e vinte e seis reais e oitenta centavos)**, conforme planilha de quantitativos e preços unitários e global abaixo, os quais correspondem ao critério máximo de aceitabilidade dos preços unitários e global.

19. ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

19.1 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

19.1.1 Requisitos Legais

19.1.1.1 O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei Federal nº 14.133/2021, à Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).

19.1.2 Requisitos de Manutenção

19.1.2.1 A Contratada deverá prestar suporte técnico durante todo o prazo de vigência contratual, com cobertura de atendimento de acordo com os parâmetros neste termo de referência.

19.1.3 Requisitos de Capacitação

19.1.3.1 A Contratada deverá proporcionar treinamento "hands on" a até 08 (oito) colaboradores do CONTRATANTE, abrangendo a operação, manutenção, geração de relatórios e uso das funcionalidades da solução.

19.1.4 Requisitos Temporais

19.1.4.1 O prazo máximo para a conclusão de todos os serviços de implantação da solução será de 90 (noventa) dias, contados a partir da assinatura do contrato, conforme os marcos temporais estabelecidos neste termo de referência. A contagem desse prazo será suspensa em caso de atrasos no cronograma decorrentes do descumprimento de obrigações contratuais por parte da Contratante.



19.1.4.2 Na contagem dos prazos estabelecidos no Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

19.1.4.3 Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.

19.2 Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

19.2.1 Os serviços devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais:

- a. Apresentar-se vestido de forma adequada ao ambiente de trabalho, seja físico ou virtual, evitando vestuário que comprometa a boa imagem institucional da Contratante ou que ofenda o senso comum de moral e bons costumes;
- b. Respeitar todos os servidores, funcionários e colaboradores, independentemente da posição hierárquica, preservando a comunicação e o relacionamento interpessoal de forma construtiva; e
- c. Atuar nas dependências da Contratante com urbanidade e cortesia.

19.2.2 Os serviços devem estar aderentes às seguintes diretrizes ambientais:

- a. Entregar os documentos solicitados preferencialmente em formato digital, com o objetivo de evitar ou reduzir o uso de papel e impressão, em conformidade com o Art. 9º da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010);
- b. Realizar as configurações de hardware e software visando um alto desempenho, com uso racional de energia, evitando a sobrecarga de equipamentos e dispositivos elétricos e eletrônicos; e
- c. Utilizar de forma eficiente o espaço de armazenamento virtual, assegurando o máximo desempenho de processamento com o menor impacto na capacidade dos recursos tecnológicos da Contratante.

19.2.3 Os serviços devem estar aderentes às seguintes diretrizes culturais:

- a. Todos os documentos e relatórios deverão ser elaborados em língua portuguesa, salvo autorização em contrário pela Contratante.

19.3 Requisitos de Garantia

19.3.1 A garantia para os serviços prestados será obrigatória, conforme critérios especificados nos requisitos técnicos da contratação e será de:

- a. Fornecimento de Infraestrutura como Serviço (IaaS): A garantia para os serviços prestados será de 90 (noventa) dias após o recebimento definitivo, devendo permanecer vigente durante todo o prazo de prestação dos serviços, que terá duração de 12 (doze) meses, conforme especificações deste termo de referência; e
- b. Aquisição de Ativos: O prazo de garantia para os ativos adquiridos será de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir do recebimento definitivo, conforme especificações deste termo de referência.

19.3.2 O termo de garantia ou equivalente deve ser padronizado e esclarecer de maneira adequada e clara:

- a. Em que consiste a garantia;
- b. A forma, o prazo e o lugar em que pode ser executada; e
- c. Os ônus a cargo do contratante da garantia.

19.3.3 O termo de que trata o subitem anterior deverá ser entregue pela Contratada, devidamente preenchido, no ato do fornecimento do serviço, acompanhado de manual de instrução e, quando for o caso, do manual de instalação e uso do produto, em linguagem didática e com ilustrações.

19.4 Sustentabilidade



19.4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

19.4.2 A Contratada deverá prezar pela promoção do desenvolvimento nacional sustentável, adotar os critérios e práticas de sustentabilidade, sendo considerados critérios e práticas sustentáveis, entre outras:

- a. Baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- b. Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- c. Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- d. Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- e. Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e
- f. Origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras.

19.4.3 Na execução dos serviços objeto do termo de referência, a Contratada deverá obrigatoriamente promover as práticas de sustentabilidade ambiental e adotar as seguintes práticas sustentáveis, quando couber:

- a. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- b. Realizar programa interno de treinamento de seus empregados, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- c. Prover a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA; e
- d. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

19.5 Indicação de marcas ou modelos

19.5.1 A Administração não indicará marca(s), característica(s) ou modelo(s).

19.6 Exame de conformidade, prova de conceito e outros testes.

20. DA VIGÊNCIA

20.1 A vigência da ata de registro de preços decorrente da presente licitação será de 01 (um) ano, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme autorizado pelo art. 84, da Lei Federal nº 14.133/2021.

20.2 O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, prorrogável até atingir o limite de 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

21. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO

21.1 O faturamento referente aos itens 01 a 21 da tabela mencionada no item 1.1 do Termo de Referência será realizado em parcela única, após o recebimento definitivo. O faturamento dos itens 23 a 30 será realizado em parcelas mensais de igual valor, observando o prazo de execução previsto no item 1.3. O faturamento do item 22 será realizado sob demanda e em observância às condições previstas na ordem de serviço que autorizou sua execução.

21.2 As faturas referentes ao serviço previsto no item 22 da tabela constante do item 1.1 do Termo de Referência deverão ser apresentadas de forma segregada em relação às faturas dos demais serviços e deverão conter referência expressa ao número da ordem de serviço por meio da qual foi autorizada sua execução.

21.3 O faturamento somente deverá ser apresentado para pagamento após a conclusão da etapa do recebimento definitivo, indicativo da satisfação pela Contratada de todas as obrigações pertinentes ao objeto contratado, acompanhado da documentação probatória relativa ao recolhimento dos impostos relacionados com a obrigação



21.4 Avaliação da Execução

21.4.1 A avaliação da execução do objeto será realizada antes do seu recebimento, na forma descrita no subitem 22.6 do Termo de Referência.

21.4.2 Além da avaliação de que trata o subitem anterior, a avaliação da execução do objeto utilizará o instrumento de medição de resultado correspondente (Acordo de Nível de Serviço), descrito abaixo no subitem 22.5 do Termo de Referência.

21.5 Acordo de Nível de Serviço

Níveis de Serviço de Atendimento para Incidentes

21.5.1 A Contratada será responsável pelo cumprimento e medição dos índices estabelecidos neste item que serão auditados pela Contratante durante todo o prazo de vigência do contrato, e que poderão ser revistos, a qualquer tempo, com vistas à melhoria ou ajustes na qualidade dos serviços prestados, mediante acordo entre as partes.

21.5.2 A Contratada deverá atuar de forma proativa, principalmente nos casos críticos de indisponibilidade, antecipando-se aos problemas das soluções deste termo, garantindo a qualidade do serviço estabelecida nos Níveis Mínimos de Serviço, realizando abertura, acompanhamento e fechamento de chamados técnicos relacionados com indisponibilidade e desempenho das soluções operando em regime 24 horas por dia, 7 dias por semana.

21.5.3 A Contratada deverá garantir o cumprimento dos seguintes prazos de atendimento técnico, classificados por criticidade, localização geográfica e modalidade (local ou remoto), conforme discriminado a seguir, assegurando a continuidade unidades da Contratante.

21.5.4 Severidade Crítica: Solução de segurança não está operante e não é possível nenhuma solução de contorno viável. Problema na solução que gera indisponibilidade em sistemas/serviços produtivos que dependem desse ativo.

- Atendimento Técnico Emergencial Local: até 04 (quatro) horas úteis a partir do registro formal da ocorrência.

21.5.5 Severidade Alta: Problema na solução que gera impacto em determinado sistema/serviço produtivo que dependem desse ativo.

- Atendimento Técnico Emergencial Local: até 08 (oito) horas úteis a partir do registro formal da ocorrência

21.5.6 Severidade Média: Problema contornável que não gera qualquer impacto aos sistemas/serviços produtivos que dependem desses ativos.

- Atendimento Técnico Remoto Local: até 12 (doze) horas úteis a partir do registro formal da ocorrência.

21.5.7 Todos os prazos serão contabilizados a partir do registro formal da ocorrência pelo Contratante, com emissão de número de protocolo.

21.5.8 A indisponibilidade total será caracterizada quando o serviço estiver 100% inoperante, impossibilitando o cumprimento das atividades essenciais.

21.5.9 Não serão consideradas indisponibilidades as seguintes situações:

- a) Janela de manutenção previamente acordada entre CONTRATANTE e CONTRATADA;
- b) Chamados escalados para o fabricante, em tratamento por este;
- c) Indisponibilidade da CONTRATANTE em realizar tarefas que dependam desta;
- d) Paradas programadas pela CONTRATADA e aprovadas pelo CONTRATANTE. Neste caso, a autorização deve ser solicitada pela CONTRATADA com, pelo menos, 5 (cinco) dias de antecedência;
- e) Paradas ocasionadas nos equipamentos por erros de configuração causados pelo CONTRATANTE, sem responsabilidade da CONTRATADA;

21.5.10 Após a conclusão do serviço é obrigação da Contratada verificar o restabelecimento das condições operacionais normais.

21.5.11 Todo o chamado somente será caracterizado como “encerrado” mediante concordância da Contratante.



21.5.12 Níveis de Serviço de Atendimento para Solicitações de Suporte

21.5.13 A CONTRATADA deverá garantir o cumprimento dos seguintes prazos de atendimento técnico, para solicitações de serviços, assegurando a continuidade operacional conforme tipos de solicitação:

21.5.14 Serviços de Suporte ajuste de configurações de equipamentos:

- Atendimento Técnico Remoto
- Prazo máximo: até 08 (oito) horas úteis.

21.5.15 Tipos de Solicitação de Serviço de Suporte:

- Análises Técnicas
- Diagnóstico de indisponibilidade parcial ou total do equipamento NGFW;
- Verificação de consumo de CPU, memória e sessões simultâneas;
- Análise de logs de tráfego, eventos de segurança e relatórios do NGFW;
- Identificação de gargalos de desempenho ou latência;
- Análise de eventos críticos gerados por IPS, AntiVirus, Web Filtering, Application Control, SSL Inspection, entre outros módulos;
- Auditoria de políticas e regras de firewall para identificar sobreposições ou conflitos;
- Verificação e recomendação de otimização em tabelas de roteamento e políticas de SD-WAN.
- Alterações de Parâmetros
- Inclusão, modificação ou exclusão de regras de firewall (políticas com ou sem NAT);
- Ajuste de perfis de segurança (Web Filter, Application Control, IPS, etc.);
- Alterações em objetos de rede (endereços, grupos, serviços, FQDNs);
- Atualização de listas de bloqueio/permitidos (whitelist/blacklist) para IPs, URLs e aplicações;
- Alteração de parâmetros de VPN (IPsec VPN), incluindo criação ou ajuste de túneis;
- Configuração de alta disponibilidade (HA) ou balanceamento de carga;
- Ajuste de thresholds para alertas de segurança e performance.
- Consultas Operacionais
- Apoio na interpretação de logs e relatórios gerados pelo NGFW;
- Orientação sobre a priorização de tráfego (QoS, Traffic Shaping);
- Esclarecimento de funcionamento de módulos de segurança;
- Apoio em decisões para atualização de firmware e aplicação de patches;
- Recomendação de boas práticas de configuração e hardening;
- Esclarecimento sobre funcionamento de políticas UTM e NGFW;
- Apoio na integração do NGFW com sistemas de autenticação (LDAP, RADIUS, SAML, etc.).

21.5.16 Suporte Geral

- Correção de falhas de configuração;
- Aplicação de atualizações de segurança e correção de vulnerabilidades;
- Testes de failover e redundância;
- Backup e restauração de configurações;
- Configuração e manutenção de logs para integração com ferramentas;
- Apoio na configuração de alertas e monitoramento proativo;
- Orientação em situações de incidente de segurança detectadas pelo NGFW; e
- Reconfiguração ou substituição de equipamento em caso de falha física.

21.5.17 Apuração do Cumprimento do Acordo de Nível de Serviço

21.5.18 Base de Cálculo

21.5.19 O desconto será calculado sobre o valor mensal do serviço do item/unidade afetada.

21.5.20 Período de Apuração

21.5.21 Considera-se apenas o horário útil definido (08h00 às 18h00, segunda a sexta-feira, exceto feriados), totalizando 10 (dez) horas úteis/dia.



21.5.22 Medição da Disponibilidade:

- a) A disponibilidade será medida automaticamente por sistema de monitoramento disponibilizado pela CONTRATADA, contemplando todos os dias do mês.
- b) Será permitida uma tolerância de até 10 (dez) horas por mês para períodos de indisponibilidade.
- c) A disponibilidade exigida irá considerar o total de horas úteis no mês com a tolerância de 10 (dez) horas, ou seja, para um mês com 220 (duzentas e vinte) horas a disponibilidade exigida será $(220-10) / 220 = 95,45\%$.

21.5.23 Glosa por Descumprimento do Acordo de Nível de Serviço

21.5.23.1 Atraso na entrega/implantação do objeto da contratação

- Penalidade: Glosa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor da parcela em atraso por dia útil de atraso até o limite de 30 (trinta) dias úteis. Após 30 dias úteis, será aplicada a glosa de 2% (dois por centos) sobre a parte inadimplida.

21.5.23.2 Atraso na resolução de chamados de suporte técnico com severidade Média

- Penalidade: Glosa de 1% (um por cento) do valor da parcela mensal do item.

21.5.23.3 Atraso na resolução de chamados de suporte técnico com severidade Alta

- Penalidade: Glosa de 5% (cinco por cento) do valor da parcela mensal do item.

21.5.23.4 Atraso na resolução de chamados de suporte técnico com severidade Crítica

- Penalidade: Glosa de 10% (dez por cento) do valor da parcela mensal do item.

21.6 Recebimento do Objeto

21.6.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, pelo(s) fiscal(is) do contrato, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (art. 140, inciso I, "a", da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

21.6.2 O prazo de que trata o subitem anterior será contado do recebimento de comunicação escrita da Contratada com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

21.6.3 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o(s) fiscal(is) do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos.

21.6.4 A análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços referida no subitem anterior poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à Contratada, circunstância que deverá ser registrada pelo(s) fiscal(is) em relatório(s) a ser encaminhado ao gestor do Contrato.

21.6.5 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados (art. 119, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

21.6.6 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas durante o recebimento provisório.

21.6.7 O recebimento provisório estará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

21.6.8 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades. (art. 140, §1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

21.6.9 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado de recebimento provisório deverá conter o registro, a análise e a conclusão sobre todas as ocorrências na execução do contrato, acompanhado dos demais documentos que julgar necessários, encaminhando-o ao servidor ou comissão designada pela autoridade competente para recebimento definitivo.



21.6.10 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo aos seguintes procedimentos (art. 140, inciso I, "b" da Lei Federal nº 14.133, de 2021):

- a) Emissão de documento comprobatório da avaliação realizada pelo(s) fiscal(is) sobre o cumprimento de obrigações assumidas pela Contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;
- b) Análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicação das cláusulas contratuais correspondentes, solicitando à Contratada por escrito, as respectivas correções;
- c) Emissão de termo detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços, com base nos relatórios elaborados e documentações apresentadas;
- d) Comunicação à Contratada para emissão de nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s), com o valor exato dimensionado pela fiscalização;
- e) Envio da documentação correspondente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão; e
- f) No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, a Contratada deverá ser comunicada para emissão de nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) relativamente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento (art. 143, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

21.6.11 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela Contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s).

21.6.12 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do Contrato (art. 140, §2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

21.7 Liquidação

21.7.1 Recebida(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s), a Administração, no prazo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por até 10 (dez) dias úteis, adotará, na forma desse subitem, as providências para fins de liquidação da despesa.

21.7.2 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) apresentado(s) pela Contratada expressa(m) os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: a) o prazo de validade; b) a data da emissão; c) os dados do contrato e do Contratante; d) o período respectivo de execução do contrato; e) o valor a pagar; e f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

21.7.3 Havendo erro na apresentação da(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s), ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus para o Contratante.

21.7.4 A(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) deverá(ão) ser obrigatoriamente acompanhado(s) da comprovação da regularidade fiscal da Contratada mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação de habilitação fiscal, social e trabalhista, na forma exigida neste Termo de Referência.

21.8 Prazo para Pagamento

21.8.1 O pagamento será efetuado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme subitem anterior.

21.8.2 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços - INPC do IBGE, *pro rata tempore*.

21.9 Forma de Pagamento



21.9.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária ou crédito em conta da Contratada aberta em instituição financeira contratada pela Contratante.

21.9.2 Optando a Contratada por receber os créditos em instituição financeira diversa da indicada neste subitem anterior, deverá arcar com os custos de transferências bancárias, os quais serão deduzidos dos pagamentos devidos.

21.9.3 A(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) deverá(ao) atender as exigências legais pertinentes aos tributos e encargos relacionados com a obrigação, sujeitando-se às retenções tributárias previstas em lei, e, as situações específicas, à adoção da forma eletrônica.

21.9.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na proposta de preço, serão retidos na fonte, por ocasião da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente, quando houver.

21.9.5 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, estando o pagamento condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

22. DAS OBRIGAÇÕES

22.1 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à Contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato.
- b) Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual.
- c) Reparar quaisquer danos diretamente causados à Contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela Contratante.
- d) Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela Contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão.
- e) Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação.
- f) Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC.
- g) Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato.
- h) Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração.
- i) Fazer a transição contratual, quando for o caso.

22.2 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a) Nomear Gestor e Fiscais Técnicos, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos.
- b) Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência.
- c) Receber o objeto fornecido pelo contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas.



- d) Aplicar à Contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável.
- e) Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à Contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato.
- f) Comunicar à Contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC.
- g) Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável.
- h) Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer.

22.3 São obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR do registro de preços:

- a) Efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços.
- b) Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços registrados.
- c) Definir mecanismos de comunicação com os órgãos participantes e não participantes, contendo:
- d) As formas de comunicação entre os envolvidos, a exemplo de ofício, telefone, e-mail, ou sistema informatizado, quando disponível.
- e) Definição dos eventos a serem reportados ao órgão gerenciador, com a indicação de prazo e responsável.
- f) Definir mecanismos de controle de fornecimento da solução de TIC, observando, dentre outros:
- g) A definição da produtividade ou da capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC.
- h) As regras para gerenciamento da fila de fornecimento da solução de TIC aos órgãos participantes e não participantes, contendo prazos e formas de negociação e redistribuição da demanda, quando esta ultrapassar a produtividade definida ou a capacidade mínima de fornecimento e for requerida pelo contratado.
- i) As regras para a substituição da solução registrada na Ata de Registro de Preços, garantida a verificação de Amostra do Objeto, em função de fatores supervenientes que tornem necessária e imperativa a substituição da solução tecnológica.

23. DAS PENALIDADES

23.1 Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

23.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:



- a) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima do Termo, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei); impedido o responsável de licitar ou contratar com o Município pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima do Termo, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º (art. 156, §5º, da Lei), impedido o responsável de licitar ou contratar com o Município pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;
- d) **Multa:**
- (1) moratória de 0,5 % (cinco décimos por cento) por dia de atraso na execução do contrato, tomando por base o valor do contrato;
 - (2) multa de 2% (dois por cento) a partir do 16º (decimo sexto) dia, até o 30º dia de atraso;
 - (3) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

23.3. A aplicação das sanções previstas no Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º);

23.4. Todas as sanções previstas no Termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º):

- 23.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157);
- 23.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º);
- 23.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

23.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

23.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

23.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);

23.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160);

23.9. A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161);

23.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

24. DA FORMALIZAÇÃO DE PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

24.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o edital de licitação ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da sessão pública de abertura do certame, através do portal eletrônico <https://licitanet.com.br/> ou do endereço eletrônico copelsecad@laurodefreitas.ba.gov.br.

24.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no portal eletrônico <https://licitanet.com.br/> e publicada no Diário Oficial.



24.3. Eventuais modificações neste edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

24.4. A ausência de impugnação implica a aceitação tácita, pela licitante, das condições previstas neste edital e em seus anexos.

25. ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO

25.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da Pregoeira, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

25.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

25.3 Homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo estabelecido no edital.

25.4 O adjudicatário será convocado a assinar o termo de contrato, ou instrumento equivalente, se for o caso, no prazo de até 08 (oito) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas, podendo solicitar sua prorrogação por igual período, por motivo justo e aceito pela Administração.

25.4.1 Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante a Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a Justiça do Trabalho (CNDT) e as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, estiverem com prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

25.4.2 Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

25.5 Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, é facultado à Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação pertinente, examinar e verificar a aceitabilidade das propostas subsequentes, na ordem de classificação, bem como o atendimento, pelo licitante, das condições de habilitação, procedendo à contratação.

25.6 A assinatura do contrato deverá ser realizada pelo representante legal da empresa ou mandatário com poderes expressos.

25.7 A contratada ficará obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

25.8 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, quando for o caso, compensações ou apelações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

26. DA SUBCONTRATAÇÃO

26.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

27. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

27.1 Condições de execução

27.1.1 Serviços a serem executados pela Contratada

- Projeto Executivo: Elaboração de projeto técnico detalhado para implantação da solução, conforme parâmetros deste Termo de Referência, topologia de rede, cronograma e lista de equipamentos;
- Implantação das Soluções: Instalação e configuração de todos os equipamentos, softwares e integrações necessárias para operação plena da solução, incluindo testes de aceitação;
- Suporte Técnico: Atendimento de incidentes e resolução de problemas técnicos relacionados à solução fornecida, de forma remota ou presencial, conforme criticidade e SLAs estabelecidos; e



- d) Treinamento: Capacitação de até 8 colaboradores do Contratante, abrangendo operação, manutenção, geração de relatórios e uso das funcionalidades da solução.

27.1.2 Exigências Técnicas e Operacionais

27.1.2.1 Sempre antes de qualquer serviço, a Contratada deve efetuar vistoria técnica no local para análise dos detalhes técnicos para execução dos serviços solicitados e, ocorrendo dúvidas, a Contratante deve ser acionada para os devidos esclarecimentos.

27.1.2.2 A vistoria técnica referida no item anterior deve ser agendada previamente pela Contratada, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência junto à Contratante.

27.1.2.3 Ao final de cada intervenção, a Contratada deve entrar em contato com a Contratante para que esta proceda com a homologação dos serviços realizados.

27.1.2.4 Os serviços de instalação e manutenção não deverão obstruir o andamento das rotinas de trabalho dos ambientes objetos de intervenção. Quando da intervenção nestes ambientes será de responsabilidade da Contratada a recomposição total dos mesmos, deixando os locais totalmente limpos e arrumados, inclusive com relação a algum dano a eles causado quando da execução dos serviços.

27.1.2.5 Quando da execução dos serviços, os locais de trabalho deverão ser mantidos desobstruídos e bem-sinalizados, quando for o caso, de maneira a não comprometer a segurança daqueles que ali trafegam.

27.1.2.6 Após a execução dos serviços, as áreas deverão ser mantidas limpas, retirando-se toda e qualquer impureza e sobras de materiais.

27.1.2.7 Para facilitar os procedimentos da Contratante, a Contratada deve apresentar planilhas específicas, para cada local que foi objeto de intervenção, constando relação detalhada dos produtos efetivamente instalados, dos desempenhos esperados e especificação dos procedimentos técnicos e, se couber, dos instrumentos usualmente adotados para se efetuar os testes.

27.1.2.8 A recusa da aceitação dos serviços deve ser feita por escrito e conterá os elementos que motivaram a sua determinação. Assim, elencará os produtos ou serviços que estão em desacordo com as especificações e/ou os defeitos apresentados. Diante disso, a Contratada se disporá a consertar, ajustar, substituir os produtos ou fazer os serviços apontados na correspondência da Contratante e no término, reapresentará o resultado.

27.1.2.9 Fica reservado à Contratante o direito de exigir, a qualquer tempo, durante a garantia do fornecimento do serviço contratado, a substituição de qualquer acessório, componente ou produto requerido e instalado, que não apresentar as características de desempenho e funcionalidade exigidas, ou venha a apresentar falhas intermitentes não sanadas pela CONTRATADA.

27.1.3 Serviço de Implantação das Soluções

27.1.3.1 Após a assinatura do contrato, deverá ser realizada uma reunião de alinhamento entre a Contratante e Contratada, para detalhamento das etapas de instalação, configuração, migração e demais itens referentes aos serviços contratados, seguindo o cronograma e as etapas descritas na tabela abaixo:

CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DAS SOLUÇÕES				
ID	Evento	Quando	Prazo	Quem
01	Assinatura do Contrato e publicação	Início	Não se aplica	Ambos
02	Reunião de Alinhamento	Após ID 01	Até 05 dias úteis	Ambos
03	Entrega do Projeto Executivo	Após ID 01	Até 10 dias úteis	Contratada
04	Formalização da Solicitação de Implantação	Início	Não se aplica	Ambos
05	Início das atividades de Implantação	Após ID 04	Até 30 dias úteis	Contratada
06	Documento de homologação da instalação dos equipamentos	Após ID 05	Até 03 dias úteis	Contratada



07	Recebimento definitivo relativo entregue, instalado e operando.	Após ID 06	Até 03 dias úteis	Contratante
08	Início dos Serviços	Após ID 07	Imediatamente	Contratada
09	Entrega do Relatório de Operação Mensal	Mensal após início	Até 5º dia útil do mês	Contratada
10	Aferição do Nível Mínimo de Serviço	Após ID 09	Até 02 dias úteis	Contratante
11	Pagamento dos serviços	Após ID 10	Até 08 dias úteis	Contratante

27.1.3.1.1 Durante a instalação, os profissionais da Contratada deverão informar todas as ações executadas para os profissionais indicados pela Contratante.

27.1.3.1.2 Entende-se por instalação dos equipamentos: a montagem física e acessórios fornecidos, bem como a configuração lógica de todos os equipamentos e softwares envolvidos.

27.1.3.1.3 Entende-se por instalação dos softwares a disponibilização em pleno funcionamento, configurado e licenciado pelo prazo especificado no respectivo item do Termo de Referência.

27.1.3.1.4 Após a assinatura do instrumento contratual e até a entrega dos equipamentos, serão realizadas reuniões preparatórias, remotas ou presenciais, caso necessários, com a presença dos integrantes da equipe técnica da Contratada, da qual se lavrará ata para permitir o acompanhamento criterioso da execução do objeto.

27.1.4 Será apresentado o ambiente atual da Contratante, onde a Contratada deverá levantar todos os requisitos e configurações pertinentes à referida implantação.

27.1.5 Será apresentado pela Contratada o Plano de Instalação, contemplando o que será migrado, as funcionalidades que serão implementadas segundo o Termo de Referência.

27.1.6 O Plano de Instalação poderá ser recusado pela Contratante, devendo a Contratada realizar os ajustes definidos em reunião e reapresentá-los.

27.1.7 A Contratada, depois de concluído o serviço de instalação, deverá realizar, com acompanhamento dos técnicos da Contratante, testes de pré-operação para validar a referida instalação de acordo com o respectivo Plano.

27.1.8 A documentação deverá ser emitida com timbre da Contratada e deverá conter nome, data e assinatura do técnico responsável da Contratada.

27.1.9 A documentação deverá ser entregue em meio digital (formatos PDF e DOCx).

27.1.10 A documentação deverá ser validada pela equipe técnica da Contratante, devendo ser ajustada pela Contratada caso seja solicitado.

27.1.11 Não haverá custos adicionais à Contratante para a realização das correções apontadas, sendo necessária a atualização da documentação, que foi entregue na etapa de instalação para que a Contratante realize nova homologação da solução, iniciando-se um novo prazo a ser acordado entre as partes para resolução definitiva das inconformidades identificadas.

27.1.12 No prazo de até 10 (dez) dias úteis após a aprovação da documentação pela Contratante, caracterizando a conclusão dos serviços de instalação, configuração e operação assistida, a Contratante emitirá o Termo de Homologação.

27.1.12 Serviço de Suporte Técnico

27.1.12.1 A Contratada deverá prestar suporte técnico durante todo o prazo de vigência contratual, com cobertura de atendimento a partir da data do recebimento em definitivo da solução pela Contratante.

27.1.12.2 Os chamados de suporte técnico deverão ser abertos por meio de central de abertura de chamados da Contratada, a partir de um número 0800 e ou número local e também por ambiente WEB, em regime de 24 (vinte e quatro) horas, durante 7 (sete) dias por semana, incluindo-se os dias úteis, feriados e finais de semana.



27.1.12.3 No momento de abertura do chamado, deverá ser fornecido à Contratante um número único de identificação, data e hora de abertura do chamado. Este será considerado o início para contagem dos prazos estabelecidos;

27.1.12.4 Todos os chamados, bem como as providências adotadas, deverão ser armazenados em sistema da Contratada para controle de chamados. O acesso a esse sistema deverá estar disponível à Contratante;

27.1.12.5 A Contratada deverá disponibilizar à Contratante o serviço de um gestor responsável pelo Contrato de Suporte, que será o ponto focal de todas as necessidades de suporte da Contratante para casos de escalonamentos ou problemas de atendimento do Suporte Técnico.

27.1.12.6 A Contratada deve disponibilizar acesso ao ambiente WEB do fabricante para download de arquivos e drivers.

27.1.12.7 Todo serviço de suporte deve ser realizado por profissional certificado pelo fabricante.

27.1.13 Local e horário da prestação dos serviços

27.1.13.1 Os serviços serão prestados na sede da Contratante.

27.1.13.2 Nos casos em que a Contratante entender que a execução remota não gera prejuízo ao andamento dos trabalhos, poderá autorizar a prestação de parte dos serviços fora das suas instalações.

27.1.13.3 Para a prestação de serviços não presenciais a Contratada deverá disponibilizar recursos tecnológicos para teleconferência ou videoconferência de mercado, compatíveis com a infraestrutura tecnológica e os padrões de segurança da Contratante, que viabilizem o acompanhamento da execução dos serviços.

27.1.13.4 A execução dos serviços de implantação e treinamento obedecerá ao cronograma definido pela Contratante, inclusive quanto às datas e horários pactuados.

27.1.13.5 Procedimentos de transição e finalização do contrato e de transferência de conhecimento

27.1.13.6 A Contratada deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do Contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

27.1.14 Formas de Pagamento

27.1.14.1 Os critérios de medição e pagamento dos serviços prestados serão tratados em tópico próprio do Modelo de Gestão do Contrato.

27.1.15 Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

27.1.15.1 A Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

27.1.15.2 O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal da Contratada, encontra-se no Anexo IV do termo de referência.

28. DO REAJUSTE

28.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

- Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;



- Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021;
- No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação, sendo o IPCA;
- No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

29. DA GESTÃO DO CONTRATO

29.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133, de 2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (art. 115, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

29.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (art. 115, §5º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

29.3 O impedimento a que se refere o subitem anterior, total ou parcial, da execução do contrato por fato ou ato de terceiro, deve ser reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência.

29.4 As comunicações entre o órgão ou entidade e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade.

29.5 O órgão ou entidade poderá convocar representante da Contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

29.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (art. 117, caput, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

29.7 Compete ao(s) fiscal(is) do contrato ou ao(s) seu(s) substituto(s):

- a) Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à sua execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- b) Emitir notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção, quando identificar qualquer inexecução ou irregularidade;
- c) Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexecução ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;
- d) Informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- e) Comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;
- f) Fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;
- g) Comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, data(s) do término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual;
- h) Acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário; e
- i) Atuar tempestivamente na solução do problema, caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, reportando o fato ao gestor do contrato para que adote as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

29.8 Sem prejuízo das obrigações de que tratam os demais subitens deste item 7.6, o fiscal do contrato deverá verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital e identificar possível razão que, nos termos dos §§4º e 5º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e art. 48 da Lei nº 14.634, de 2023, impeça a Contratada de licitar e contratar.

29.9 Constatando-se a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua intimação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua justificativa.



29.10 O prazo de que trata o subitem anterior poderá ser prorrogado uma vez, por até 05 (cinco) dias úteis, a critério do Contratante.

29.11 Não havendo regularização ou não aceita a justificativa apresentada, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à apuração dos fatos nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

29.12 Compete ao gestor do contrato ou ao seu substituto:

- a) Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;
- b) Coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;
- c) Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- d) Coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;
- e) Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo(s) fiscal(is) quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela Contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;
- e
- f) Adotar providências para a formalização de processo administrativo sancionatório para fins de aplicação de sanções.

30. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

30.1 Será exigida a garantia da contratação prevista nos arts. 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, podendo recair sobre qualquer das modalidades indicadas no §1º do referido art. 96, observando-se, ainda, o disposto nesse subitem 4.14.

30.1.1 A garantia na modalidade caução em dinheiro deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica a ser indicada pelo Contratante, com correção monetária.

30.1.2 Para garantia na modalidade títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia (art. 96, §1º, inciso I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

30.1.3 Para garantia na modalidade fiança bancária, esta deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil.

30.1.4 Na hipótese de opção pela modalidade caução em dinheiro, títulos da dívida pública ou fiança bancária, a prova da garantia, sob pena da caracterização de inadimplemento contratual, deverá ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias, após assinatura do contrato, admitindo-se, para a fiança bancária, que a comprovação seja feita no prazo máximo de 15 (quinze) dias daquela data.

30.1.5 A garantia na modalidade seguro garantia deverá ser prestada no prazo de até 01 (um) mês, contado a partir da data da homologação da licitação, ou da manifestação formal de interesse na contratação ou da adesão ao registro de preços pela Administração Pública, nos casos de atas de registro de preços, e antes da assinatura do contrato, conforme o art. 96, §3º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

30.1.5.1 Na hipótese de contratação direta, a garantia na modalidade seguro garantia deverá ser prestada anteriormente à assinatura do contrato.

30.1.5.2 Na modalidade de seguro garantia, a apólice vigorará por 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato e continuará em vigor mesmo que a Contratada não pague o prêmio nas datas convencionadas, devendo esta cláusula constar expressamente da apólice sob pena de não aceitação da garantia (art. 97, incisos I e II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).



30.1.5.3 A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

30.1.5.4 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no subitem 4.6.1.8 (art. 97, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

30.1.5.5 Caso se trate da modalidade seguro garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos da regulamentação da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

30.1.5.6 No caso das modalidades seguro garantia ou fiança bancária, não será admitida a existência de cláusulas que restrinjam ou atenuem a responsabilidade do segurador ou fiador.

30.1.5.7 Caso utilizada outra modalidade de garantia diversa do seguro garantia, a sua liberação ou restituição somente ocorrerá após a fiel execução do contrato ou a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

30.1.5.8 Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento do Contratante, a Contratada ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pelo Contratante.

30.1.5.9 A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, somente será aceita se, observada a legislação que rege a matéria, contemplar o pagamento de prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas, bem como de multas, prejuízos e indenizações decorrentes de inadimplemento, independentemente de outras cominações legais.

30.1.5.10 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados para a contratação.

30.1.5.11 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente para o pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no mesmo prazo estabelecido para comprovação da garantia originária.

30.1.5.12 O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

30.1.5.13 O emitente da garantia ofertada pela Contratada deverá ser intimado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

30.1.5.14 A liberação ou restituição da garantia ocorrerá após o recebimento definitivo da totalidade do objeto do contrato, com a demonstração de cumprimento, pela Contratada, das obrigações pactuadas.

30.1.5.15 O garantidor não é parte em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

30.1.5.16 A Contratada autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

30.1.5.17 Além da garantia de que tratam os arts. 96 e seguintes, da Lei nº 14.133, de 2021, a contratação possui previsão da garantia de que trata o art. 26 do CDC, conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência.

30.1.5.18 A garantia de contratação é independente de eventual garantia do serviço prevista especificamente neste Termo de Referência, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (CDC).



31. DISPOSIÇÕES FINAIS

31.1 Ficam as licitantes sujeitas às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa ou que não corresponda à realidade dos fatos.

31.2 Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias úteis.

31.3 As referências de horário correspondem ao horário oficial de Brasília- DF.

31.4 Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro.

32. FORO

32.1 Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Lauro de Freitas/BA para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Edital, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

33. ANEXOS DO EDITAL

33.1 Fazem parte integrante deste Edital:

ANEXO I	TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS
ANEXO II	ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
ANEXO III	DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA
ANEXO IV	DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO
ANEXO V	DECLARAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO
ANEXO VI	MINUTA DA ATA
ANEXO VII	MINUTA DO CONTRATO

33. Este Edital contém 96 (noventa e seis) folhas rubricadas e numericamente ordenadas.

Lauro de Freitas /BA, 02 de fevereiro de 2026.

Márcia Regina Fernandes Beserra de Vasconcelos
Superintendente de Licitações e Contratos



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
Processo Administrativo nº 19239/2025

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Constitui objeto do presente termo de referência a realização de licitação, através do sistema de registro de preços, para contratação de empresa especializada em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para execução, sob demanda, de serviços e fornecimento de soluções voltadas à segurança da informação, conectividade de redes (com e sem fio) e cibersegurança. A contratação abrangerá a aquisição de equipamentos e fornecimento através infraestrutura como serviço, de tecnologias destinados à proteção da infraestrutura de TI da Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas. O escopo inclui o desenvolvimento e fornecimento de projeto executivo completo, contemplando hardware e software necessários à implementação das soluções de segurança; fornecimento de subscrições para softwares e serviços de cibersegurança; instalação e configuração dos sistemas e equipamentos; suporte técnico local e remoto para todas as soluções implantadas; capacitação especializada dos servidores municipais; e o fornecimento de demais insumos necessários ao pleno funcionamento das soluções contratadas, nos termos da tabela abaixo e conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	Descrição	Unidade de referência	Quantidade	Média Unitária (R\$)	Média Total (R\$)
1	Solução De Segurança Cibernética Distribuída NGFW – Tipo I	ÚNICO	4	R\$ 203.536,83	R\$ 814.147,32
2	Solução De Segurança Cibernética Distribuída NGFW – Tipo II	ÚNICO	6	R\$ 53.891,67	R\$ 323.350,02
3	Solução De Segurança Cibernética Distribuída NGFW – Tipo III	ÚNICO	20	R\$ 14.436,87	R\$ 288.737,40
4	Ativo de Rede Wired – Tipo I	ÚNICO	4	R\$ 116.305,90	R\$ 465.223,60
5	Ativo de Rede Wired – Tipo II	ÚNICO	4	R\$ 23.647,42	R\$ 94.589,68
6	Ativo de Rede Wired – Tipo III	ÚNICO	10	R\$ 16.162,28	R\$ 161.622,80
7	Ativo de Rede Wired – Tipo IV	ÚNICO	4	R\$ 46.293,73	R\$ 185.174,92
8	Ativo de Rede Wired POE – Tipo I	ÚNICO	10	R\$ 31.534,95	R\$ 315.349,50
9	Ativo de Rede Wired POE – Tipo II	ÚNICO	12	R\$ 13.273,42	R\$ 159.281,04
10	Ativo de Rede Wireless – Indoor	ÚNICO	60	R\$ 686,30	R\$ 41.178,00
11	Ativo de Rede Wireless – Outdoor	ÚNICO	8	R\$ 30.488,33	R\$ 243.906,64
12	Solução de Segurança de Endpoint - EPP Tipo I	ÚNICO	2	R\$ 263.265,88	R\$ 526.531,76
13	Solução de Segurança de Endpoint - EPP Tipo II	ÚNICO	10	R\$ 16.610,82	R\$ 166.108,20
14	Solução de Logs e Relatoria Tipo I	ÚNICO	2	R\$ 260.226,99	R\$ 520.453,98
15	Solução de Autenticação	ÚNICO	2	R\$ 126.017,64	R\$ 252.035,28
16	Modulo Transciver – TIPO I	ÚNICO	40	R\$ 1.061,08	R\$ 42.443,20
17	Modulo Transciver – TIPO II	ÚNICO	40	R\$ 1.265,70	R\$ 50.628,00
18	Solução de Segurança Decoy/Honeypot	ÚNICO	2	R\$ 241.152,94	R\$ 482.305,88
19	Solução de Gerência Centralizada NGFW	ÚNICO	1	R\$ 119.753,76	R\$ 119.753,76
20	Injetor de Energia para Ativo de Rede Wireless Indoor	ÚNICO	60	R\$ 2.196,56	R\$ 131.793,60
21	Servidor Rack Para Aplicações Virtualizadas	ÚNICO	2	R\$ 192.533,93	R\$ 385.067,86
22	Unidade de Serviços Técnicos	ÚNICO	380	R\$ 1.255,65	R\$ 477.147,00
				VALOR TOTAL (A) =	R\$ 6.246.829,44
23	Fornecimento de Solução De Segurança Cibernética Distribuída NGFW – Tipo IV na modalidade Infraestrutura como	MENSAL	4	R\$ 9.798,94	R\$ 39.195,76
24	Fornecimento de Solução De Segurança Cibernética Distribuída NGFW – Tipo V na modalidade Infraestrutura como	MENSAL	4	R\$ 3.192,07	R\$ 12.768,28
25	Fornecimento de Solução De Segurança Cibernética Distribuída NGFW – Tipo VI na modalidade Infraestrutura como	MENSAL	16	R\$ 883,39	R\$ 14.134,24
26	Fornecimento de Ativo de Rede Wired – Tipo V na modalidade Infraestrutura como Serviço (IaaS)	MENSAL	4	R\$ 4.101,75	R\$ 16.407,00
27	Fornecimento de Ativo de Rede Wired – Tipo VI na modalidade Infraestrutura como Serviço (IaaS)	MENSAL	4	R\$ 4.182,20	R\$ 16.728,80
28	Fornecimento de Ativo de Rede Wired POE – Tipo III na modalidade Infraestrutura como Serviço (IaaS)	MENSAL	4	R\$ 1.282,05	R\$ 5.128,20
29	Fornecimento de Solução de Logs e Relatoria Tipo II na modalidade Infraestrutura como Serviço (IaaS)	MENSAL	2	R\$ 25.113,12	R\$ 50.226,24
30	Serviço Contínuo de Gerenciamento e Suporte em Segurança C	MENSAL	2	R\$ 13.393,13	R\$ 26.786,26
				VALOR TOTAL (B) =	R\$ 181.374,78
				VALOR TOTAL (B) PARA 12 MESES =	R\$ 2.176.497,36
				VALOR TOTAL (A+B)=	R\$ 8.423.326,80

1.2. Os itens 01 a 21 da tabela mencionada no item 1.1 deste Termo de Referência referem-se ao modelo de fornecimento de equipamentos, abrangendo o fornecimento, implantação das soluções descritas, com prazo de execução de 12 (doze) meses.



- 1.2.1. Todos os componentes e subcomponentes objetos deste Termo de Referência deverão ser novos, de primeiro uso, sem previsão de descontinuidade anunciada, não se admitindo peças já usadas, reparadas, entre outros, com tecnologia atualizada e avançada, em linha de produção atendendo às características técnicas presentes nos anexos deste Termo de Referência.
- 1.2.2. Caso a Licitante necessite fornecer hardwares e/ou softwares adicionais não especificados nominalmente neste Termo de Referência, mas necessários para atender as funcionalidades exigidas, o custo desses deverão estar inseridos no preço total ofertado.
- 1.3. O item 22 da tabela mencionada no item 1.1 deste Termo de Referência refere-se a Unidades de Serviços Técnicos que serão utilizadas pela Contratante, sob demanda, para execução de serviços de desenvolvimento de plano de implementação; planejamento; análise; configuração; integração; migração; testes de verificação; ajustes; tuning; hardening; otimização; troubleshooting; updates; upgrades; provas de conceito; ensaios de contingência; customização de consultas de relatórios; treinamentos "hands on"; análise de vulnerabilidades; criação e manutenção de regras de segurança e redes; participação em comitês de segurança para esclarecimentos; e documentação.
- 1.4. Os itens 23 a 30 da tabela mencionada no item 1.1 deste Termo de Referência referem-se ao modelo de fornecimento de Infraestrutura como Serviço (IaaS), abrangendo o fornecimento, implantação, operação e sustentação das soluções descritas, com prazo de execução de 12 (doze) meses.
- 1.5. Considerando que o serviço que se pretende contratar pode ser descrito de forma objetiva, bem como que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado, ele se enquadra como serviço de natureza comum, nos termos do quanto previsto no art. 6º, XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 1.6. A vigência da ata de registro de preços decorrente da presente licitação será de 01 (um) ano, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme autorizado pelo art. 84, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 1.7. O órgão gerenciador deste registro de preços é a Secretaria de Administração do Município de Lauro de Freitas.
- 1.8. Poderá haver adesão posterior à ata de registro de preços decorrente desta licitação, desde que obedecidos os requisitos previstos no art. 86, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 1.9. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, prorrogável até atingir o limite de 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 1.10. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 2.1. A descrição da solução como um todo está especificada em tópico próprio do Estudo Técnico Preliminar, que constitui anexo deste Termo de Referência.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A fundamentação da contratação e de seus quantitativos está especificada em tópico próprio do Estudo Técnico Preliminar, que constitui anexo deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Requisitos Legais

- 4.1.1 O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei Federal nº 14.133/2021, à Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).

4.2 Requisitos de Manutenção

- 4.2.1 A Contratada deverá prestar suporte técnico durante todo o prazo de vigência contratual, com cobertura de atendimento de acordo com os parâmetros neste termo de referência.



4.3 Requisitos de Capacitação

- 4.3.1 A Contratada deverá proporcionar treinamento "hands on" a até 08 (oito) colaboradores do CONTRATANTE, abrangendo a operação, manutenção, geração de relatórios e uso das funcionalidades da solução.

4.4 Requisitos Temporais

- 4.4.1 O prazo máximo para a conclusão de todos os serviços de implantação da solução será de 90 (noventa) dias, contados a partir da assinatura do contrato, conforme os marcos temporais estabelecidos neste termo de referência. A contagem desse prazo será suspensa em caso de atrasos no cronograma decorrentes do descumprimento de obrigações contratuais por parte da Contratante.
- 4.4.2 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.
- 4.4.3 Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.

4.5 Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

- 4.5.1 Os serviços devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais:

- a) Apresentar-se vestido de forma adequada ao ambiente de trabalho, seja físico ou virtual, evitando vestuário que comprometa a boa imagem institucional da Contratante ou que ofenda o senso comum de moral e bons costumes;
- b) Respeitar todos os servidores, funcionários e colaboradores, independentemente da posição hierárquica, preservando a comunicação e o relacionamento interpessoal de forma construtiva; e
- c) Atuar nas dependências da Contratante com urbanidade e cortesia.

- 4.5.2 Os serviços devem estar aderentes às seguintes diretrizes ambientais:

- a) Entregar os documentos solicitados preferencialmente em formato digital, com o objetivo de evitar ou reduzir o uso de papel e impressão, em conformidade com o Art. 9º da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010);
- b) Realizar as configurações de hardware e software visando um alto desempenho, com uso racional de energia, evitando a sobrecarga de equipamentos e dispositivos elétricos e eletrônicos; e
- c) Utilizar de forma eficiente o espaço de armazenamento virtual, assegurando o máximo desempenho de processamento com o menor impacto na capacidade dos recursos tecnológicos da Contratante.

- 4.5.3 Os serviços devem estar aderentes às seguintes diretrizes culturais:

- a) Todos os documentos e relatórios deverão ser elaborados em língua portuguesa, salvo autorização em contrário pela Contratante.

4.6 Requisitos de Garantia

- 4.6.1 A garantia para os serviços prestados será obrigatória, conforme critérios especificados nos requisitos técnicos da contratação e será de:

- a) Fornecimento de Infraestrutura como Serviço (IaaS): A garantia para os serviços prestados será de 90 (noventa) dias após o recebimento definitivo, devendo permanecer vigente durante todo o prazo de prestação dos serviços, que terá duração de 12 (doze) meses, conforme especificações deste termo de referência; e
- b) Aquisição de Ativos: O prazo de garantia para os ativos adquiridos será de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir do recebimento definitivo, conforme especificações deste termo de referência.

- 4.6.2 O termo de garantia ou equivalente deve ser padronizado e esclarecer de maneira adequada e clara:

- a) Em que consiste a garantia;
- b) A forma, o prazo e o lugar em que pode ser executada; e



c) Os ônus a cargo do contratante da garantia.

4.6.3 O termo de que trata o subitem anterior deverá ser entregue pela Contratada, devidamente preenchido, no ato do fornecimento do serviço, acompanhado de manual de instrução e, quando for o caso, do manual de instalação e uso do produto, em linguagem didática e com ilustrações.

4.7 Vistoria

4.7.1 A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 17 horas.

4.7.2 Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.7.3 Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.7.4 A Licitante deverá agendar a vistoria técnica até 03 (três) dias úteis antes da realização da sessão pública de disputa, através do e-mail **dtic.secad@laurodefreitas.ba.gov.br**.

4.7.5 A comprovação da visita será feita através da emissão, pela Prefeitura de Lauro de Freitas, de Declaração de Vistoria Técnica.

4.7.6 Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.7.7 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.8 Sustentabilidade

4.8.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.8.1.1 A Contratada deverá prezar pela promoção do desenvolvimento nacional sustentável, adotar os critérios e práticas de sustentabilidade, sendo considerados critérios e práticas sustentáveis, entre outras:

- a) Baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- b) Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- c) Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- d) Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- e) Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e
- f) Origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras.

4.8.1.2 Na execução dos serviços objeto deste termo de referência, a Contratada deverá obrigatoriamente promover as práticas de sustentabilidade ambiental e adotar as seguintes práticas sustentáveis, quando couber:

- a) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- b) Realizar programa interno de treinamento de seus empregados, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- c) Prover a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA; e
- d) Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.



4.9 Indicação de marcas ou modelos

4.9.1 A Administração não indicará marca(s), característica(s) ou modelo(s).

4.10 Exame de conformidade, prova de conceito e outros testes

4.10.1 Prova de Conceito (PoC)

4.10.1.1 A empresa vencedora da fase de habilitação deverá realizar Prova de Conceito (PoC), em ambiente controlado definido pela Administração Pública, com o objetivo de demonstrar, de forma prática, a eficácia, desempenho e conformidade dos equipamentos e serviços ofertados, em relação às especificações técnicas deste Termo de Referência.

4.10.1.2 A PoC deverá ser realizada para demonstrar as funcionalidades exigidas no CADERNO DE TESTE, devendo ser realizada para os equipamentos conforme tabela:

TIPO DA SOLUÇÃO	DESCRIÇÃO
Solução de Segurança Cibernética Distribuída NGFW – Tipo I, II e III	Deve ser realizada prova de conceito para no mínimo 01 equipamento deste grupo
Ativo de Rede Wired – Tipo I, II, III, e IV	Deve ser realizada prova de conceito para no mínimo 01 equipamento deste grupo
Ativo de Rede Wireless – Indoor e Outdoor	Deve ser realizada prova de conceito para no mínimo 01 equipamento deste grupo

4.10.1.3 A PoC deverá contemplar os requisitos exigidos no caderno de teste, tendo o prazo máximo para a execução da PoC será de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da convocação formal, podendo ser prorrogado a critério da Administração.

4.10.1.4 A contratada deverá disponibilizar, sem ônus adicional, todos os recursos humanos, equipamentos, softwares, licenças temporárias e demais insumos necessários para a realização da PoC.

4.10.1.5 A aprovação da PoC pela equipe técnica da Administração será condição indispensável para a assinatura contratual. Caso a solução não atenda aos critérios técnicos estabelecidos, a Administração poderá convocar a licitante classificada em posição subsequente.

4.10.2 Ambiente de execução da POC

4.10.2.1 A prova de conceito (POC) deverá ser realizada de forma presencial.

4.10.2.2 A Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas providenciará a instalação e configuração de um ambiente adequado para a apresentação da PoC.

4.10.2.3 Antes da demonstração, o ARREMATANTE deverá preparar o ambiente para execução, além de fornecer a relação de hardware e software utilizado e as informações das configurações que foram realizadas.

4.10.3 Preparação para a POC

4.10.3.1 O ARREMATANTE utilizará a rede do PMLF para realização da PoC.

4.10.3.2 O ARREMATANTE deverá instalar e configurar todos os equipamentos necessários para a realização da PoC, tornando-os plenamente operacionais.

4.10.3.3 Os procedimentos de Preparação e de Realização da PoC deverão ser executados na ordem estabelecida ou conforme orientação pela CONTRATANTE no momento.

4.10.4 Prazo e tempo para realização da PoC

4.10.4.1 No dia agendado, o ARREMATANTE terá das 8h00min às 12h e das 14 às 18 as instalações e adequações necessárias dos seus equipamentos na Infraestrutura Física para Realização do PoC.

4.10.5 Testes da PoC

4.10.5.1 A Prova de Conceito (POC) - Teste de Conformidade - permitirá a averiguação prática das funcionalidades e características do produto e sua real compatibilidade com os requisitos constantes no CADERNO DE POC, na qual a licitante de menor preço deverá atender 100% dos itens relacionados.

4.10.5.2 A licitante arrematante do menor preço deverá realizar a demonstração prática dos requisitos tecnológicos e/ou simulações solicitadas do uso da solução. Durante a demonstração, a equipe técnica designada pelo CONTRATANTE, solicitará diretamente para licitante vencedora do menor preço os requisitos a serem comprovados em acordo ao CADERNO DE TESTES. A licitante vencedora fará a demonstração dirigida para equipe técnica. Ao final da demonstração a equipe técnica anotará em relatório técnico se julga atendido ou não atendido a demonstração.



- 4.10.5.3 As dúvidas e/ou necessidades de esclarecimentos deverão ser formalizadas por escrito pelo representante das empresas interessadas e encaminhadas para a equipe técnica designada pelo CONTRATANTE, que avaliará a pertinência dela, onde caso julgue necessário, solicitará a empresa licitante vencedora para responder ao questionamento.
- 4.10.5.4 Não será permitido durante a realização da prova de conceito o uso de apresentações em slides ou vídeos quando tratarem da confirmação das especificações funcionais.
- 4.10.5.5 O resultado dos testes será apresentado no prazo de até 2 (dois) dias úteis, a contar do dia seguinte ao final da Prova de Conceito.

4.10.6 O resultado terá a seguinte categorização:

- 4.10.6.1 CLASSIFICADA: os testes comprovaram que a LICITANTE atende a 100% de todos os requisitos exigidos pela equipe técnica;
- 4.10.6.2 DESCLASSIFICADA: os testes comprovaram que a LICITANTE não atende os 100% dos requisitos exigidos pela equipe técnica.
- 4.10.6.3 Caso a licitante vencedora do menor preço seja considerada DESCLASSIFICADA, o Pregoeiro convocará a próxima LICITANTE em ordem crescente de menor preço para ateste de conformidade.
- 4.10.6.4 Caso todas as licitantes sejam consideradas desclassificadas o Pregoeiro agendará nova data para um novo certame;
- 4.10.6.5 Havendo uma licitante vencedora do menor preço CLASSIFICADA na Prova de Conceito, o Pregoeiro seguirá com os procedimentos legais de adjudicação e homologação da proposta vencedora.
- 4.10.6.6 Será emitido um relatório descrevendo os exames realizados e contendo a aprovação ou não da prova de conceito.

4.11 Subcontratação

- 4.11.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.12 Garantia da Contratação

- 4.12.1 Será exigida a garantia da contratação prevista nos arts. 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, podendo recair sobre qualquer das modalidades indicadas no §1º do referido art. 96, observando-se, ainda, o disposto nesse subitem 4.14.

- 4.12.1.1 A garantia na modalidade caução em dinheiro deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica a ser indicada pelo Contratante, com correção monetária.

- 4.12.1.2 Para garantia na modalidade títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia (art. 96, §1º, inciso I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

- 4.12.1.3 Para garantia na modalidade fiança bancária, esta deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil.

- 4.12.1.4 Na hipótese de opção pela modalidade caução em dinheiro, títulos da dívida pública ou fiança bancária, a prova da garantia, sob pena da caracterização de inadimplemento contratual, deverá ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias, após assinatura do contrato, admitindo-se, para a fiança bancária, que a comprovação seja feita no prazo máximo de 15 (quinze) dias daquela data.

- 4.12.1.5 A garantia na modalidade seguro garantia deverá ser prestada no prazo de até 01 (um) mês, contado a partir da data da homologação da licitação, ou da manifestação formal de interesse na contratação ou da adesão ao registro de preços pela Administração Pública, nos casos de atas de registro de preços, e antes da assinatura do contrato, conforme o art. 96, §3º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

- 4.12.1.6 Na hipótese de contratação direta, a garantia na modalidade seguro garantia deverá ser prestada anteriormente à assinatura do contrato.

- 4.12.1.7 Na modalidade de seguro garantia, a apólice vigorará por 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato e continuará em vigor mesmo que a Contratada não pague o prêmio nas datas convencionadas, devendo esta cláusula constar expressamente da apólice sob pena de não aceitação da garantia (art. 97, incisos I e II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).



4.12.1.8 A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.12.1.9 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no subitem 4.6.1.8 (art. 97, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

4.12.1.10 Caso se trate da modalidade seguro garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos da regulamentação da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

4.12.1.11 No caso das modalidades seguro garantia ou fiança bancária, não será admitida a existência de cláusulas que restrinjam ou atenuem a responsabilidade do segurador ou fiador.

4.12.1.12 Caso utilizada outra modalidade de garantia diversa do seguro garantia, a sua liberação ou restituição somente ocorrerá após a fiel execução do contrato ou a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.12.1.13 Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento do Contratante, a Contratada ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pelo Contratante.

4.12.1.14 A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, somente será aceita se, observada a legislação que rege a matéria, contemplar o pagamento de prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas, bem como de multas, prejuízos e indenizações decorrentes de inadimplemento, independentemente de outras cominações legais.

4.12.1.15 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados para a contratação.

4.12.1.16 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente para o pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no mesmo prazo estabelecido para comprovação da garantia originária.

4.12.1.17 O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.12.1.18 O emitente da garantia ofertada pela Contratada deverá ser intimado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

4.12.1.19 A liberação ou restituição da garantia ocorrerá após o recebimento definitivo da totalidade do objeto do contrato, com a demonstração de cumprimento, pela Contratada, das obrigações pactuadas.

4.12.1.20 O garantidor não é parte em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

4.12.1.21 A Contratada autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.12.1.22 Além da garantia de que tratam os arts. 96 e seguintes, da Lei nº 14.133, de 2021, a contratação possui previsão da garantia de que trata o art. 26 do CDC, conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência.

4.12.1.23 A garantia de contratação é independente de eventual garantia do serviço prevista especificamente neste Termo de Referência, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (CDC).

4.13 Informações relevantes para o dimensionamento e apresentação da proposta

4.13.1 O Licitante deverá anexar junto à sua proposta de preços declaração de elaboração independente de proposta e de inexistência de impedimento à participação no certame, conforme modelo integrante deste Termo de Referência.

4.13.2 Além do documento de que trata o subitem 4.14.1, o Licitante deverá anexar junto à proposta de preços:



- a) Prospecto com as características técnicas de todos os componentes dos equipamentos, incluindo especificação de marca, modelo e outros elementos que, de forma inequívoca, identifiquem e comprovem as configurações cotadas, possíveis expansões e upgrades, através de certificados, manuais técnicos, folders e demais literaturas técnicas editadas pelos fabricantes. Serão aceitas cópias das especificações obtidas em websites dos fabricantes na Internet, em que conste o respectivo endereço eletrônico;
- b) Indicação exata do modelo de equipamento ofertado, no Sistema Eletrônico de Disputas e na Proposta de Preços, sendo os respectivos catálogos obrigatoriamente de domínio público, ou seja, deverão estar publicados no website do fabricante, comprovando todos os recursos e funcionalidades mínimas exigidas para os equipamentos que irão integrar as características técnicas solicitadas no Anexo I;
- c) Indicação de site na WEB para transferência de arquivos de configuração (manuais e atualizações de firmware); e
- d) Planilha detalhada, ponto a ponto, indicando a página e o capítulo dos documentos técnicos que comprovam o atendimento a cada um dos itens da especificação.

4.13.3 Os manuais e demais documentos técnicos apresentados pela Licitante deverão conter informações detalhadas sobre a solução proposta, não sendo aceitos documentos técnicos que consistam em cópias de trechos do edital ou que apenas reproduzam as exigências contidas neste. Os documentos apresentados devem ser originais, detalhados e demonstrar de forma clara o atendimento às especificações técnicas exigidas, com informações específicas e pertinentes à solução proposta.

4.13.4 Caso não seja a fabricante dos equipamentos ofertados, a Licitante deverá apresentar, juntamente com a proposta comercial, uma declaração fornecida pelo fabricante dos equipamentos, em papel timbrado e firmado pelo representante legal no Brasil, informando que a Licitante é sua revenda autorizada e que está apta a efetuar a instalação e dar suporte aos equipamentos objeto deste processo licitatório.

4.13.5 As exigências contidas no subitem 4.14.2 deste Termo de Referência têm objetivo de resguardar os interesses da Contratante, comprovando a aptidão da Contratada para realizar o serviço de suporte, bem como garantindo o acesso a atualizações corretivas e evolutivas disponibilizadas pelo fabricante durante o curso do prazo de vigência do contrato.

PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

4.14 São obrigações da CONTRATANTE:

- 4.14.1 Nomear Gestor e Fiscais Técnicos, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos.
- 4.14.2 Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência.
- 4.14.3 Receber o objeto fornecido pelo contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas.
- 4.14.4 Aplicar à Contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável.
- 4.14.5 Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à Contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato.
- 4.14.6 Comunicar à Contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC.
- 4.14.7 Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável.
- 4.14.8 Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer.

4.15 São obrigações do CONTRATADO:



- 4.15.1 Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à Contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato.
- 4.15.2 Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual.
- 4.15.3 Reparar quaisquer danos diretamente causados à Contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela Contratante.
- 4.15.4 Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela Contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão.
- 4.15.5 Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação.
- 4.15.6 Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC.
- 4.15.7 Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato.
- 4.15.8 Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração.
- 4.15.9 Fazer a transição contratual, quando for o caso.
- 4.16 São obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR do registro de preços:
 - 4.16.1 Efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços.
 - 4.16.2 Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços registrados.
 - 4.16.3 Definir mecanismos de comunicação com os órgãos participantes e não participantes, contendo:
 - 4.16.3.1 As formas de comunicação entre os envolvidos, a exemplo de ofício, telefone, e-mail, ou sistema informatizado, quando disponível.
 - 4.16.3.2 Definição dos eventos a serem reportados ao órgão gerenciador, com a indicação de prazo e responsável.
 - 4.16.4 Definir mecanismos de controle de fornecimento da solução de TIC, observando, dentre outros:
 - 4.16.4.1 A definição da produtividade ou da capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC.
 - 4.16.4.2 As regras para gerenciamento da fila de fornecimento da solução de TIC aos órgãos participantes e não participantes, contendo prazos e formas de negociação e redistribuição da demanda, quando esta ultrapassar a produtividade definida ou a capacidade mínima de fornecimento e for requerida pelo contratado.
 - 4.16.4.3 As regras para a substituição da solução registrada na Ata de Registro de Preços, garantida a verificação de Amostra do Objeto, em função de fatores supervenientes que tornem necessária e imperativa a substituição da solução tecnológica.

MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

4.17 Condições de execução

- 4.17.1 Serviços a serem executados pela Contratada
 - a) Projeto Executivo: Elaboração de projeto técnico detalhado para implantação da solução, conforme parâmetros deste Termo de Referência, topologia de rede, cronograma e lista de equipamentos;



- b) Implantação das Soluções: Instalação e configuração de todos os equipamentos, softwares e integrações necessárias para operação plena da solução, incluindo testes de aceitação;
- c) Suporte Técnico: Atendimento de incidentes e resolução de problemas técnicos relacionados à solução fornecida, de forma remota ou presencial, conforme criticidade e SLAs estabelecidos; e
- d) Treinamento: Capacitação de até 8 colaboradores do Contratante, abrangendo operação, manutenção, geração de relatórios e uso das funcionalidades da solução.

4.17.2 Exigências Técnicas e Operacionais

- 4.17.2.1 Sempre antes de qualquer serviço, a Contratada deve efetuar vistoria técnica no local para análise dos detalhes técnicos para execução dos serviços solicitados e, ocorrendo dúvidas, a Contratante deve ser acionada para os devidos esclarecimentos.
- 4.17.2.2 A vistoria técnica referida no item anterior deve ser agendada previamente pela Contratada, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência junto à Contratante.
- 4.17.2.3 Ao final de cada intervenção, a Contratada deve entrar em contato com a Contratante para que esta proceda com a homologação dos serviços realizados.
- 4.17.2.4 Os serviços de instalação e manutenção não deverão obstruir o andamento das rotinas de trabalho dos ambientes objetos de intervenção. Quando da intervenção nestes ambientes será de responsabilidade da Contratada a recomposição total dos mesmos, deixando os locais totalmente limpos e arrumados, inclusive com relação a algum dano a eles causado quando da execução dos serviços.
- 4.17.2.5 Quando da execução dos serviços, os locais de trabalho deverão ser mantidos desobstruídos e bem-sinalizados, quando for o caso, de maneira a não comprometer a segurança daqueles que ali trafegam.
- 4.17.2.6 Após a execução dos serviços, as áreas deverão ser mantidas limpas, retirando-se toda e qualquer impureza e sobras de materiais.
- 4.17.2.7 Para facilitar os procedimentos da Contratante, a Contratada deve apresentar planilhas específicas, para cada local que foi objeto de intervenção, constando relação detalhada dos produtos efetivamente instalados, dos desempenhos esperados e especificação dos procedimentos técnicos e, se couber, dos instrumentos usualmente adotados para se efetuar os testes.
- 4.17.2.8 A recusa da aceitação dos serviços deve ser feita por escrito e conterá os elementos que motivaram a sua determinação. Assim, elencará os produtos ou serviços que estão em desacordo com as especificações e/ou os defeitos apresentados. Diante disso, a Contratada se disporá a consertar, ajustar, substituir os produtos ou fazer os serviços apontados na correspondência da Contratante e no término, reapresentará o resultado.
- 4.17.2.9 Fica reservado à Contratante o direito de exigir, a qualquer tempo, durante a garantia do fornecimento do serviço contratado, a substituição de qualquer acessório, componente ou produto requerido e instalado, que não apresentar as características de desempenho e funcionalidade exigidas, ou venha a apresentar falhas intermitentes não sanadas pela CONTRATADA.

4.17.3 Serviço de Implantação das Soluções

- 4.17.3.1 Após a assinatura do contrato, deverá ser realizada uma reunião de alinhamento entre a Contratante e Contratada, para detalhamento das etapas de instalação, configuração, migração e demais itens referentes aos serviços contratados, seguindo o cronograma e as etapas descritas na tabela abaixo:

CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DAS SOLUÇÕES				
ID	Evento	Quando	Prazo	Quem
01	Assinatura do Contrato e publicação	Início	Não se aplica	Ambos
02	Reunião de Alinhamento	Após ID 01	Até 05 dias úteis	Ambos
03	Entrega do Projeto Executivo	Após ID 01	Até 10 dias úteis	Contratada



04	Formalização da Solicitação de Implantação	Início	Não se aplica	Ambos
05	Início das atividades de Implantação	Após ID 04	Até 30 dias úteis	Contratada
06	Documento de homologação da instalação dos equipamentos	Após ID 05	Até 03 dias úteis	Contratada
07	Recebimento definitivo relativo entregue, instalado e operando.	Após ID 06	Até 03 dias úteis	Contratante
08	Início dos Serviços	Após ID 07	Imediatamente	Contratada
09	Entrega do Relatório de Operação Mensal	Mensal após início	Até 5º dia útil do mês	Contratada
10	Aferição do Nível Mínimo de Serviço	Após ID 09	Até 02 dias úteis	Contratante
11	Pagamento dos serviços	Após ID 10	Até 08 dias úteis	Contratante

Durante a instalação, os profissionais da Contratada deverão informar todas as ações executadas para os profissionais indicados pela Contratante.

Entende-se por instalação dos equipamentos: a montagem física e acessórios fornecidos, bem como a configuração lógica de todos os equipamentos e softwares envolvidos.

Entende-se por instalação dos softwares a disponibilização em pleno funcionamento, configurado e licenciado pelo prazo especificado no respectivo item do Termo de Referência.

Após a assinatura do instrumento contratual e até a entrega dos equipamentos, serão realizadas reuniões preparatórias, remotas ou presenciais, caso necessários, com a presença dos integrantes da equipe técnica da Contratada, da qual se lavrará ata para permitir o acompanhamento criterioso da execução do objeto.

- 4.17.3.2 Será apresentado o ambiente atual da Contratante, onde a Contratada deverá levantar todos os requisitos e configurações pertinentes à referida implantação.
- 4.17.3.3 Será apresentado pela Contratada o Plano de Instalação, contemplando o que será migrado, as funcionalidades que serão implementadas segundo o Termo de Referência.
- 4.17.3.4 O Plano de Instalação poderá ser recusado pela Contratante, devendo a Contratada realizar os ajustes definidos em reunião e reapresentá-los.
- 4.17.3.5 A Contratada, depois de concluído o serviço de instalação, deverá realizar, com acompanhamento dos técnicos da Contratante, testes de pré-operação para validar a referida instalação de acordo com o respectivo Plano.
- 4.17.3.6 A documentação deverá ser emitida com timbre da Contratada e deverá conter nome, data e assinatura do técnico responsável da Contratada.
- 4.17.3.7 A documentação deverá ser entregue em meio digital (formatos PDF e DOCx).
- 4.17.3.8 A documentação deverá ser validada pela equipe técnica da Contratante, devendo ser ajustada pela Contratada caso seja solicitado.
- 4.17.3.9 Não haverá custos adicionais à Contratante para a realização das correções apontadas, sendo necessária a atualização da documentação, que foi entregue na etapa de instalação para que a Contratante realize nova homologação da solução, iniciando-se um novo prazo a ser acordado entre as partes para resolução definitiva das inconformidades identificadas.
- 4.17.3.10 No prazo de até 10 (dez) dias úteis após a aprovação da documentação pela Contratante, caracterizando a conclusão dos serviços de instalação, configuração e operação assistida, a Contratante emitirá o Termo de Recebimento Definitivo.

4.17.4 Serviço de Suporte Técnico



- 4.17.4.1 A Contratada deverá prestar suporte técnico durante todo o prazo de vigência contratual, com cobertura de atendimento a partir da data do recebimento em definitivo da solução pela Contratante.
- 4.17.4.2 Os chamados de suporte técnico deverão ser abertos por meio de central de abertura de chamados da Contratada, a partir de um número 0800 e ou número local e também por ambiente WEB, em regime de 24 (vinte e quatro) horas, durante 7 (sete) dias por semana, incluindo-se os dias úteis, feriados e finais de semana.
- 4.17.4.3 No momento de abertura do chamado, deverá ser fornecido à Contratante um número único de identificação, data e hora de abertura do chamado. Este será considerado o início para contagem dos prazos estabelecidos;
- 4.17.4.4 Todos os chamados, bem como as providências adotadas, deverão ser armazenados em sistema da Contratada para controle de chamados. O acesso a esse sistema deverá estar disponível à Contratante;
- 4.17.4.5 A Contratada deverá disponibilizar à Contratante o serviço de um gestor responsável pelo Contrato de Suporte, que será o ponto focal de todas as necessidades de suporte da Contratante para casos de escalonamentos ou problemas de atendimento do Suporte Técnico.
- 4.17.4.6 A Contratada deve disponibilizar acesso ao ambiente WEB do fabricante para download de arquivos e drivers.
- 4.17.4.7 Todo serviço de suporte deve ser realizado por profissional certificado pelo fabricante.
- 4.17.5 Local e horário da prestação dos serviços
- 4.17.5.1 Os serviços serão prestados na sede da Contratante.
- 4.17.5.2 Nos casos em que a Contratante entender que a execução remota não gera prejuízo ao andamento dos trabalhos, poderá autorizar a prestação de parte dos serviços fora das suas instalações.
- 4.17.5.3 Para a prestação de serviços não presenciais a Contratada deverá disponibilizar recursos tecnológicos para teleconferência ou videoconferência de mercado, compatíveis com a infraestrutura tecnológica e os padrões de segurança da Contratante, que viabilizem o acompanhamento da execução dos serviços.
- 4.17.5.4 A execução dos serviços de implantação e treinamento obedecerá ao cronograma definido pela Contratante, inclusive quanto às datas e horários pactuados.
- 4.17.6 Procedimentos de transição e finalização do contrato e de transferência de conhecimento
- 4.17.6.1 A Contratada deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do Contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.
- 4.17.7 Formas de Pagamento
- 4.17.7.1 Os critérios de medição e pagamento dos serviços prestados serão tratados em tópico próprio do Modelo de Gestão do Contrato.
- 4.17.8 Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança
- 4.17.8.1 A Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.
- 4.17.8.2 O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal da Contratada, encontra-se no Anexo IV deste termo de referência.



MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 4.18 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133, de 2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (art. 115, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 4.19 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (art. 115, §5º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).
- 4.19.1 O impedimento a que se refere o subitem anterior, total ou parcial, da execução do contrato por fato ou ato de terceiro, deve ser reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência.
- 4.20 As comunicações entre o órgão ou entidade e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade.
- 4.21 O órgão ou entidade poderá convocar representante da Contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 4.22 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (art. 117, caput, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).
- 4.23 Compete ao(s) fiscal(is) do contrato ou ao(s) seu(s) substituto(s):
- a) Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à sua execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
 - b) Emitir notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção, quando identificar qualquer inexecução ou irregularidade;
 - c) Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexecução ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;
 - d) Informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
 - e) Comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;
 - f) Fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;
 - g) Comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, data(s) do término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual;
 - h) Acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário; e
 - i) Atuar tempestivamente na solução do problema, caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, reportando o fato ao gestor do contrato para que adote as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 4.23.1 Sem prejuízo das obrigações de que tratam os demais subitens deste item 7.6, o fiscal do contrato deverá verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital e identificar possível razão que, nos termos dos §§4º e 5º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e art. 48 da Lei nº 14.634, de 2023, impeça a Contratada de licitar e contratar.
- 4.23.1.1 Constatando-se a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua intimação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua justificativa.
- 4.23.1.2 O prazo de que trata o subitem anterior poderá ser prorrogado uma vez, por até 05 (cinco) dias úteis, a critério do Contratante.
- 4.23.1.3 Não havendo regularização ou não aceita a justificativa apresentada, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à apuração dos fatos nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.



4.24 Compete ao gestor do contrato ou ao seu substituto:

- a) Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;
- b) Coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;
- c) Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- d) Coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;
- e) Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo(s) fiscal(is) quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela Contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações; e
- f) Adotar providências para a formalização de processo administrativo sancionatório para fins de aplicação de sanções.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

4.25 Critérios de Medição/Recebimento e de Pagamento

- 4.25.1 O faturamento referente aos itens 01 a 21 da tabela mencionada no item 1.1 deste Termo de Referência será realizado em parcela única, após o recebimento definitivo. O faturamento dos itens 23 a 30 será realizado em parcelas mensais de igual valor, observando o prazo de execução previsto no item 1.3. O faturamento do item 22 será realizado sob demanda e em observância às condições previstas na ordem de serviço que autorizou sua execução.
- 4.25.2 As faturas referentes ao serviço previsto no item 22 da tabela constante do item 1.1 deste Termo de Referência deverão ser apresentadas de forma segregada em relação às faturas dos demais serviços e deverão conter referência expressa ao número da ordem de serviço por meio da qual foi autorizada sua execução.
- 4.25.3 O faturamento somente deverá ser apresentado para pagamento após a conclusão da etapa do recebimento definitivo, indicativo da satisfação pela Contratada de todas as obrigações pertinentes ao objeto contratado, acompanhado da documentação probatória relativa ao recolhimento dos impostos relacionados com a obrigação.

4.26 Avaliação da Execução

- 4.26.1 A avaliação da execução do objeto será realizada antes do seu recebimento, na forma descrita no subitem 8.4 deste Termo de Referência.
- 4.26.2 Além da avaliação de que trata o subitem anterior, a avaliação da execução do objeto utilizará o instrumento de medição de resultado correspondente (Acordo de Nível de Serviço), descrito abaixo no subitem 8.3 deste Termo de Referência.

4.27 Acordo de Nível de Serviço

4.27.1 Níveis de Serviço de Atendimento para Incidentes

- 4.27.1.1 A Contratada será responsável pelo cumprimento e medição dos índices estabelecidos neste item que serão auditados pela Contratante durante todo o prazo de vigência do contrato, e que poderão ser revistos, a qualquer tempo, com vistas à melhoria ou ajustes na qualidade dos serviços prestados, mediante acordo entre as partes.
- 4.27.1.2 A Contratada deverá atuar de forma proativa, principalmente nos casos críticos de indisponibilidade, antecipando-se aos problemas das soluções deste termo, garantindo a qualidade do serviço estabelecida nos Níveis Mínimos de Serviço, realizando abertura, acompanhamento e fechamento de chamados técnicos relacionados com indisponibilidade e desempenho das soluções operando em regime 24 horas por dia, 7 dias por semana.



4.27.1.3 A Contratada deverá garantir o cumprimento dos seguintes prazos de atendimento técnico, classificados por criticidade, localização geográfica e modalidade (local ou remoto), conforme discriminado a seguir, assegurando a continuidade unidades da Contratante.

Severidade Crítica: Solução de segurança não está operante e não é possível nenhuma solução de contorno viável. Problema na solução que gera indisponibilidade em sistemas/serviços produtivos que dependem desse ativo.

- Atendimento Técnico Emergencial Local: até 04 (quatro) horas úteis a partir do registro formal da ocorrência.

Severidade Alta: Problema na solução que gera impacto em determinado sistema/serviço produtivo que dependem desse ativo.

- Atendimento Técnico Emergencial Local: até 08 (oito) horas úteis a partir do registro formal da ocorrência

Severidade Média: Problema contornável que não gera qualquer impacto aos sistemas/serviços produtivos que dependem desses ativos.

- Atendimento Técnico Remoto Local: até 12 (doze) horas úteis a partir do registro formal da ocorrência.

4.27.1.4 Todos os prazos serão contabilizados a partir do registro formal da ocorrência pelo Contratante, com emissão de número de protocolo.

4.27.1.5 A indisponibilidade total será caracterizada quando o serviço estiver 100% inoperante, impossibilitando o cumprimento das atividades essenciais.

4.27.1.6 Não serão consideradas indisponibilidades as seguintes situações:

- a) Janela de manutenção previamente acordada entre CONTRATANTE e CONTRATADA;
- b) Chamados escalados para o fabricante, em tratamento por este;
- c) Indisponibilidade da CONTRATANTE em realizar tarefas que dependam desta;
- d) Paradas programadas pela CONTRATADA e aprovadas pelo CONTRATANTE. Neste caso, a autorização deve ser solicitada pela CONTRATADA com, pelo menos, 5 (cinco) dias de antecedência;
- e) Paradas ocasionadas nos equipamentos por erros de configuração causados pelo CONTRATANTE, sem responsabilidade da CONTRATADA;

4.27.1.7 Após a conclusão do serviço é obrigação da Contratada verificar o restabelecimento das condições operacionais normais.

4.27.1.8 Todo o chamado somente será caracterizado como “encerrado” mediante concordância da Contratante.

4.27.2 Níveis de Serviço de Atendimento para Solicitações de Suporte

4.27.2.1 A CONTRATADA deverá garantir o cumprimento dos seguintes prazos de atendimento técnico, para solicitações de serviços, assegurando a continuidade operacional conforme tipos de solicitação:

Serviços de Suporte ajuste de configurações de equipamentos:

- Atendimento Técnico Remoto
- Prazo máximo: até 08 (oito) horas úteis.

Tipos de Solicitação de Serviço de Suporte:

- a) Análises Técnicas
- b) Diagnóstico de indisponibilidade parcial ou total do equipamento NGFW;
- c) Verificação de consumo de CPU, memória e sessões simultâneas;
- d) Análise de logs de tráfego, eventos de segurança e relatórios do NGFW;
- e) Identificação de gargalos de desempenho ou latência;
- f) Análise de eventos críticos gerados por IPS, AntiVirus, Web Filtering, Application Control, SSL Inspection, entre outros módulos;
- g) Auditoria de políticas e regras de firewall para identificar sobreposições ou conflitos;



- h) Verificação e recomendação de otimização em tabelas de roteamento e políticas de SD-WAN.
- i) Alterações de Parâmetros
- j) Inclusão, modificação ou exclusão de regras de firewall (políticas com ou sem NAT);
- k) Ajuste de perfis de segurança (Web Filter, Application Control, IPS, etc.);
- l) Alterações em objetos de rede (endereços, grupos, serviços, FQDNs);
- m) Atualização de listas de bloqueio/permitidos (whitelist/blacklist) para IPs, URLs e aplicações;
- n) Alteração de parâmetros de VPN (IPsec VPN), incluindo criação ou ajuste de túneis;
- o) Configuração de alta disponibilidade (HA) ou balanceamento de carga;
- p) Ajuste de thresholds para alertas de segurança e performance.
- q) Consultas Operacionais
- r) Apoio na interpretação de logs e relatórios gerados pelo NGFW;
- s) Orientação sobre a priorização de tráfego (QoS, Traffic Shaping);
- t) Esclarecimento de funcionamento de módulos de segurança;
- u) Apoio em decisões para atualização de firmware e aplicação de patches;
- v) Recomendação de boas práticas de configuração e hardening;
- w) Esclarecimento sobre funcionamento de políticas UTM e NGFW;
- x) Apoio na integração do NGFW com sistemas de autenticação (LDAP, RADIUS, SAML, etc.).

Suporte Geral

- a) Correção de falhas de configuração;
- b) Aplicação de atualizações de segurança e correção de vulnerabilidades;
- c) Testes de failover e redundância;
- d) Backup e restauração de configurações;
- e) Configuração e manutenção de logs para integração com ferramentas;
- f) Apoio na configuração de alertas e monitoramento proativo;
- g) Orientação em situações de incidente de segurança detectadas pelo NGFW; e
- h) Reconfiguração ou substituição de equipamento em caso de falha física.

4.27.3 Apuração do Cumprimento do Acordo de Nível de Serviço

4.27.3.1 Base de Cálculo

O desconto será calculado sobre o valor mensal do serviço do item/unidade afetada.

4.27.3.2 Período de Apuração

Considera-se apenas o horário útil definido (08h00 às 18h00, segunda a sexta-feira, exceto feriados), totalizando 10 (dez) horas úteis/dia.

4.27.3.3 Medição da Disponibilidade:

A disponibilidade será medida automaticamente por sistema de monitoramento disponibilizado pela CONTRATADA, contemplando todos os dias do mês.

Será permitida uma tolerância de até 10 (dez) horas por mês para períodos de indisponibilidade.

A disponibilidade exigida irá considerar o total de horas úteis no mês com a tolerância de 10 (dez) horas, ou seja, para um mês com 220 (duzentas e vinte) horas a disponibilidade exigida será $(220-10) / 220 = 95,45\%$.

4.27.4 Glosa por Descumprimento do Acordo de Nível de Serviço

4.27.4.1 Atraso na entrega/implantação do objeto da contratação

- Penalidade: Glosa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor da parcela em atraso por dia útil de atraso até o limite de 30 (trinta) dias úteis. Após 30 dias úteis, será aplicada a glosa de 2% (dois por centos) sobre a parte inadimplida.

4.27.4.2 Atraso na resolução de chamados de suporte técnico com severidade Média

- Penalidade: Glosa de 1% (um por cento) do valor da parcela mensal do item.



4.27.4.3 Atraso na resolução de chamados de suporte técnico com severidade Alta

- Penalidade: Glosa de 5% (cinco por cento) do valor da parcela mensal do item.

4.27.4.4 Atraso na resolução de chamados de suporte técnico com severidade Crítica

- Penalidade: Glosa de 10% (dez por cento) do valor da parcela mensal do item.

4.28 Recebimento do Objeto

- 4.28.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, pelo(s) fiscal(is) do contrato, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (art. 140, inciso I, “a”, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).
- 4.28.2 O prazo de que trata o subitem anterior será contado do recebimento de comunicação escrita da Contratada com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.
- 4.28.3 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o(s) fiscal(is) do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos.
- 4.28.4 A análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços referida no subitem anterior poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à Contratada, circunstância que deverá ser registrada pelo(s) fiscal(is) em relatório(s) a ser encaminhado ao gestor do Contrato.
- 4.28.5 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados (art. 119, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).
- 4.28.6 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas durante o recebimento provisório.
- 4.28.7 O recebimento provisório estará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 4.28.8 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades. (art. 140, §1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).
- 4.28.9 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado de recebimento provisório deverá conter o registro, a análise e a conclusão sobre todas as ocorrências na execução do contrato, acompanhado dos demais documentos que julgar necessários, encaminhando-o ao servidor ou comissão designada pela autoridade competente para recebimento definitivo.
- 4.28.10 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo aos seguintes procedimentos (art. 140, inciso I, “b” da Lei Federal nº 14.133, de 2021):
- a) Emissão de documento comprobatório da avaliação realizada pelo(s) fiscal(is) sobre o cumprimento de obrigações assumidas pela Contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de ateste de cumprimento de obrigações;
 - b) Análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicação das cláusulas contratuais correspondentes, solicitando à Contratada por escrito, as respectivas correções;
 - c) Emissão de termo detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços, com base nos relatórios elaborados e documentações apresentadas;



- d) Comunicação à Contratada para emissão de nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s), com o valor exato dimensionado pela fiscalização;
 - e) Envio da documentação correspondente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão; e
 - f) No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, a Contratada deverá ser comunicada para emissão de nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) relativamente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento (art. 143, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).
- 4.28.11 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela Contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s).
- 4.28.12 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do Contrato (art. 140, §2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).
- 4.29 Liquidação
- 4.29.1 Recebida(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s), a Administração, no prazo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por até 10 (dez) dias úteis, adotará, na forma desse subitem, as providências para fins de liquidação da despesa.
- 4.29.2 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) apresentado(s) pela Contratada expressa(m) os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: a) o prazo de validade; b) a data da emissão; c) os dados do contrato e do Contratante; d) o período respectivo de execução do contrato; e) o valor a pagar; e f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 4.29.3 Havendo erro na apresentação da(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s), ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus para o Contratante.
- 4.29.4 A(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) deverá(ão) ser obrigatoriamente acompanhado(s) da comprovação da regularidade fiscal da Contratada mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação de habilitação fiscal, social e trabalhista, na forma exigida neste Termo de Referência.
- 4.30 Prazo para Pagamento
- 4.30.1 O pagamento será efetuado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme subitem anterior.
- 4.30.2 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços - INPC do IBGE, *pro rata tempore*.
- 4.31 Forma de Pagamento
- 4.31.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária ou crédito em conta da Contratada aberta em instituição financeira contratada pela Contratante.
- 4.31.1.1 Optando a Contratada por receber os créditos em instituição financeira diversa da indicada neste subitem anterior, deverá arcar com os custos de transferências bancárias, os quais serão deduzidos dos pagamentos devidos.
- 4.31.2 A(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) deverá(ão) atender as exigências legais pertinentes aos tributos e encargos relacionados com a obrigação, sujeitando-se às retenções tributárias previstas em lei, e, as situações específicas, à adoção da forma eletrônica.
- 4.31.3 Independentemente do percentual de tributo inserido na proposta de preço, serão retidos na fonte, por ocasião da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente, quando houver.



- 4.31.4 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, estando o pagamento condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

4.32 Forma de Seleção e Critério de Julgamento da Proposta

- 4.32.1 O prestador de serviço será selecionado por meio de processo de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento menor preço.

4.33 Regime de execução

- 4.33.1 O regime de execução do contrato será por empreitada por preço global.

4.34 Da Aplicação da Margem de Preferência

- 4.34.1 Não será aplicada margem de preferência na presente contratação.

4.35 Exigências de habilitação

- 4.35.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

4.35.1.1 Habilitação jurídica

Para pessoas jurídicas:

- a) Empresário individual: inscrição no registro público de empresas mercantis;
- b) Microempreendedor individual – MEI: certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- c) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal ou sociedade identificada como empresa individual limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, com suas eventuais alterações supervenientes em vigor, devidamente registrados, acompanhados, quando for o caso, dos documentos societários comprobatórios de eleição ou designação e investidura dos atuais administradores;
- d) Sociedades simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, com suas eventuais alterações supervenientes em vigor, devidamente registrados, acompanhados dos atos comprobatórios de eleição e investidura dos atuais administradores;
- e) Empresa ou sociedade estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, observando-se a Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020, quando a atividade assim o exigir; e
- f) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

4.35.1.2 Habilitação fiscal, social e trabalhista

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do prestador de serviço, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



- c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do prestador de serviço, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
 - c.1) Caso o licitante seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- d) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social.
- e) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e

As microempresas e empresas de pequeno porte, beneficiárias do tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar no 123/06, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

O prestador de serviço enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

4.35.1.3 Habilitação Econômico-Financeira

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data de expedição ou revalidação dos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da realização da licitação, caso o documento não consigne prazo de validade;
- b) Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)

Solvência Geral (SG) = (Ativo Total)/(Passivo Circulante + Passivo não Circulante)

Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante)

- b.1) Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo, correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;
 - b.1.1) Na hipótese de licitação por lotes, o patrimônio líquido exigível será calculado em função da soma de tantos quantos forem os lotes em que a interessada tenha apresentado as melhores ofertas.
- b.2) O balanço patrimonial, a demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício, caso a pessoa jurídica tenha sido constituída há menos de 2 (dois) anos (art. 69, §6º da Lei nº 14.133, de 2021);
- b.3) O balanço patrimonial e demonstrações contábeis podem ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;
- b.4) O licitante apresentará o balanço patrimonial e demonstração de resultado mediante, conforme o caso, publicação no Diário Oficial ou Jornal de Grande Circulação, cópia reprográfica das páginas do Livro Diário numeradas sequencialmente onde eles foram transcritos, com os respectivos Termos de Abertura e Encerramento registrados na Junta Comercial; emissão extraída do Sistema Público de Escrituração Digital –SPED, contendo Recibo de Entrega do Livro, os Termos de Abertura, Encerramento e Autenticação.; e
- b.5) O atendimento dos índices econômicos previstos neste subitem será atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor (art. 69, §1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).



Na licitação por lotes, quando for atingido o limite da capacidade econômico-financeira do licitante, esta será declarada inabilitada para o(s) lote(s) subsequentes, observada a ordem sequencial dos lotes constante do instrumento convocatório, sendo vedada a escolha, pelo licitante, dos lotes para os quais deseja a habilitação.

Na hipótese de participação de pessoas jurídicas em consórcio, se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, para fins de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo no percentual de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

4.35.1.4 Qualificação Técnica

A Licitante deverá apresentar atestado(s) emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem **capacidade operacional** na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, incluindo instalação e configuração e todo suporte devido durante a vigência contratual. Para tanto, exige-se um ou mais atestados cujo o somatório seja no mínimo 30% do quantitativo total estimado. Este percentual se justifica em razão da necessidade de comprovação da capacidade técnico operacional da licitante.

Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

A Licitante deverá apresentar documento contendo a indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação ou da contratação direta, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

A Licitante deverá indicar a existência de pessoal técnico, no mínimo 04 (quatro) profissionais, certificados pelo fabricante dos equipamentos, aptos a instalar, configurar e manter os itens ofertados.

A Licitante deverá apresentar declaração de que tomou conhecimento de todas as informações e, quando exigido, das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação ou da contratação direta, preferencialmente conforme modelo anexo a este Termo de Referência.

Caso a Licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no subitem 9.4.1.4.3 por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, preferencialmente conforme modelo anexo a este Termo de Referência.

Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:

- a) Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;*
- e*
- b) Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.*

Na hipótese do subitem 9.4.1.4.1, para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.



O prestador de serviço disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

4.35.2 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação ou da contratação direta deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (art. 65, §1º da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

4.35.3 Regras acerca da participação de matriz e filial:

- a) *Se o Licitante for a matriz, todos os documentos devem estar em nome da matriz;*
- b) *Se o Licitante for filial, todos os documentos devem estar em nome da filial, exceto aqueles que a legislação permita ou exija a emissão apenas em nome da matriz;*
- c) *A comprovação de capacidade operacional para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação ou da contratação direta poderá ser feita em nome da matriz ou da filial; e*
- d) *Se o Licitante participar do certame apresentando os documentos de habilitação e qualificação da matriz e desejar executar o contrato pela filial, ou vice-versa, deverá fazer prova, por ocasião da assinatura do contrato, da regularidade do estabelecimento que executará o objeto licitado, a qual deverá ser mantida durante todo o curso da avença.*

4.35.4 Regras acerca da participação de consórcio:

- c) *A habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado; e*
- d) *Na hipótese de o consórcio não ser formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, para fins de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo no percentual de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.*

4.35.5 Certificado de Registro Cadastral (CRC) ou Certificado de Registro Simplificado (CRS) poderá substituir os documentos de habilitação, na forma indicada neste Termo de Referência.

4.35.5.1 Caso conste do registro algum documento vencido, a Licitante deverá apresentar a versão atualizada do referido documento junto aos demais documentos de habilitação.

4.35.5.2 A substituição dos documentos está condicionada à verificação da regularidade destes, mediante a emissão do extrato do fornecedor pela Administração.

4.35.5.3 O Certificado de Registro Cadastral (CRC) ou Certificado de Registro Simplificado (CRS), estando no prazo de validade, poderá substituir os documentos relativos à habilitação constantes do sistema, exceto os concernentes à Qualificação Técnica.

ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

4.36 O valor estimado total da contratação é de **R\$ 8.423.326,80 (oito milhões quatrocentos e vinte e três mil trezentos e vinte e seis reais e oitenta centavos)**, conforme planilha de quantitativos e preços unitários e global abaixo, os quais correspondem ao critério máximo de aceitabilidade dos preços unitários e global.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

LOTE ÚNICO

ITEM	Descrição	Unidade de referência	Quantidade	Média Unitária (R\$)	Média Total (R\$)
1	Solução De Segurança Cibernética Distribuída NGFW – Tipo I	ÚNICO	4	R\$ 203.536,83	R\$ 814.147,32
2	Solução De Segurança Cibernética Distribuída NGFW – Tipo II	ÚNICO	6	R\$ 53.891,67	R\$ 323.350,02
3	Solução De Segurança Cibernética Distribuída NGFW – Tipo III	ÚNICO	20	R\$ 14.436,87	R\$ 288.737,40
4	Ativo de Rede Wired – Tipo I	ÚNICO	4	R\$ 116.305,90	R\$ 465.223,60
5	Ativo de Rede Wired – Tipo II	ÚNICO	4	R\$ 23.647,42	R\$ 94.589,68
6	Ativo de Rede Wired – Tipo III	ÚNICO	10	R\$ 16.162,28	R\$ 161.622,80
7	Ativo de Rede Wired – Tipo IV	ÚNICO	4	R\$ 46.293,73	R\$ 185.174,92
8	Ativo de Rede Wired POE – Tipo I	ÚNICO	10	R\$ 31.534,95	R\$ 315.349,50
9	Ativo de Rede Wired POE – Tipo II	ÚNICO	12	R\$ 13.273,42	R\$ 159.281,04
10	Ativo de Rede Wireless – Indoor	ÚNICO	60	R\$ 686,30	R\$ 41.178,00
11	Ativo de Rede Wireless – Outdoor	ÚNICO	8	R\$ 30.488,33	R\$ 243.906,64
12	Solução de Segurança de Endpoint – EPP Tipo I	ÚNICO	2	R\$ 263.265,88	R\$ 526.531,76
13	Solução de Segurança de Endpoint – EPP Tipo II	ÚNICO	10	R\$ 16.610,82	R\$ 166.108,20
14	Solução de Logs e Relatoria Tipo I	ÚNICO	2	R\$ 260.226,99	R\$ 520.453,98
15	Solução de Autenticação	ÚNICO	2	R\$ 126.017,64	R\$ 252.035,28
16	Módulo Transceiver – TIPO I	ÚNICO	40	R\$ 1.061,08	R\$ 42.443,20
17	Módulo Transceiver – TIPO II	ÚNICO	40	R\$ 1.265,70	R\$ 50.628,00
18	Solução de Segurança Decoy/Honeypot	ÚNICO	2	R\$ 241.152,94	R\$ 482.305,88
19	Solução de Gerência Centralizada NGFW	ÚNICO	1	R\$ 119.753,76	R\$ 119.753,76
20	Injetor de Energia para Ativo de Rede Wireless Indoor	ÚNICO	60	R\$ 2.196,56	R\$ 131.793,60
21	Servidor Rack Para Aplicações Virtualizadas	ÚNICO	2	R\$ 192.533,93	R\$ 385.067,86
22	Unidade de Serviços Técnicos	ÚNICO	380	R\$ 1.255,65	R\$ 477.147,00
VALOR TOTAL (A) =					R\$ 6.246.829,44
23	Fornecimento de Solução De Segurança Cibernética Distribuída NGFW – Tipo IV na modalidade Infraestrutura como	MENSAL	4	R\$ 9.798,94	R\$ 39.195,76
24	Fornecimento de Solução De Segurança Cibernética Distribuída NGFW – Tipo V na modalidade Infraestrutura como	MENSAL	4	R\$ 3.192,07	R\$ 12.768,28
25	Fornecimento de Solução De Segurança Cibernética Distribuída NGFW – Tipo VI na modalidade Infraestrutura como	MENSAL	16	R\$ 883,39	R\$ 14.134,24
26	Fornecimento de Ativo de Rede Wired – Tipo V na modalidade Infraestrutura como Serviço (IaaS)	MENSAL	4	R\$ 4.101,75	R\$ 16.407,00
27	Fornecimento de Ativo de Rede Wired – Tipo VI na modalidade Infraestrutura como Serviço (IaaS)	MENSAL	4	R\$ 4.182,20	R\$ 16.728,80
28	Fornecimento de Ativo de Rede Wired POE – Tipo III na modalidade Infraestrutura como Serviço (IaaS)	MENSAL	4	R\$ 1.282,05	R\$ 5.128,20
29	Fornecimento de Solução de Logs e Relatoria Tipo II na modalidade Infraestrutura como Serviço (IaaS)	MENSAL	2	R\$ 25.113,12	R\$ 50.226,24
30	Serviço Contínuo de Gerenciamento e Suporte em Segurança C	MENSAL	2	R\$ 13.393,13	R\$ 26.786,26
VALOR TOTAL (B) =					R\$ 181.374,78
VALOR TOTAL (B) PARA 12 MESES =					R\$ 2.176.497,36
VALOR TOTAL (A+B)=					R\$ 8.423.326,80

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.37 As despesas decorrentes da contratação correrão à conta da dotação orçamentária concernente aos órgãos ou entidades contratantes, devendo cada contratação ser precedida da emissão da declaração de compatibilidade com a LRF.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Órgão: 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade Orçamentária: 0600 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Função: 04 Administração

SubFunção: 122 Administração Geral

Programa: 0002 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER EXECUTIVO

Ação: 1176 QUALIFICAÇÃO DAS INSTALAÇÕES – EQUIPAMENTOS, MOBILIÁRIOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Natureza de Despesas: 33903900 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS / 44905200 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

SubElementos: 33903947 – SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO EM GERAL / 44905235 – MATERIAL DE TIC (PERMANENTE)

Fonte: 15000000

Centro de Custo:

Base Legal: 205 Pregão – Art. 29 Lei 14.133/2021



DISPOSIÇÕES SOBRE REGISTRO DE PREÇOS

4.38 Em caso de registro de preços, o Preâmbulo do Edital disporá:

- a) O órgão ou entidade gerenciador do registro de preços;
- b) O prazo de vigência da ata de registro de preços; e
- c) A possibilidade de adesão posterior à ata de registro de preços.

ANEXOS E MODELOS DO TERMO DE REFERÊNCIA

4.39 Vinculam-se a este Termo de Referência, independentemente de transcrição (art. 92, inciso II da Lei Federal nº 14.133, de 2021):

- a) Estudo Técnico Preliminar ANEXO II;
- b) Especificações da prestação do serviço (**ANEXO A - Arquivo Anexo**);
- c) Modelo de descrição da proposta de preço e de declaração de elaboração independente de proposta (**ANEXO B - Arquivo Anexo**);
- d) Modelo de declaração de ciência das condições de realização do objeto da licitação/contratação direta (**ANEXO C - Arquivo Anexo**);
- e) Modelo de Termo de Compromisso, Sigilo e Confidencialidade (**ANEXO D - Arquivo Anexo**);
- f) PROVA DE CONCEITO (POC) - TESTE DE CONFORMIDADE (**ANEXO E - Arquivo Anexo**).

Lauro de Freitas, 17 de novembro de 2025.

Leonardo Lino Silva Santos
Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação / Técnico Responsável
Matrícula: 127033

AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, especialmente dos artigos 7º e 40, **AUTORIZO** o Setor competente a dar prosseguimento à instrução do processo, adotando todas as providências administrativas necessárias à deflagração da fase interna no certame, com base nas informações, justificativas e elementos técnicos constantes deste Termo de Referência.

A instrução deverá observar integralmente os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e do julgamento objetivo, assegurando a estrita conformidade com o interesse público.

Lauro de Freitas/BA 17 de novembro de 2025.

Tássio Lima Azevedo
Secretário Municipal De Administração - SECAD



ANEXO II
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS GERENCIADOS DE SEGURANÇA

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS DO DOCUMENTO

Número do Processo Administrativo: 19239/2025

2. NECESSIDADE

2.1. Descrição da Necessidade

O Município de Lauro de Freitas está comprometido com a transformação digital dos serviços públicos, buscando uma gestão mais eficiente e um atendimento otimizado ao cidadão. Este esforço se alinha ao projeto estratégico de transformar o município em uma cidade inteligente, integrando soluções tecnológicas avançadas para melhorar a qualidade de vida da população.

Na esteira desse projeto de cidades inteligentes, a segurança cibernética emerge como um pilar crítico. Na medida em que a cidade avança em direção a um ambiente digital integrado, onde se espera que dados cadastrais, financeiros e de saúde sejam manipulados de forma segura e eficiente, a proteção cibernética torna-se um componente indispensável. Esta modernização não só potencializa a prestação de serviços, mas também aumenta a exposição a ameaças cibernéticas que precisam ser cuidadosamente mitigadas.

Atualmente, a infraestrutura de cibersegurança do município apresenta desafios significativos, como a falta de redundância, equipamentos legados, ausência de segmentação de rede e deficiências em segurança de endpoints. Essas vulnerabilidades ampliam o risco de ataques cibernéticos, ressaltando a necessidade urgente de aprimoramento na gestão da segurança da informação. Um melhor detalhamento sobre a situação atual será realizado no item 2.3.1 do ETP.

A infraestrutura de tecnologia da informação, juntamente com os projetos expansivos previstos, formam a espinha dorsal dessa iniciativa de cidades inteligentes. Mas sem medidas robustas de segurança, tal infraestrutura permanece vulnerável a diversos ataques cibernéticos, como ransomware e vazamentos de dados, que podem comprometer gravemente os serviços essenciais à população. Esses cenários ressaltam a urgente necessidade de integrar a segurança desde a concepção dos projetos.

Além disso, a conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018) exige a implementação de medidas adequadas para proteger a privacidade dos cidadãos, prevenindo sanções e preservando a confiança pública. Investir em cibersegurança é, portanto, não apenas uma necessidade técnica, mas também uma estratégia de preservação de recursos financeiros e reputacionais.

O município propõe, então, a contratação de serviços especializados em cibersegurança como ação estratégia imediata, vital para a proteção dos dados e a continuidade dos serviços, assegurando o progresso eficaz do projeto de cidades inteligentes. Este movimento evidencia o compromisso com o interesse público, garantindo direitos de privacidade e assegurando a estabilidade administrativa durante essa transformação digital.

Dessa forma, a modernização da cibersegurança não é apenas uma opção, mas uma obrigação inadiável para sustentar a transformação do município de Lauro de Freitas em uma cidade inteligente segura, eficiente e confiável.

2.2. Área Requisitante

Considerando que a implementação de medidas de cibersegurança é vital para a transformação digital do município, a sua condução ficará a cargo da Superintendência de Tecnologia da Informação, parte integrante da Secretaria Municipal de Administração (SECAD). Esta secretaria é responsável por modernizar a administração pública, melhorar a prestação de serviços e otimizar os recursos públicos, alinhando suas ações ao Plano de Governo. A Superintendência, através da Diretoria de Ciência, Tecnologia e Inovação, liderará o

projeto para garantir a segurança dos dados e a eficiência dos serviços digitais, consolidando Lauro de Freitas como uma cidade inteligente.

2.3. Descrição dos Requisitos da Contratação

2.3.1. Diagnóstico – Panorama Atual

Atualmente, a infraestrutura de rede e cibersegurança da Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas apresenta várias fragilidades críticas. O firewall em uso é singular, sem redundância, o que expõe o sistema a interrupções em caso de falhas. Os switches são antigos e não gerenciáveis, dificultando a visibilidade e o controle adequados da rede. A ausência de micro segmentação de VLANs resulta em uma rede plana e vulnerável à rápida disseminação de ameaças, como ransomwares. Além disso, o Wi-Fi é gerido por roteadores domésticos, sem políticas de acesso robustas, aumentando o risco de invasões externas.

Para ilustrar melhor esses pontos, a tabela abaixo resume a situação atual dos principais componentes de TI:

Componente	Situação Atual
Firewall	Apenas 1 unidade Palo Alto 1410. Sem redundância.
Backbone	Sem switches core; interconexão via cabo UTP.
Switches	Modelos Fabricantes diferentes, não gerenciáveis, com vida útil avançada.
WiFi	Roteadores domésticos, não gerenciáveis e sem política de acesso.
Servidores	Físicos, próximos da capacidade, backup físico no mesmo local.
Segmentação Rede	Sem micro segmentação de VLANs, sem gestão e sem visibilidade via firewall.
Gerenciamento	Sem gestão centralizada de acessos, sem gerenciamento de logs, sem NAC.
Endpoints	Sem EDR, sem autenticação MFA, sem proteção de e-mail.

Os endpoints carecem de proteção avançada: não há EDR, MFA, nem proteção eficaz contra e-mails maliciosos, elevando o risco de malwares e acessos indevidos. Os servidores estão operando próximos da capacidade total e localizados sem medidas adequadas de backup, correndo risco de travamentos e falhas críticas.

Considerando que a segurança cibernética é essencial para o suporte das operações municipais e que a atual configuração expõe dados sensíveis e essenciais a riscos significativos, é necessário intervir de forma estratégica, buscando aprimorar a resiliência e eficiência dos sistemas e garantindo a continuidade do serviço público e a proteção dos dados de cidadãos e da infraestrutura digital da Prefeitura de Lauro de Freitas.

2.3.2. Modelo de Contratação Proposto

Ante a definição pela realização da contratação através de um procedimento licitatório centralizado conduzido pela Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas, utilizando o mecanismo do registro de preços, faz-se necessário estabelecer um modelo geral de contratação dos serviços que atenda às necessidades das diversas unidades da Administração Municipal que irão utilizá-lo. Por questão de competência, a definição do referido modelo foi realizada através de trabalho conjunto entre a equipe de planejamento da presente contratação e a equipe técnica responsável.

O modelo de contratação que está sendo proposto para esta contratação tem as seguintes características:

a) **Forma de Seleção:** Modalidade pregão eletrônico e critério de julgamento menor preço.

Considerando que o serviço que se pretende contratar pode ser descrito de forma objetiva, bem como que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado, o mesmo se enquadra como serviço de natureza comum, nos termos do quanto previsto no art. 6º, XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.



Tendo em vista a natureza comum do serviço objeto da contratação, o procedimento licitatório seguirá a modalidade pregão, por meio eletrônico, e o critério de julgamento a ser adotado é o menor preço global, em atenção ao quanto disposto nos artigos 6º, XLI e XLV, 12, VI, 29 e 33, I, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

- b) **Quantidade de Lotes:** Lote Único, conforme justificativa constante do subitem 3.5 deste documento.
- c) **Escopo da Contratação:** O escopo abrange a provisão de soluções completas de cibersegurança e infraestrutura de TI, incluindo o fornecimento e instalação de hardware e software, suporte técnico especializado, e personalização de serviços conforme exigido.
- d) **Modalidades de Execução do Serviço:** A contratação inclui tanto o fornecimento da solução como serviço quanto a aquisição de ativos de hardware necessários para implementação das soluções de cibersegurança e conectividade. Isso garante que a prefeitura tenha flexibilidade para atender às suas necessidades específicas, combinando o uso contínuo dos serviços com a propriedade dos ativos físicos conforme necessário.
- e) **Métrica de Pagamento:** Os pagamentos serão estruturados com base em métricas específicas para cada tipo de serviço e ativo fornecido. Para as hipóteses de fornecimento da solução como serviço o pagamento será realizado mensalmente, de acordo com os itens efetivamente utilizados. A aquisição de ativos de hardware será faturada conforme a finalização da entrega e instalação. Para as hipóteses de fornecimento de serviços técnicos sob demanda o pagamento ser realizado de acordo com a quantidade de Unidades de Serviço Técnico efetivamente consumidas.

Os itens que compõem a solução a ser contratada estão discriminados no subitem 3.2 deste documento.

- f) **Vigência:** O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será de 01 (um) ano, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme autorizado pelo art. 84, da Lei Federal nº 14.133/2021.

O contrato apresentará distintos prazos de vigência conforme a modalidade dos serviços contratados. Para itens que são contratados como serviço a vigência será de 02 (dois) anos, a contar da data de assinatura do instrumento contratual, podendo ser prorrogado, a critério da Contratante, até atingir o limite de 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021. Para os contratos referentes à aquisição de ativos o prazo de vigência será de 03 (três) anos, a contar da data de assinatura do instrumento contratual.

Os itens referentes às Unidades de Serviços Técnicos (UST) acompanharão a vigência do contrato principal.

A justificativa para essa diferença de prazos estará detalhada no item 3.1 deste documento.

- g) **Local de Execução:** Os serviços serão executados predominantemente nas instalações da Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas. No entanto, há flexibilidade para execução remota de determinadas atividades, desde que não comprometa a qualidade e eficácia dos serviços. Essa abordagem híbrida garantirá comunicação eficiente e adaptabilidade às necessidades operacionais e tecnológicas da prefeitura.
- h) **Controles do Contrato:** O modelo de contratação integrará um Acordo de Níveis de Serviço (SLA), que estipulará indicadores de desempenho para acompanhar a qualidade dos serviços prestados. Serão aplicadas glosas nos valores pagos em caso de descumprimento dos níveis de serviço acordados, sem prejuízo das penalidades previstas em lei. Os indicadores principais incluirão a disponibilidade dos serviços, tempos de resposta e ação corretiva para incidentes, garantindo que os serviços atendam aos padrões exigidos pela administração.

3. SOLUÇÃO

3.1. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado indicou que é possível contratar serviços de cibersegurança e conectividade, tanto como serviço quanto pela aquisição dos ativos necessários. Optou-se por elaborar uma Ata de Registro de Preços que incluía ambas as opções, dentro do amplo projeto de transformar a cidade em um modelo de cidade inteligente. Este projeto visa promover a sustentabilidade, a inclusão social, a eficiência nos serviços públicos e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. A cibersegurança é um componente essencial,

garantindo a proteção de dados e a confiança nos sistemas digitais, fundamentais para a operação eficaz e segura dos serviços urbanos avançados.

A expectativa é captar linhas de financiamento futuras, que geralmente disponibilizam recursos para investimento, justificando assim a aquisição de novos ativos de TI. Inicialmente, a proposta é contratar a solução como serviço, uma vez que o município atualmente dispõe de recursos para custeio.

Optou-se por um contrato de dois anos, pois esse é o prazo máximo esperado para obtenção dos recursos necessários para a aquisição dos ativos. Esse período coincide também com o prazo máximo de duração de uma ata de registro de preços, possibilitando que, uma vez obtidos os recursos, a aquisição e implementação dos ativos ocorram ainda dentro da vigência da ata. Assim, o município garante a continuidade dos serviços essenciais durante a transição e evita lacunas operacionais.

Além disso, a ata contemplará a aquisição dos ativos para uso com os recursos que se pretende captar para o projeto de cidades inteligentes. Realizar a licitação dos dois itens de imediato não apenas oferece celeridade na execução futura, mas também representa uma decisão econômica significativa. Esta estratégia reduz custos operacionais associados à realização de uma segunda licitação, otimizando os recursos e assegurando maior eficiência nas aquisições futuras. Essa abordagem também reforça a resiliência organizacional e a confiança da população nos sistemas digitais do governo.

3.2. Descrição da Solução Como um Todo

3.2.1. Escopo da Contratação

Para a definição dos parâmetros gerais, foi necessário avaliar as diferentes necessidades do município. Assim, chegou-se a um modelo que prevê a divisão do objeto da contratação em vários itens distintos, permitindo que as unidades participantes da ata de registro de preços realizem a contratação conforme suas necessidades específicas. O escopo da contratação proposto é composto pelos seguintes itens:

- a) Serviços de Cibersegurança como Serviço (SaaS): Inclui soluções abrangentes de proteção de dados, firewall e monitoramento de rede, essenciais para salvaguardar as infraestruturas digitais do município contra ameaças cibernéticas;
- b) Fornecimento de Ativos de Hardware: Abrange a aquisição de equipamentos como servidores, roteadores e dispositivos de armazenamento, fundamentais para a atualização e expansão da infraestrutura de TI;
- c) Soluções de Conectividade e Rede: Visa prover serviços de configuração e otimização de redes internas e externas, garantindo uma comunicação eficiente e segura entre diferentes unidades administrativas;
- d) Sistemas de Gestão de Identidade e Acesso (IAM): Envolve a implementação de controles de acesso robustos, necessários para garantir que somente usuários autorizados possam acessar sistemas críticos;
- e) Consultoria e Suporte Técnico Especializado: Oferece suporte contínuo e serviços de consultoria para a personalização e integração das soluções contratadas com sistemas existentes; e
- f) Plataforma de Monitoramento e Análise de Dados: Fornece ferramentas de análise para monitorar o desempenho da infraestrutura de TI e antecipar possíveis falhas ou ameaças.

Cada um desses itens foi delineado para atender de maneira flexível e eficaz às demandas do município, contribuindo para a transformação em uma cidade mais inteligente e segura.

3.2.2. Requisitos

3.2.2.1. Requisitos Legais

A solução deve estar adequada à legislação Municipal e Federal, em especial à Lei Federal nº 14.133/2021 e à Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados).



3.2.2.2. Requisitos de Manutenção e Suporte

A Contratada deverá prestar suporte técnico durante todo o prazo de vigência contratual, com cobertura de atendimento de acordo com os seguintes parâmetros:

- a) Os chamados de suporte técnico deverão ser abertos por meio de central de abertura de chamados da Contratada, a partir de um número 0800 e ou equivalente a ligação local e também por ambiente WEB, em regime de 24 (vinte e quatro) horas, durante 7 (sete) dias por semana, incluindo-se os dias úteis, feriados e finais de semana;
- b) No momento de abertura do chamado, deverá ser fornecido à Contratante um número único de identificação, data e hora de abertura do chamado. Este será considerado o início para contagem dos prazos estabelecidos;
- c) Todos os chamados, bem como as providências adotadas, deverão ser armazenados em sistema da Contratada para controle de chamados. O acesso a esse sistema deverá estar disponível à Contratante;
- d) A Contratada deverá oferecer manutenção e suporte técnico conforme o nível de severidade de cada definido no Acordo de Níveis de Serviços (ANS), a ser fixado no Termo de Referência; e
- e) A Contratada deverá disponibilizar à Contratante o serviço de um gestor responsável pelo Contrato de Suporte, que será o ponto focal de todas as necessidades de suporte da Contratante para casos de escalonamentos ou problemas de atendimento do Suporte Técnico.

3.2.2.3. Requisitos de Garantia

A garantia da contratação será exigida conforme os critérios estabelecidos nos requisitos técnicos do Termo de Referência. As disposições abaixo especificam os detalhes necessários:

- a) Garantia Contratual: Será exigida uma garantia no valor de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato anual, conforme previsto nos artigos 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 2021. Esta garantia poderá ser prestada em qualquer das modalidades permitidas no §1º do art. 96.
- b) Prazo de Garantia dos Serviços:
 - i. Fornecimento de Infraestrutura como Serviço (IaaS): A garantia para os serviços prestados será de 90 (noventa) dias após o recebimento definitivo, devendo permanecer vigente durante todo o prazo de prestação dos serviços, que terá duração de 24 (vinte e quatro) meses, conforme especificações deste termo de referência; e
 - ii. Aquisição de Ativos: O prazo de garantia para os ativos adquiridos será de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir do recebimento definitivo, conforme especificações deste termo de referência.
- c) Condições da Garantia: Durante todo o período de garantia contratado, a Contratada deverá assegurar suporte 24 horas por dia, 7 dias por semana, com manutenção corretiva e preventiva, conforme estabelecido nos requisitos técnicos. A equipe de suporte deverá estar composta por profissionais certificados pelo fabricante.
- d) Garantia de Componentes e Equipamentos: Todos os componentes fornecidos devem possuir garantia de conformidade e operação contínua, assegurando que atendam aos níveis de desempenho e funcionalidade exigidos. Em caso de falhas, a Contratada deve reparar ou substituir os itens dentro do prazo da garantia.

3.2.2.4. Requisitos de Capacitação

A Contratada deverá proporcionar treinamento "hands on" a até 08 (oito) colaboradores do CONTRATANTE, abrangendo a operação, manutenção, geração de relatórios e uso das funcionalidades da solução.

3.2.2.5. Requisitos de Qualificação Técnica

De forma a garantir que a contratação atenda aos requisitos de qualidade estabelecidos no Acordo de Nível de Serviço, a Contratada deve cumprir os seguintes requisitos de qualificação técnica:

- Comprovar que já forneceu solução(ões) e serviço(s) semelhante(s) e compatível(is) com o objeto da contratação, através da apresentação atestado(s) de capacidade técnica;
- Comprovar, no momento da assinatura da ata, possuir equipe técnica mínima, composta por profissionais experientes, com atuação em segurança da informação e certificações pertinentes, de acordo com as especificações contidas no termo de referência; e
- Caso não seja a fabricante/desenvolvedor da solução ofertada, no momento da assinatura da ata a Licitante vencedora deverá apresentar uma declaração fornecida pelo fabricante da solução, em papel timbrado e firmado pelo representante legal no Brasil, informando que a Licitante vencedora, acima referenciada, é sua revenda autorizada e que está apta a efetuar a instalação e dar suporte à solução objeto deste processo licitatório.

3.3. Estimativa das Quantidades a Serem Contratadas

Para definir o dimensionamento da demanda para a contratação dos serviços de segurança e conectividade, foi realizado um levantamento detalhado da estrutura dos 03 (três) prédios que compõem o Centro Administrativo de Lauro de Freitas (CALF), sede da Prefeitura Municipal.

Cada um dos 03 (três) prédios possui 03 (três) pavimentos e abriga 12 (doze) secretarias e 02 (duas) centrais de apoio. Essa infraestrutura é essencial para as operações administrativas da Prefeitura.

Além da análise do espaço físico, considerou-se o número aproximado de 500 (quinhentos) usuários, entre servidores e colaboradores, que utilizarão os serviços. Todos esses usuários estão conectados por meio de desktops através de cabos UTP e dispositivos móveis via rede WiFi.

Esse levantamento cuidadoso permitiu um entendimento claro das necessidades de conectividade e segurança, garantindo que a solução proposta fosse ajustada à realidade operacional dos prédios, comportando adequadamente o volume de dados e a quantidade de dispositivos conectados. Assim, busca-se assegurar que a comunicação e o fluxo de informações ocorram de forma segura e contínua, atendendo eficientemente às exigências das atividades institucionais diárias.

Com base nas respostas desses órgãos, chegou-se ao seguinte quantitativo:

Item	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade
01	Solução De Segurança Cibernética Distribuída NGFW – Tipo I	Unidade	04
02	Solução De Segurança Cibernética Distribuída NGFW – Tipo II	Unidade	06
03	Solução De Segurança Cibernética Distribuída NGFW – Tipo III	Unidade	20
04	Ativo de Rede Wired – Tipo I	Unidade	04
05	Ativo de Rede Wired – Tipo II	Unidade	04
06	Ativo de Rede Wired – Tipo III	Unidade	10
07	Ativo de Rede Wired – Tipo IV	Unidade	04
08	Ativo de Rede Wired POE – Tipo I	Unidade	10
09	Ativo de Rede Wired POE – Tipo II	Unidade	12
10	Ativo de Rede Wireless – Indoor	Unidade	60

11	Ativo de Rede Wireless – Outdoor	Unidade	08
12	Solução de Segurança de Endpoint - EPP Tipo I	Unidade	02
13	Solução de Segurança de Endpoint - EPP Tipo II	Unidade	10
14	Solução de Logs e Relatoria Tipo I	Unidade	02
15	Solução de Autenticação	Unidade	02
16	Modulo Transciver – TIPO I	Unidade	40
17	Modulo Transciver – TIPO II	Unidade	40
18	Solução de Segurança Decoy/Honeypot	Unidade	02
19	Solução de Gerência Centralizada NGFW	Unidade	01
20	Injetor de Energia para Ativo de Rede Wireless Indoor	Unidade	60
21	Servidor Rack Para Aplicações Virtualizadas	Unidade	02
22	Unidade de Serviços Técnicos	UST	380
23	Fornecimento de Solução De Segurança Cibernética Distribuída NGFW – Tipo IV na modalidade Infraestrutura como Serviço (IaaS)	Unidade	04
24	Fornecimento de Solução De Segurança Cibernética Distribuída NGFW – Tipo V na modalidade Infraestrutura como Serviço (IaaS)	Unidade	04
25	Fornecimento de Solução De Segurança Cibernética Distribuída NGFW – Tipo VI na modalidade Infraestrutura como Serviço (IaaS)	Unidade	16
26	Fornecimento de Ativo de Rede Wired – Tipo V na modalidade Infraestrutura como Serviço (IaaS)	Unidade	04
27	Fornecimento de Ativo de Rede Wired – Tipo VI na modalidade Infraestrutura como Serviço (IaaS)	Unidade	04
28	Fornecimento de Ativo de Rede Wired POE – Tipo III na modalidade Infraestrutura como Serviço (IaaS)	Unidade	04
29	Fornecimento de Solução de Logs e Relatoria Tipo II na modalidade Infraestrutura como Serviço (IaaS)	Unidade	02
30	Serviço Contínuo de Gerenciamento e Suporte em Segurança Cibernética	Mensal	02

3.4. Estimativa do Valor da Contratação

O valor global estimado para a contratação é de **R\$ 11.348.226,63 (onze milhões, trezentos e quarenta e oito mil, duzentos e vinte e seis reais e sessenta e três centavos)**, conforme proposta comercial constante no Anexo II deste Estudo.

Para levantamento do valor estimado da contratação, seguindo o quanto determinado no art. 23, da Lei Federal nº 14.133/2021, a equipe de planejamento da contratação recorreu à realização de pesquisa direta junto a fornecedor de mercado, conforme previsto no §1º, IV, do referido dispositivo.

A escolha pela formação do preço referencial da contratação através de orçamentos obtidos diretamente junto a fornecedores é justificada pelo detalhamento técnico específico dos itens necessários para atender às demandas da Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas, conforme estabelecido no art. 23 da Lei 14.133/2021. A complexidade e especificidade das soluções requeridas, especialmente nas áreas de segurança da informação e infraestrutura de conectividade, tornam desafiadora a comparação direta com outros contratos já estabelecidos.

3.5. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A licitação deverá ser processada em lote único, tendo em vista a necessidade de um sistema integrado e eficaz, que assegure interoperabilidade total entre componentes como firewalls, soluções de endpoint, e dispositivos de rede wired e wireless. A gestão

coerente de tecnologias avançadas, como autenticação unificada e monitoramento centralizado, torna-se mais eficiente sob um único contrato.

Dividir esses elementos em múltiplos contratos poderia resultar em desafios significativos de gestão e integração, complicando a coordenação técnica entre diferentes fornecedores e potencialmente comprometendo a segurança e a conectividade de cerca de 500 usuários nos três prédios do Centro Administrativo.

Além disso, o projeto prevê a futura substituição de serviços pelo aumento da aquisição de ativos. Manter a uniformidade tecnológica entre as soluções de cibersegurança e conectividade é essencial. Essa continuidade garante que a migração do serviço para a aquisição de ativos aconteça de maneira rápida e sem grandes custos adicionais, utilizando tecnologias como NGFWs e soluções de autenticação que permanecem consistentes ao longo do processo.

Por isso, um lote único é a escolha estratégica mais robusta para garantir que as soluções implementadas atendam plenamente às necessidades técnicas e operacionais, oferecendo um sistema seguro, eficiente e economicamente viável.

Cumprido destacar que as especificações técnicas foram elaboradas de forma a alcançar o maior número de interessados em participar do certame licitatório, em respeito a mais ampla competição.

3.6. Contratações correlatas e/ou interdependentes

Após revisão dos contratos vigentes e das contratações realizadas nos últimos anos pela Administração Pública, constatamos que não há registros de contratos que apresentem correlação (objetos similares ou complementares) com o objeto da presente contratação.

Outrossim, não foi identificada a existência de contratações interdependentes, que sejam pré-requisitos para o sucesso da nova solução, ou contratações cujo sucesso depende da solução ora examinada.

3.7. Demonstração de Previsão da Contratação no Planejamento da Administração

A secretaria demandante declara que a presente contratação não se encontra no Plano de Contratações Anual – PCA do exercício financeiro de 2025, elaborado pela gestão anterior. Contudo, ante a necessidade da contratação para funcionamento da máquina pública, informa que a presente despesa está integralmente alinhada com as disposições estabelecidas na Lei Orçamentária Anual (LOA) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do município, eis que trata-se de ação estabelecida para o exercício financeiro em curso, visando à melhoria da Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas, e que promoverá a devida adequação posterior no PCA.

4. PLANEJAMENTO

4.1. Resultados Pretendidos

Com base nas necessidades descritas, espera-se que a contratação proposta alcance resultados significativos para a Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas, com foco na melhoria da segurança e conectividade das suas operações. Os resultados pretendidos incluem:

- a) Interoperabilidade e Integração Total – A solução integrada visa assegurar o funcionamento harmonioso entre componentes críticos, como firewalls de próxima geração e redes wireless, facilitando a gestão e administração dos sistemas de segurança e conectividade;
- b) Eficiência Operacional – Ao adotar um lote único, buscamos minimizar as dificuldades de gestão e operação que poderiam surgir com múltiplos contratos. Isso garante uma administração técnica mais fluida e coordenada, essencial para suportar os aproximadamente 500 usuários distribuídos nos três prédios do Centro Administrativo;



- c) Continuidade Tecnológica – A harmonização tecnológica entre a prestação de serviços e a futura aquisição de ativos é crucial. Espera-se uma transição simplificada e econômica de serviços para ativos físicos, mantendo a consistência nas soluções utilizadas, como as de endpoint e autenticação centralizada;
- d) Vantagens Econômicas – Procuramos otimizar os recursos por meio de economia de escala, reduzindo custos operacionais e de implementação, tudo isso ao assegurar tecnologias que garantam a continuidade e robustez dos serviços oferecidos à população; e
- e) Avanço no Projeto de Cidades Inteligentes – Esta contratação é um passo fundamental na estratégia de transformação digital rumo a uma cidade inteligente. Ao fortalecer a infraestrutura de segurança e conectividade, a prefeitura está mais bem equipada para implementar soluções inovadoras que aprimoram a gestão urbana, melhoram a qualidade de vida dos cidadãos e promovem a sustentabilidade e a eficiência dos serviços públicos.

Esses resultados pretendidos visam aprimorar significativamente a capacidade operacional da prefeitura, fornecendo uma infraestrutura sólida, segura e sustentável que não só suporta as operações diárias, mas também impulsiona o desenvolvimento de iniciativas de cidades inteligentes.

4.2. Providências a Serem Adotadas

Não foi identificada a necessidade de adequação do ambiente para a implantação da solução (infraestrutura tecnológica; infraestrutura elétrica; logística de implantação; espaço físico; mobiliário e impacto ambiental).

De forma a viabilizar a efetiva utilização da solução pela equipe técnica da Contratante, foi exigido que a Contratada ofereça treinamento, composto por parte teórica e parte prática (hands on), conforme descrito no subitem 3.2.2.4 deste documento.

4.3. Possíveis Impactos Ambientais

Não foram identificados impactos ambientais na implantação da solução.

5. VIABILIDADE

5.1. Declaração de Viabilidade

A equipe de contratação declara a viabilidade do certame ora proposto, uma vez que as condições de sucesso foram discutidas e simuladas e que os riscos foram levantados e mitigados a contento, conforme Análise de risco constante do Anexo I deste documento, encaminhando assim esta contratação para licitação.

6. ANÁLISE SOBRE A NECESSIDADE DE CLASSIFICAÇÃO DO ETP

Não foi identificada a incidência de qualquer das hipóteses previstas no art. 23, da Lei Federal nº 12.527/2011, que pudesse justificar a necessidade de classificação das informações contidas no presente Estudo como sigilosas.

7. IDENTIFICAÇÃO

Servidor Responsável: Leonardo Lino Silva Santos

Matrícula: 127033

Cargo: Diretor de Tecnologia da Informação



ANEXO III
DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA

Para a execução deste instrumento jurídico, as partes declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846/2013, se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, e estão cientes de que não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada.

Parágrafo primeiro – A responsabilização da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.

Parágrafo segundo – As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

LAURO DE FREITAS /BA, ____ de _____ de ____.

AGENTE PÚBLICO

(Esse campo deverá ser preenchido pela municipalidade após adjudicação)

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)



ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO

Para a execução deste instrumento jurídico, a CONTRATADA, por meio de seu representante, declara não possuir em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como os ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente aos órgãos na linha hierárquica da área encarregada da contratação.

LAURO DE FREITAS /BA, ____ de ____ de ____.

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)



ANEXO V

DECLARAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO
ART. 63, inciso I e § 1º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____.

[endereço da sociedade empresarial]

Considerando o inciso I do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS que atendemos aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Considerando o disposto no § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS, sob pena de desclassificação, que nossa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

LAURO DE FREITAS/BA, _____ de _____ de _____.

CONTRATADA

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)



ANEXO VI
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____
VALIDADE: ____/____/____

Aos dias ____ do mês de ____ do ano de ____, na ____ [endereço do órgão contratante], o **MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS/BA**, por meio do ____ [órgão da Administração Direta], ou ____ a(o) [entidade da Administração Direta], nos termos das normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela **Lei Complementar Federal nº 101/2000** – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/1990**, **Decreto Municipal nº 5.444/2025**, e suas alterações, em face do resultado do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____, realizado por meio do processo administrativo nº 19239/2025, homologado em ____ e publicado no Boletim Oficial do Município de LAURO DE FREITAS/BA nº ____, de ____, RESOLVE registrar os preços das empresas classificadas, por objeto, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas Cláusulas que se seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Registro de Preços para contratação de **para contratação de empresa especializada em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para execução, sob demanda, de serviços e fornecimento de soluções voltadas à segurança da informação, conectividade de redes (com e sem fio) e cibersegurança**. A contratação abrangerá a aquisição de equipamentos e fornecimento através infraestrutura como serviço, de tecnologias destinados à proteção da infraestrutura de TI da Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas. O escopo inclui o desenvolvimento e fornecimento de projeto executivo completo, contemplando hardware e software necessários à implementação das soluções de segurança; fornecimento de subscrições para softwares e serviços de cibersegurança; instalação e configuração dos sistemas e equipamentos; suporte técnico local e remoto para todas as soluções implantadas; capacitação especializada dos servidores municipais; e o fornecimento de demais insumos necessários ao pleno funcionamento das soluções contratadas.

DADOS DA EMPRESA				
RAZÃO SOCIAL				
CNPJ		INSCRIÇÃO ESTADUAL		
ENDEREÇO				
TELEFONE		FAX	EMAIL	
BANCO (NOME/Nº)		AGÊNCIA Nº	CONTA CORRENTE Nº	
LOTE/ITEM XXX				
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
TOTAL GERAL				
TOTAL GERAL (por extenso) XXXXXXXXXXXXXXXX				

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1 A vigência da ata de registro de preços decorrente da presente licitação será de 01 (um) ano, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme autorizado pelo art. 84, da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2 O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, prorrogável até atingir o limite de 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – ORDEM DE EXECUÇÃO

A execução dos serviços cujos preços ora são registrados será requisitada por intermédio da apresentação da Ordem de Execução correspondente.

Parágrafo único – Cada Ordem de Execução conterá, sucintamente:

- a) o número da Ata;
- b) a descrição do serviço;
- c) o local de entrega e hora;
- d) o valor da requisição;
- e) as condições de pagamento;
- f) as penalidades;



g) a garantia contratual.

CLÁUSULA QUARTA – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

4.1 O faturamento referente aos itens 01 a 21 da tabela mencionada no item 1.1 do Termo de Referência será realizado em parcela única, após o recebimento definitivo. O faturamento dos itens 23 a 30 será realizado em parcelas mensais de igual valor, observando o prazo de execução previsto no item 1.3. O faturamento do item 22 será realizado sob demanda e em observância às condições previstas na ordem de serviço que autorizou sua execução.

4.2 As faturas referentes ao serviço previsto no item 22 da tabela constante do item 1.1 do Termo de Referência deverão ser apresentadas de forma segregada em relação às faturas dos demais serviços e deverão conter referência expressa ao número da ordem de serviço por meio da qual foi autorizada sua execução.

4.3 O faturamento somente deverá ser apresentado para pagamento após a conclusão da etapa do recebimento definitivo, indicativo da satisfação pela Contratada de todas as obrigações pertinentes ao objeto contratado, acompanhado da documentação probatória relativa ao recolhimento dos impostos relacionados com a obrigação

4.4 Avaliação da Execução

4.4.1 A avaliação da execução do objeto será realizada antes do seu recebimento, na forma descrita no subitem 22.6 do Termo de Referência.

4.4.2 Além da avaliação de que trata o subitem anterior, a avaliação da execução do objeto utilizará o instrumento de medição de resultado correspondente (Acordo de Nível de Serviço), descrito abaixo no subitem 22.5 do Termo de Referência.

4.5 Acordo de Nível de Serviço

Níveis de Serviço de Atendimento para Incidentes

4.5.1 A Contratada será responsável pelo cumprimento e medição dos índices estabelecidos neste item que serão auditados pela Contratante durante todo o prazo de vigência do contrato, e que poderão ser revistos, a qualquer tempo, com vistas à melhoria ou ajustes na qualidade dos serviços prestados, mediante acordo entre as partes.

4.5.2 A Contratada deverá atuar de forma proativa, principalmente nos casos críticos de indisponibilidade, antecipando-se aos problemas das soluções deste termo, garantindo a qualidade do serviço estabelecida nos Níveis Mínimos de Serviço, realizando abertura, acompanhamento e fechamento de chamados técnicos relacionados com indisponibilidade e desempenho das soluções operando em regime 24 horas por dia, 7 dias por semana.

4.5.3 A Contratada deverá garantir o cumprimento dos seguintes prazos de atendimento técnico, classificados por criticidade, localização geográfica e modalidade (local ou remoto), conforme discriminado a seguir, assegurando a continuidade unidades da Contratante.

4.5.4 Severidade Crítica: Solução de segurança não está operante e não é possível nenhuma solução de contorno viável. Problema na solução que gera indisponibilidade em sistemas/serviços produtivos que dependem desse ativo.

- Atendimento Técnico Emergencial Local: até 04 (quatro) horas úteis a partir do registro formal da ocorrência.

4.5.5 Severidade Alta: Problema na solução que gera impacto em determinado sistema/serviço produtivo que dependem desse ativo.

- Atendimento Técnico Emergencial Local: até 08 (oito) horas úteis a partir do registro formal da ocorrência

4.5.6 Severidade Média: Problema contornável que não gera qualquer impacto aos sistemas/serviços produtivos que dependem desses ativos.

- Atendimento Técnico Remoto Local: até 12 (doze) horas úteis a partir do registro formal da ocorrência.

4.5.7 Todos os prazos serão contabilizados a partir do registro formal da ocorrência pelo Contratante, com emissão de número de protocolo.

4.5.8 A indisponibilidade total será caracterizada quando o serviço estiver 100% inoperante, impossibilitando o cumprimento das atividades essenciais.

4.5.9 Não serão consideradas indisponibilidades as seguintes situações:



- a) Janela de manutenção previamente acordada entre CONTRATANTE e CONTRATADA;
- b) Chamados escalados para o fabricante, em tratamento por este;
- c) Indisponibilidade da CONTRATANTE em realizar tarefas que dependam desta;
- d) Paradas programadas pela CONTRATADA e aprovadas pelo CONTRATANTE. Neste caso, a autorização deve ser solicitada pela CONTRATADA com, pelo menos, 5 (cinco) dias de antecedência;
- e) Paradas ocasionadas nos equipamentos por erros de configuração causados pelo CONTRATANTE, sem responsabilidade da CONTRATADA;

4.5.10 Após a conclusão do serviço é obrigação da Contratada verificar o restabelecimento das condições operacionais normais.

4.5.11 Todo o chamado somente será caracterizado como “encerrado” mediante concordância da Contratante.

4.5.12 Níveis de Serviço de Atendimento para Solicitações de Suporte

4.5.13 A CONTRATADA deverá garantir o cumprimento dos seguintes prazos de atendimento técnico, para solicitações de serviços, assegurando a continuidade operacional conforme tipos de solicitação:

4.5.14 Serviços de Suporte ajuste de configurações de equipamentos:

- Atendimento Técnico Remoto
- Prazo máximo: até 08 (oito) horas úteis.

4.5.15 Tipos de Solicitação de Serviço de Suporte:

- a) Análises Técnicas
- b) Diagnóstico de indisponibilidade parcial ou total do equipamento NGFW;
- c) Verificação de consumo de CPU, memória e sessões simultâneas;
- d) Análise de logs de tráfego, eventos de segurança e relatórios do NGFW;
- e) Identificação de gargalos de desempenho ou latência;
- f) Análise de eventos críticos gerados por IPS, AntiVirus, Web Filtering, Application Control, SSL Inspection, entre outros módulos;
- g) Auditoria de políticas e regras de firewall para identificar sobreposições ou conflitos;
- h) Verificação e recomendação de otimização em tabelas de roteamento e políticas de SD-WAN.
- i) Alterações de Parâmetros
- j) Inclusão, modificação ou exclusão de regras de firewall (políticas com ou sem NAT);
- k) Ajuste de perfis de segurança (Web Filter, Application Control, IPS, etc.);
- l) Alterações em objetos de rede (endereços, grupos, serviços, FQDNs);
- m) Atualização de listas de bloqueio/permitidos (whitelist/blacklist) para IPs, URLs e aplicações;
- n) Alteração de parâmetros de VPN (IPsec VPN), incluindo criação ou ajuste de túneis;
- o) Configuração de alta disponibilidade (HA) ou balanceamento de carga;
- p) Ajuste de thresholds para alertas de segurança e performance.
- q) Consultas Operacionais
- r) Apoio na interpretação de logs e relatórios gerados pelo NGFW;
- s) Orientação sobre a priorização de tráfego (QoS, Traffic Shaping);
- t) Esclarecimento de funcionamento de módulos de segurança;
- u) Apoio em decisões para atualização de firmware e aplicação de patches;
- v) Recomendação de boas práticas de configuração e hardening;
- w) Esclarecimento sobre funcionamento de políticas UTM e NGFW;
- x) Apoio na integração do NGFW com sistemas de autenticação (LDAP, RADIUS, SAML, etc.).

4.5.16 Suporte Geral

- a) Correção de falhas de configuração;
- b) Aplicação de atualizações de segurança e correção de vulnerabilidades;
- c) Testes de failover e redundância;
- d) Backup e restauração de configurações;
- e) Configuração e manutenção de logs para integração com ferramentas;



- f) Apoio na configuração de alertas e monitoramento proativo;
- g) Orientação em situações de incidente de segurança detectadas pelo NGFW; e
- h) Reconfiguração ou substituição de equipamento em caso de falha física.

4.5.17 Apuração do Cumprimento do Acordo de Nível de Serviço

4.5.18 Base de Cálculo

4.5.19 O desconto será calculado sobre o valor mensal do serviço do item/unidade afetada.

4.5.20 Período de Apuração

4.5.21 Considera-se apenas o horário útil definido (08h00 às 18h00, segunda a sexta-feira, exceto feriados), totalizando 10 (dez) horas úteis/dia.

4.5.22 Medição da Disponibilidade:

- a) A disponibilidade será medida automaticamente por sistema de monitoramento disponibilizado pela CONTRATADA, contemplando todos os dias do mês.
- b) Será permitida uma tolerância de até 10 (dez) horas por mês para períodos de indisponibilidade.
- c) A disponibilidade exigida irá considerar o total de horas úteis no mês com a tolerância de 10 (dez) horas, ou seja, para um mês com 220 (duzentas e vinte) horas a disponibilidade exigida será $(220-10) / 220 = 95,45\%$.

4.5.23 Glosa por Descumprimento do Acordo de Nível de Serviço

4.5.23.1 Atraso na entrega/implantação do objeto da contratação

- Penalidade: Glosa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor da parcela em atraso por dia útil de atraso até o limite de 30 (trinta) dias úteis. Após 30 dias úteis, será aplicada a glosa de 2% (dois por centos) sobre a parte inadimplida.

4.5.23.2 Atraso na resolução de chamados de suporte técnico com severidade Média

- Penalidade: Glosa de 1% (um por cento) do valor da parcela mensal do item.

4.5.23.3 Atraso na resolução de chamados de suporte técnico com severidade Alta

- Penalidade: Glosa de 5% (cinco por cento) do valor da parcela mensal do item.

4.5.23.4 Atraso na resolução de chamados de suporte técnico com severidade Crítica

- Penalidade: Glosa de 10% (dez por cento) do valor da parcela mensal do item.

4.6 Recebimento do Objeto

4.6.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, pelo(s) fiscal(is) do contrato, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (art. 140, inciso I, "a", da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

4.6.2 O prazo de que trata o subitem anterior será contado do recebimento de comunicação escrita da Contratada com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

4.6.3 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o(s) fiscal(is) do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos.

4.6.4 A análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços referida no subitem anterior poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à Contratada, circunstância que deverá ser registrada pelo(s) fiscal(is) em relatório(s) a ser encaminhado ao gestor do Contrato.

4.6.5 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados (art. 119, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).



4.6.6 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas durante o recebimento provisório.

4.6.7 O recebimento provisório estará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

4.6.8 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades. (art. 140, §1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

4.6.9 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado de recebimento provisório deverá conter o registro, a análise e a conclusão sobre todas as ocorrências na execução do contrato, acompanhado dos demais documentos que julgar necessários, encaminhando-o ao servidor ou comissão designada pela autoridade competente para recebimento definitivo.

4.6.10 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo aos seguintes procedimentos (art. 140, inciso I, "b" da Lei Federal nº 14.133, de 2021):

- a) Emissão de documento comprobatório da avaliação realizada pelo(s) fiscal(is) sobre o cumprimento de obrigações assumidas pela Contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;
- b) Análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicação das cláusulas contratuais correspondentes, solicitando à Contratada por escrito, as respectivas correções;
- c) Emissão de termo detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços, com base nos relatórios elaborados e documentações apresentadas;
- d) Comunicação à Contratada para emissão de nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s), com o valor exato dimensionado pela fiscalização;
- e) Envio da documentação correspondente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão; e
- f) No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, a Contratada deverá ser comunicada para emissão de nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) relativamente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento (art. 143, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

4.6.11 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela Contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s).

4.6.12 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do Contrato (art. 140, §2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

4.7 Liquidação

4.7.1 Recebida(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s), a Administração, no prazo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por até 10 (dez) dias úteis, adotará, na forma desse subitem, as providências para fins de liquidação da despesa.

4.7.2 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) apresentado(s) pela Contratada expressa(m) os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: a) o prazo de validade; b) a data da emissão; c) os dados do contrato e do Contratante; d) o período respectivo de execução do contrato; e) o valor a pagar; e f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

4.7.3 Havendo erro na apresentação da(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s), ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus para o Contratante.



4.7.4 A(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) deverá(ão) ser obrigatoriamente acompanhado(s) da comprovação da regularidade fiscal da Contratada mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação de habilitação fiscal, social e trabalhista, na forma exigida neste Termo de Referência.

4.8 Prazo para Pagamento

4.8.1 O pagamento será efetuado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme subitem anterior.

4.8.2 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços - INPC do IBGE, *pro rata tempore*.

4.9 Forma de Pagamento

4.9.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária ou crédito em conta da Contratada aberta em instituição financeira contratada pela Contratante.

4.9.2 Optando a Contratada por receber os créditos em instituição financeira diversa da indicada neste subitem anterior, deverá arcar com os custos de transferências bancárias, os quais serão deduzidos dos pagamentos devidos.

4.9.3 A(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) deverá(ao) atender as exigências legais pertinentes aos tributos e encargos relacionados com a obrigação, sujeitando-se às retenções tributárias previstas em lei, e, as situações específicas, à adoção da forma eletrônica.

4.9.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na proposta de preço, serão retidos na fonte, por ocasião da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente, quando houver.

4.9.5 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, estando o pagamento condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Condições de execução

5.1.1 Serviços a serem executados pela Contratada

- g) Projeto Executivo: Elaboração de projeto técnico detalhado para implantação da solução, conforme parâmetros deste Termo de Referência, topologia de rede, cronograma e lista de equipamentos;
- h) Implantação das Soluções: Instalação e configuração de todos os equipamentos, softwares e integrações necessárias para operação plena da solução, incluindo testes de aceitação;
- i) Suporte Técnico: Atendimento de incidentes e resolução de problemas técnicos relacionados à solução fornecida, de forma remota ou presencial, conforme criticidade e SLAs estabelecidos; e
- j) Treinamento: Capacitação de até 8 colaboradores do Contratante, abrangendo operação, manutenção, geração de relatórios e uso das funcionalidades da solução.

5.1.2 Exigências Técnicas e Operacionais

28.1.2.1 Sempre antes de qualquer serviço, a Contratada deve efetuar vistoria técnica no local para análise dos detalhes técnicos para execução dos serviços solicitados e, ocorrendo dúvidas, a Contratante deve ser acionada para os devidos esclarecimentos.

28.1.2.2 A vistoria técnica referida no item anterior deve ser agendada previamente pela Contratada, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência junto à Contratante.

5.1.2.3 Ao final de cada intervenção, a Contratada deve entrar em contato com a Contratante para que esta proceda com a homologação dos serviços realizados.



5.1.2.4 Os serviços de instalação e manutenção não deverão obstruir o andamento das rotinas de trabalho dos ambientes objetos de intervenção. Quando da intervenção nestes ambientes será de responsabilidade da Contratada a recomposição total dos mesmos, deixando os locais totalmente limpos e arrumados, inclusive com relação a algum dano a eles causado quando da execução dos serviços.

5.1.2.5 Quando da execução dos serviços, os locais de trabalho deverão ser mantidos desobstruídos e bem-sinalizados, quando for o caso, de maneira a não comprometer a segurança daqueles que ali trafegam.

5.1.2.6 Após a execução dos serviços, as áreas deverão ser mantidas limpas, retirando-se toda e qualquer impureza e sobras de materiais.

5.1.2.7 Para facilitar os procedimentos da Contratante, a Contratada deve apresentar planilhas específicas, para cada local que foi objeto de intervenção, constando relação detalhada dos produtos efetivamente instalados, dos desempenhos esperados e especificação dos procedimentos técnicos e, se couber, dos instrumentos usualmente adotados para se efetuar os testes.

5.1.2.8 A recusa da aceitação dos serviços deve ser feita por escrito e conterá os elementos que motivaram a sua determinação. Assim, elencará os produtos ou serviços que estão em desacordo com as especificações e/ou os defeitos apresentados. Diante disso, a Contratada se disporá a consertar, ajustar, substituir os produtos ou fazer os serviços apontados na correspondência da Contratante e no término, reapresentará o resultado.

5.1.2.9 Fica reservado à Contratante o direito de exigir, a qualquer tempo, durante a garantia do fornecimento do serviço contratado, a substituição de qualquer acessório, componente ou produto requerido e instalado, que não apresentar as características de desempenho e funcionalidade exigidas, ou venha a apresentar falhas intermitentes não sanadas pela CONTRATADA.

5.1.3 Serviço de Implantação das Soluções

5.1.3.1 Após a assinatura do contrato, deverá ser realizada uma reunião de alinhamento entre a Contratante e Contratada, para detalhamento das etapas de instalação, configuração, migração e demais itens referentes aos serviços contratados, seguindo o cronograma e as etapas descritas na tabela abaixo:

CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DAS SOLUÇÕES				
ID	Evento	Quando	Prazo	Quem
01	Assinatura do Contrato e publicação	Início	Não se aplica	Ambos
02	Reunião de Alinhamento	Após ID 01	Até 05 dias úteis	Ambos
03	Entrega do Projeto Executivo	Após ID 01	Até 10 dias úteis	Contratada
04	Formalização da Solicitação de Implantação	Início	Não se aplica	Ambos
05	Início das atividades de Implantação	Após ID 04	Até 30 dias úteis	Contratada
06	Documento de homologação da instalação dos equipamentos	Após ID 05	Até 03 dias úteis	Contratada
07	Recebimento definitivo relativo entregue, instalado e operando.	Após ID 06	Até 03 dias úteis	Contratante
08	Início dos Serviços	Após ID 07	Imediatamente	Contratada
09	Entrega do Relatório de Operação Mensal	Mensal após início	Até 5º dia útil do mês	Contratada
10	Aferição do Nível Mínimo de Serviço	Após ID 09	Até 02 dias úteis	Contratante
11	Pagamento dos serviços	Após ID 10	Até 08 dias úteis	Contratante

5.1.3.1.1 Durante a instalação, os profissionais da Contratada deverão informar todas as ações executadas para os profissionais indicados pela Contratante.

5.1.3.1.2 Entende-se por instalação dos equipamentos: a montagem física e acessórios fornecidos, bem como a configuração lógica de todos os equipamentos e softwares envolvidos.



5.1.3.1.3 Entende-se por instalação dos softwares a disponibilização em pleno funcionamento, configurado e licenciado pelo prazo especificado no respectivo item do Termo de Referência.

5.1.3.1.4 Após a assinatura do instrumento contratual e até a entrega dos equipamentos, serão realizadas reuniões preparatórias, remotas ou presenciais, caso necessários, com a presença dos integrantes da equipe técnica da Contratada, da qual se lavrará ata para permitir o acompanhamento criterioso da execução do objeto.

5.1.4 Será apresentado o ambiente atual da Contratante, onde a Contratada deverá levantar todos os requisitos e configurações pertinentes à referida implantação.

5.1.5 Será apresentado pela Contratada o Plano de Instalação, contemplando o que será migrado, as funcionalidades que serão implementadas segundo o Termo de Referência.

5.1.6 O Plano de Instalação poderá ser recusado pela Contratante, devendo a Contratada realizar os ajustes definidos em reunião e reapresentá-los.

5.1.7 A Contratada, depois de concluído o serviço de instalação, deverá realizar, com acompanhamento dos técnicos da Contratante, testes de pré-operação para validar a referida instalação de acordo com o respectivo Plano.

5.1.8 A documentação deverá ser emitida com timbre da Contratada e deverá conter nome, data e assinatura do técnico responsável da Contratada.

5.1.9 A documentação deverá ser entregue em meio digital (formatos PDF e DOCx).

5.1.10 A documentação deverá ser validada pela equipe técnica da Contratante, devendo ser ajustada pela Contratada caso seja solicitado.

5.1.11 Não haverá custos adicionais à Contratante para a realização das correções apontadas, sendo necessária a atualização da documentação, que foi entregue na etapa de instalação para que a Contratante realize nova homologação da solução, iniciando-se um novo prazo a ser acordado entre as partes para resolução definitiva das inconformidades identificadas.

5.1.12 No prazo de até 10 (dez) dias úteis após a aprovação da documentação pela Contratante, caracterizando a conclusão dos serviços de instalação, configuração e operação assistida, a Contratante emitirá o Termo de Homologação.

5.1.12 Serviço de Suporte Técnico

5.1.12.1 A Contratada deverá prestar suporte técnico durante todo o prazo de vigência contratual, com cobertura de atendimento a partir da data do recebimento em definitivo da solução pela Contratante.

5.1.12.2 Os chamados de suporte técnico deverão ser abertos por meio de central de abertura de chamados da Contratada, a partir de um número 0800 e ou número local e também por ambiente WEB, em regime de 24 (vinte e quatro) horas, durante 7 (sete) dias por semana, incluindo-se os dias úteis, feriados e finais de semana.

5.1.12.3 No momento de abertura do chamado, deverá ser fornecido à Contratante um número único de identificação, data e hora de abertura do chamado. Este será considerado o início para contagem dos prazos estabelecidos;

5.1.12.4 Todos os chamados, bem como as providências adotadas, deverão ser armazenados em sistema da Contratada para controle de chamados. O acesso a esse sistema deverá estar disponível à Contratante;

5.1.12.5 A Contratada deverá disponibilizar à Contratante o serviço de um gestor responsável pelo Contrato de Suporte, que será o ponto focal de todas as necessidades de suporte da Contratante para casos de escalonamentos ou problemas de atendimento do Suporte Técnico.

5.1.12.6 A Contratada deve disponibilizar acesso ao ambiente WEB do fabricante para download de arquivos e drivers.

5.1.12.7 Todo serviço de suporte deve ser realizado por profissional certificado pelo fabricante.

5.1.13 Local e horário da prestação dos serviços



5.1.13.1 Os serviços serão prestados na sede da Contratante.

5.1.13.2 Nos casos em que a Contratante entender que a execução remota não gera prejuízo ao andamento dos trabalhos, poderá autorizar a prestação de parte dos serviços fora das suas instalações.

5.1.13.3 Para a prestação de serviços não presenciais a Contratada deverá disponibilizar recursos tecnológicos para teleconferência ou videoconferência de mercado, compatíveis com a infraestrutura tecnológica e os padrões de segurança da Contratante, que viabilizem o acompanhamento da execução dos serviços.

5.1.13.4 A execução dos serviços de implantação e treinamento obedecerá ao cronograma definido pela Contratante, inclusive quanto às datas e horários pactuados.

5.1.13.5 Procedimentos de transição e finalização do contrato e de transferência de conhecimento

5.1.13.6 A Contratada deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do Contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

5.1.14 Formas de Pagamento

5.1.14.1 Os critérios de medição e pagamento dos serviços prestados serão tratados em tópico próprio do Modelo de Gestão do Contrato.

5.1.15 Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

5.1.15.1 A Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

5.1.15.2 O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal da Contratada, encontra-se no Anexo IV do termo de referência.

CLÁUSULA SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

6.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- a) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima do Termo, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei); impedido o responsável de licitar ou contratar com o Município pelo prazo máximo de 3 (três) anos;



c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima do Termo, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º (art. 156, §5º, da Lei), impedido o responsável de licitar ou contratar com o Município pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

d) Multa:

- (1) moratória de 0,5 % (cinco décimos por cento) por dia de atraso na execução do contrato, tomando por base o valor do contrato;
- (2) multa de 2% (dois por cento) a partir do 16º (decimo sexto) dia, até o 30º dia de atraso;
- (3) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

6.3. A aplicação das sanções previstas no Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º);

6.4. Todas as sanções previstas no Termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º):

6.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157);

6.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º);

6.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

6.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

6.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);

6.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160);

6.9. A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161);

6.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA SÉTIMA – ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

- Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021;
- No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação, sendo o IPCA;



- No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7.2. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021. 24.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 12.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- Por razão de interesse público;
- A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

CLÁUSULA OITAVA – FORO

Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Lauro de Freitas/BA para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da presente Ata de Registro de Preços, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integram esta Ata, o Edital do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____ e as propostas de preço das licitantes vencedoras do mencionado Pregão.

E por estarem justos e acordados, assinam a presente em ____ (_____) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

LAURO DE FREITAS/BA, _____ de _____ de _____.

Agente Público competente do órgão ou entidade contratante

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Representante Legal da Empresa contratada

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

TESTEMUNHAS:

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

(Nome, cargo, matrícula e lotação)



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

ANEXO VII
MINUTA DO CONTRATO

Termo de Contrato celebrado entre o MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS/BA, por meio do _____ [órgão da Administração Direta], como CONTRATANTE, e a _____, como CONTRATADA, para _____ [prestação de serviços/fornecimento contínuo] na forma abaixo.

O MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS, ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 13.927.819/0001-40, com sede na Praça João Thiago dos Santos – S/N – Centro – Lauro de Freitas – BA, neste ato representado pelo **Secretário(a) Municipal** de _____, Sr(a). _____, brasileiro(a), portador(a) do RG n.º _____, inscrito(a) no CPF sob n.º _____, nos termos do Decreto Municipal n. 5.445/2025, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, do outro lado, a empresa _____ inscrita no CNPJ sob o n.º _____, estabelecida na _____, representada neste ato por seu representante legal _____, denominado **CONTRATADO**, têm justo e acordado o presente Contrato, que é celebrado em decorrência do resultado do PREGÃO Nº ____/____, realizado por meio do processo administrativo nº 19239/2025, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este Contrato se rege por toda a legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como referida no presente termo, especialmente pelas normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela **Lei Complementar Federal nº 101/2000** – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/1990**, **Decreto Municipal nº 5.444/2025** e suas alterações, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas regras constantes do Edital e de seus Anexos, pela Proposta da CONTRATADA e pelas disposições deste Contrato. A CONTRATADA declara conhecer todas essas normas e concorda em se sujeitar às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento, incondicional e irrestritamente.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

Contratação de empresa especializada em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para execução, sob demanda, de serviços e fornecimento de soluções voltadas à segurança da informação, conectividade de redes (com e sem fio) e cibersegurança. A contratação abrangerá a aquisição de equipamentos e fornecimento através infraestrutura como serviço, de tecnologias destinados à proteção da infraestrutura de TI da Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas. O escopo inclui o desenvolvimento e fornecimento de projeto executivo completo, contemplando hardware e software necessários à implementação das soluções de segurança; fornecimento de subscrições para softwares e serviços de cibersegurança; instalação e configuração dos sistemas e equipamentos; suporte técnico local e remoto para todas as soluções implantadas; capacitação especializada dos servidores municipais; e o fornecimento de demais insumos necessários ao pleno funcionamento das soluções contratadas, devidamente descritos, caracterizados e especificados no Termo de Referência (Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº _____).

Parágrafo Único – O objeto do Contrato será executado com obediência rigorosa, fiel e integral de todas as exigências, normas, itens, elementos, condições gerais e especiais, contidos no processo administrativo nº 19239/2025, no Termo de Referência, em detalhes e informações fornecidas pelo CONTRATANTE, bem como nas normas técnicas para a execução dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR

O valor total do presente Contrato é de R\$ _____ (por extenso), correspondendo a uma despesa mensal estimada de R\$ _____ (_____ reais).

CLÁUSULA QUARTA – FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

4.1 O faturamento referente aos itens 01 a 21 da tabela mencionada no item 1.1 do Termo de Referência será realizado em parcela única, após o recebimento definitivo. O faturamento dos itens 23 a 30 será realizado em parcelas mensais de igual valor, observando o prazo de



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

execução previsto no item 1.3. O faturamento do item 22 será realizado sob demanda e em observância às condições previstas na ordem de serviço que autorizou sua execução.

4.2 As faturas referentes ao serviço previsto no item 22 da tabela constante do item 1.1 do Termo de Referência deverão ser apresentadas de forma segregada em relação às faturas dos demais serviços e deverão conter referência expressa ao número da ordem de serviço por meio da qual foi autorizada sua execução.

4.3 O faturamento somente deverá ser apresentado para pagamento após a conclusão da etapa do recebimento definitivo, indicativo da satisfação pela Contratada de todas as obrigações pertinentes ao objeto contratado, acompanhado da documentação probatória relativa ao recolhimento dos impostos relacionados com a obrigação

4.4 Avaliação da Execução

4.4.1 A avaliação da execução do objeto será realizada antes do seu recebimento, na forma descrita no subitem 22.6 do Termo de Referência.

4.4.2 Além da avaliação de que trata o subitem anterior, a avaliação da execução do objeto utilizará o instrumento de medição de resultado correspondente (Acordo de Nível de Serviço), descrito abaixo no subitem 22.5 do Termo de Referência.

4.5 Acordo de Nível de Serviço

Níveis de Serviço de Atendimento para Incidentes

4.5.1 A Contratada será responsável pelo cumprimento e medição dos índices estabelecidos neste item que serão auditados pela Contratante durante todo o prazo de vigência do contrato, e que poderão ser revistos, a qualquer tempo, com vistas à melhoria ou ajustes na qualidade dos serviços prestados, mediante acordo entre as partes.

4.5.2 A Contratada deverá atuar de forma proativa, principalmente nos casos críticos de indisponibilidade, antecipando-se aos problemas das soluções deste termo, garantindo a qualidade do serviço estabelecida nos Níveis Mínimos de Serviço, realizando abertura, acompanhamento e fechamento de chamados técnicos relacionados com indisponibilidade e desempenho das soluções operando em regime 24 horas por dia, 7 dias por semana.

4.5.3 A Contratada deverá garantir o cumprimento dos seguintes prazos de atendimento técnico, classificados por criticidade, localização geográfica e modalidade (local ou remoto), conforme discriminado a seguir, assegurando a continuidade unidades da Contratante.

4.5.4 Severidade Crítica: Solução de segurança não está operante e não é possível nenhuma solução de contorno viável. Problema na solução que gera indisponibilidade em sistemas/serviços produtivos que dependem desse ativo.

- Atendimento Técnico Emergencial Local: até 04 (quatro) horas úteis a partir do registro formal da ocorrência.

4.5.5 Severidade Alta: Problema na solução que gera impacto em determinado sistema/serviço produtivo que dependem desse ativo.

- Atendimento Técnico Emergencial Local: até 08 (oito) horas úteis a partir do registro formal da ocorrência

4.5.6 Severidade Média: Problema contornável que não gera qualquer impacto aos sistemas/serviços produtivos que dependem desses ativos.

- Atendimento Técnico Remoto Local: até 12 (doze) horas úteis a partir do registro formal da ocorrência.

4.5.7 Todos os prazos serão contabilizados a partir do registro formal da ocorrência pelo Contratante, com emissão de número de protocolo.

4.5.8 A indisponibilidade total será caracterizada quando o serviço estiver 100% inoperante, impossibilitando o cumprimento das atividades essenciais.

4.5.9 Não serão consideradas indisponibilidades as seguintes situações:

- a) Janela de manutenção previamente acordada entre CONTRATANTE e CONTRATADA;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- b) Chamados escalados para o fabricante, em tratamento por este;
- c) Indisponibilidade da CONTRATANTE em realizar tarefas que dependam desta;
- d) Paradas programadas pela CONTRATADA e aprovadas pelo CONTRATANTE. Neste caso, a autorização deve ser solicitada pela CONTRATADA com, pelo menos, 5 (cinco) dias de antecedência;
- e) Paradas ocasionadas nos equipamentos por erros de configuração causados pelo CONTRATANTE, sem responsabilidade da CONTRATADA;

4.5.10 Após a conclusão do serviço é obrigação da Contratada verificar o restabelecimento das condições operacionais normais.

4.5.11 Todo o chamado somente será caracterizado como “encerrado” mediante concordância da Contratante.

4.5.12 Níveis de Serviço de Atendimento para Solicitações de Suporte

4.5.13 A CONTRATADA deverá garantir o cumprimento dos seguintes prazos de atendimento técnico, para solicitações de serviços, assegurando a continuidade operacional conforme tipos de solicitação:

4.5.14 Serviços de Suporte ajuste de configurações de equipamentos:

- Atendimento Técnico Remoto
- Prazo máximo: até 08 (oito) horas úteis.

4.5.15 Tipos de Solicitação de Serviço de Suporte:

- a) Análises Técnicas
- b) Diagnóstico de indisponibilidade parcial ou total do equipamento NGFW;
- c) Verificação de consumo de CPU, memória e sessões simultâneas;
- d) Análise de logs de tráfego, eventos de segurança e relatórios do NGFW;
- e) Identificação de gargalos de desempenho ou latência;
- f) Análise de eventos críticos gerados por IPS, AntiVirus, Web Filtering, Application Control, SSL Inspection, entre outros módulos;
- g) Auditoria de políticas e regras de firewall para identificar sobreposições ou conflitos;
- h) Verificação e recomendação de otimização em tabelas de roteamento e políticas de SD-WAN.
- i) Alterações de Parâmetros
- j) Inclusão, modificação ou exclusão de regras de firewall (políticas com ou sem NAT);
- k) Ajuste de perfis de segurança (Web Filter, Application Control, IPS, etc.);
- l) Alterações em objetos de rede (endereços, grupos, serviços, FQDNs);
- m) Atualização de listas de bloqueio/permitidos (whitelist/blacklist) para IPs, URLs e aplicações;
- n) Alteração de parâmetros de VPN (IPsec VPN), incluindo criação ou ajuste de túneis;
- o) Configuração de alta disponibilidade (HA) ou balanceamento de carga;
- p) Ajuste de thresholds para alertas de segurança e performance.
- q) Consultas Operacionais
- r) Apoio na interpretação de logs e relatórios gerados pelo NGFW;
- s) Orientação sobre a priorização de tráfego (QoS, Traffic Shaping);
- t) Esclarecimento de funcionamento de módulos de segurança;
- u) Apoio em decisões para atualização de firmware e aplicação de patches;
- v) Recomendação de boas práticas de configuração e hardening;
- w) Esclarecimento sobre funcionamento de políticas UTM e NGFW;
- x) Apoio na integração do NGFW com sistemas de autenticação (LDAP, RADIUS, SAML, etc.).

4.5.16 Suporte Geral

- a) Correção de falhas de configuração;
- b) Aplicação de atualizações de segurança e correção de vulnerabilidades;
- c) Testes de failover e redundância;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- d) Backup e restauração de configurações;
- e) Configuração e manutenção de logs para integração com ferramentas;
- f) Apoio na configuração de alertas e monitoramento proativo;
- g) Orientação em situações de incidente de segurança detectadas pelo NGFW; e
- h) Reconfiguração ou substituição de equipamento em caso de falha física.

4.5.17 Apuração do Cumprimento do Acordo de Nível de Serviço

4.5.18 Base de Cálculo

4.5.19 O desconto será calculado sobre o valor mensal do serviço do item/unidade afetada.

4.5.20 Período de Apuração

4.5.21 Considera-se apenas o horário útil definido (08h00 às 18h00, segunda a sexta-feira, exceto feriados), totalizando 10 (dez) horas úteis/dia.

4.5.22 Medição da Disponibilidade:

- a) A disponibilidade será medida automaticamente por sistema de monitoramento disponibilizado pela CONTRATADA, contemplando todos os dias do mês.
- b) Será permitida uma tolerância de até 10 (dez) horas por mês para períodos de indisponibilidade.
- c) A disponibilidade exigida irá considerar o total de horas úteis no mês com a tolerância de 10 (dez) horas, ou seja, para um mês com 220 (duzentas e vinte) horas a disponibilidade exigida será $(220-10) / 220 = 95,45\%$.

4.5.23 Glosa por Descumprimento do Acordo de Nível de Serviço

4.5.23.1 Atraso na entrega/implantação do objeto da contratação

- Penalidade: Glosa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor da parcela em atraso por dia útil de atraso até o limite de 30 (trinta) dias úteis. Após 30 dias úteis, será aplicada a glosa de 2% (dois por centos) sobre a parte inadimplida.

4.5.23.2 Atraso na resolução de chamados de suporte técnico com severidade Média

- Penalidade: Glosa de 1% (um por cento) do valor da parcela mensal do item.

4.5.23.3 Atraso na resolução de chamados de suporte técnico com severidade Alta

- Penalidade: Glosa de 5% (cinco por cento) do valor da parcela mensal do item.

4.5.23.4 Atraso na resolução de chamados de suporte técnico com severidade Crítica

- Penalidade: Glosa de 10% (dez por cento) do valor da parcela mensal do item.

4.6 Recebimento do Objeto

4.6.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, pelo(s) fiscal(is) do contrato, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (art. 140, inciso I, "a", da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

4.6.2 O prazo de que trata o subitem anterior será contado do recebimento de comunicação escrita da Contratada com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

4.6.3 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o(s) fiscal(is) do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

4.6.4 A análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços referida no subitem anterior poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à Contratada, circunstância que deverá ser registrada pelo(s) fiscal(is) em relatório(s) a ser encaminhado ao gestor do Contrato.

4.6.5 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados (art. 119, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

4.6.6 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas durante o recebimento provisório.

4.6.7 O recebimento provisório estará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

4.6.8 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades. (art. 140, §1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

4.6.9 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado de recebimento provisório deverá conter o registro, a análise e a conclusão sobre todas as ocorrências na execução do contrato, acompanhado dos demais documentos que julgar necessários, encaminhando-o ao servidor ou comissão designada pela autoridade competente para recebimento definitivo.

4.6.10 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo aos seguintes procedimentos (art. 140, inciso I, "b" da Lei Federal nº 14.133, de 2021):

- a) Emissão de documento comprobatório da avaliação realizada pelo(s) fiscal(is) sobre o cumprimento de obrigações assumidas pela Contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;
- b) Análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicação das cláusulas contratuais correspondentes, solicitando à Contratada por escrito, as respectivas correções;
- c) Emissão de termo detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços, com base nos relatórios elaborados e documentações apresentadas;
- d) Comunicação à Contratada para emissão de nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s), com o valor exato dimensionado pela fiscalização;
- e) Envio da documentação correspondente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão; e
- f) No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, a Contratada deverá ser comunicada para emissão de nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) relativamente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento (art. 143, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

4.6.11 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela Contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s).

4.6.12 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do Contrato (art. 140, §2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

4.7 Liquidação



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

4.7.1 Recebida(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s), a Administração, no prazo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por até 10 (dez) dias úteis, adotará, na forma desse subitem, as providências para fins de liquidação da despesa.

4.7.2 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) apresentado(s) pela Contratada expressa(m) os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: a) o prazo de validade; b) a data da emissão; c) os dados do contrato e do Contratante; d) o período respectivo de execução do contrato; e) o valor a pagar; e f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

4.7.3 Havendo erro na apresentação da(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s), ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus para o Contratante.

4.7.4 A(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) deverá(ão) ser obrigatoriamente acompanhado(s) da comprovação da regularidade fiscal da Contratada mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação de habilitação fiscal, social e trabalhista, na forma exigida neste Termo de Referência.

4.8 Prazo para Pagamento

4.8.1 O pagamento será efetuado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme subitem anterior.

4.8.2 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços - INPC do IBGE, *pro rata tempore*.

4.9 Forma de Pagamento

4.9.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária ou crédito em conta da Contratada aberta em instituição financeira contratada pela Contratante.

4.9.2 Optando a Contratada por receber os créditos em instituição financeira diversa da indicada neste subitem anterior, deverá arcar com os custos de transferências bancárias, os quais serão deduzidos dos pagamentos devidos.

4.9.3 A(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) deverá(ao) atender as exigências legais pertinentes aos tributos e encargos relacionados com a obrigação, sujeitando-se às retenções tributárias previstas em lei, e, as situações específicas, à adoção da forma eletrônica.

4.9.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na proposta de preço, serão retidos na fonte, por ocasião da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente, quando houver.

4.9.5 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, estando o pagamento condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE

5.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

- Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação, sendo o IPCA;
- No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

CLÁUSULA SEXTA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO–FINANCEIRO

Caso o CONTRATADO requeira reequilíbrio econômico–financeiro do contrato, fica o CONTRATANTE obrigado a responder em até 60 (sessenta) dias, da data do requerimento ou da data em que forem apresentados todos os documentos necessários à apreciação do pedido.

CLÁUSULA SÉTIMA – FORMA DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

7.1 Condições de execução

7.1.1 Serviços a serem executados pela Contratada

- a) Projeto Executivo: Elaboração de projeto técnico detalhado para implantação da solução, conforme parâmetros deste Termo de Referência, topologia de rede, cronograma e lista de equipamentos;
- b) Implantação das Soluções: Instalação e configuração de todos os equipamentos, softwares e integrações necessárias para operação plena da solução, incluindo testes de aceitação;
- c) Suporte Técnico: Atendimento de incidentes e resolução de problemas técnicos relacionados à solução fornecida, de forma remota ou presencial, conforme criticidade e SLAs estabelecidos; e
- d) Treinamento: Capacitação de até 8 colaboradores do Contratante, abrangendo operação, manutenção, geração de relatórios e uso das funcionalidades da solução.

7.1.2 Exigências Técnicas e Operacionais

7.1.2.1 Sempre antes de qualquer serviço, a Contratada deve efetuar vistoria técnica no local para análise dos detalhes técnicos para execução dos serviços solicitados e, ocorrendo dúvidas, a Contratante deve ser acionada para os devidos esclarecimentos.

7.1.2.2 A vistoria técnica referida no item anterior deve ser agendada previamente pela Contratada, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência junto à Contratante.

7.1.2.3 Ao final de cada intervenção, a Contratada deve entrar em contato com a Contratante para que esta proceda com a homologação dos serviços realizados.

7.1.2.4 Os serviços de instalação e manutenção não deverão obstruir o andamento das rotinas de trabalho dos ambientes objetos de intervenção. Quando da intervenção nestes ambientes será de responsabilidade da Contratada a recomposição total dos mesmos, deixando os locais totalmente limpos e arrumados, inclusive com relação a algum dano a eles causado quando da execução dos serviços.

7.1.2.5 Quando da execução dos serviços, os locais de trabalho deverão ser mantidos desobstruídos e bem-sinalizados, quando for o caso, de maneira a não comprometer a segurança daqueles que ali trafegam.

7.1.2.6 Após a execução dos serviços, as áreas deverão ser mantidas limpas, retirando-se toda e qualquer impureza e sobras de materiais.

7.1.2.7 Para facilitar os procedimentos da Contratante, a Contratada deve apresentar planilhas específicas, para cada local que foi objeto de intervenção, constando relação detalhada dos produtos efetivamente instalados, dos desempenhos esperados e especificação dos procedimentos técnicos e, se couber, dos instrumentos usualmente adotados para se efetuar os testes.

7.1.2.8 A recusa da aceitação dos serviços deve ser feita por escrito e conterá os elementos que motivaram a sua determinação. Assim, elencará os produtos ou serviços que estão em desacordo com as especificações e/ou os defeitos apresentados. Diante disso, a Contratada se disporá a consertar, ajustar, substituir os produtos ou fazer os serviços apontados na correspondência da Contratante e no término, reapresentará o resultado.

7.1.2.9 Fica reservado à Contratante o direito de exigir, a qualquer tempo, durante a garantia do fornecimento do serviço contratado, a substituição de qualquer acessório, componente ou produto requerido e instalado, que não apresentar as características de desempenho e funcionalidade exigidas, ou venha a apresentar falhas intermitentes não sanadas pela CONTRATADA.



7.1.3 Serviço de Implantação das Soluções

7.1.3.1 Após a assinatura do contrato, deverá ser realizada uma reunião de alinhamento entre a Contratante e Contratada, para detalhamento das etapas de instalação, configuração, migração e demais itens referentes aos serviços contratados, seguindo o cronograma e as etapas descritas na tabela abaixo:

CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DAS SOLUÇÕES				
ID	Evento	Quando	Prazo	Quem
01	Assinatura do Contrato e publicação	Início	Não se aplica	Ambos
02	Reunião de Alinhamento	Após ID 01	Até 05 dias úteis	Ambos
03	Entrega do Projeto Executivo	Após ID 01	Até 10 dias úteis	Contratada
04	Formalização da Solicitação de Implantação	Início	Não se aplica	Ambos
05	Início das atividades de Implantação	Após ID 04	Até 30 dias úteis	Contratada
06	Documento de homologação da instalação dos equipamentos	Após ID 05	Até 03 dias úteis	Contratada
07	Recebimento definitivo relativo entregue, instalado e operando.	Após ID 06	Até 03 dias úteis	Contratante
08	Início dos Serviços	Após ID 07	Imediatamente	Contratada
09	Entrega do Relatório de Operação Mensal	Mensal após início	Até 5º dia útil do mês	Contratada
10	Aferição do Nível Mínimo de Serviço	Após ID 09	Até 02 dias úteis	Contratante
11	Pagamento dos serviços	Após ID 10	Até 08 dias úteis	Contratante

7.1.3.1.1 Durante a instalação, os profissionais da Contratada deverão informar todas as ações executadas para os profissionais indicados pela Contratante.

7.1.3.1.2 Entende-se por instalação dos equipamentos: a montagem física e acessórios fornecidos, bem como a configuração lógica de todos os equipamentos e softwares envolvidos.

7.1.3.1.3 Entende-se por instalação dos softwares a disponibilização em pleno funcionamento, configurado e licenciado pelo prazo especificado no respectivo item do Termo de Referência.

7.1.3.1.4 Após a assinatura do instrumento contratual e até a entrega dos equipamentos, serão realizadas reuniões preparatórias, remotas ou presenciais, caso necessários, com a presença dos integrantes da equipe técnica da Contratada, da qual se lavrará ata para permitir o acompanhamento criterioso da execução do objeto.

7.1.4 Será apresentado o ambiente atual da Contratante, onde a Contratada deverá levantar todos os requisitos e configurações pertinentes à referida implantação.

7.1.5 Será apresentado pela Contratada o Plano de Instalação, contemplando o que será migrado, as funcionalidades que serão implementadas segundo o Termo de Referência.

7.1.6 O Plano de Instalação poderá ser recusado pela Contratante, devendo a Contratada realizar os ajustes definidos em reunião e reapresentá-los.

7.1.7 A Contratada, depois de concluído o serviço de instalação, deverá realizar, com acompanhamento dos técnicos da Contratante, testes de pré-operação para validar a referida instalação de acordo com o respectivo Plano.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

7.1.8 A documentação deverá ser emitida com timbre da Contratada e deverá conter nome, data e assinatura do técnico responsável da Contratada.

7.1.9 A documentação deverá ser entregue em meio digital (formatos PDF e DOCx).

7.1.10 A documentação deverá ser validada pela equipe técnica da Contratante, devendo ser ajustada pela Contratada caso seja solicitado.

7.1.11 Não haverá custos adicionais à Contratante para a realização das correções apontadas, sendo necessária a atualização da documentação, que foi entregue na etapa de instalação para que a Contratante realize nova homologação da solução, iniciando-se um novo prazo a ser acordado entre as partes para resolução definitiva das inconformidades identificadas.

7.1.12 No prazo de até 10 (dez) dias úteis após a aprovação da documentação pela Contratante, caracterizando a conclusão dos serviços de instalação, configuração e operação assistida, a Contratante emitirá o Termo de Homologação.

7.1.12 Serviço de Suporte Técnico

7.1.12.1 A Contratada deverá prestar suporte técnico durante todo o prazo de vigência contratual, com cobertura de atendimento a partir da data do recebimento em definitivo da solução pela Contratante.

7.1.12.2 Os chamados de suporte técnico deverão ser abertos por meio de central de abertura de chamados da Contratada, a partir de um número 0800 e ou número local e também por ambiente WEB, em regime de 24 (vinte e quatro) horas, durante 7 (sete) dias por semana, incluindo-se os dias úteis, feriados e finais de semana.

7.1.12.3 No momento de abertura do chamado, deverá ser fornecido à Contratante um número único de identificação, data e hora de abertura do chamado. Este será considerado o início para contagem dos prazos estabelecidos;

7.1.12.4 Todos os chamados, bem como as providências adotadas, deverão ser armazenados em sistema da Contratada para controle de chamados. O acesso a esse sistema deverá estar disponível à Contratante;

7.1.12.5 A Contratada deverá disponibilizar à Contratante o serviço de um gestor responsável pelo Contrato de Suporte, que será o ponto focal de todas as necessidades de suporte da Contratante para casos de escalonamentos ou problemas de atendimento do Suporte Técnico.

7.1.12.6 A Contratada deve disponibilizar acesso ao ambiente WEB do fabricante para download de arquivos e drivers.

7.1.12.7 Todo serviço de suporte deve ser realizado por profissional certificado pelo fabricante.

7.1.13 Local e horário da prestação dos serviços

7.1.13.1 Os serviços serão prestados na sede da Contratante.

7.1.13.2 Nos casos em que a Contratante entender que a execução remota não gera prejuízo ao andamento dos trabalhos, poderá autorizar a prestação de parte dos serviços fora das suas instalações.

7.1.13.3 Para a prestação de serviços não presenciais a Contratada deverá disponibilizar recursos tecnológicos para teleconferência ou videoconferência de mercado, compatíveis com a infraestrutura tecnológica e os padrões de segurança da Contratante, que viabilizem o acompanhamento da execução dos serviços.

7.1.13.4 A execução dos serviços de implantação e treinamento obedecerá ao cronograma definido pela Contratante, inclusive quanto às datas e horários pactuados.

7.1.13.5 Procedimentos de transição e finalização do contrato e de transferência de conhecimento



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

7.1.13.6 A Contratada deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do Contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

7.1.14 Formas de Pagamento

7.1.14.1 Os critérios de medição e pagamento dos serviços prestados serão tratados em tópico próprio do Modelo de Gestão do Contrato.

7.1.15 Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

7.1.15.1 A Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

7.1.15.2 O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal da Contratada, encontra-se no Anexo IV do termo de referência.

CLÁUSULA OITAVA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

8.1 30.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133, de 2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (art. 115, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (art. 115, §5º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

8.3 O impedimento a que se refere o subitem anterior, total ou parcial, da execução do contrato por fato ou ato de terceiro, deve ser reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência.

8.4 As comunicações entre o órgão ou entidade e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade.

8.5 O órgão ou entidade poderá convocar representante da Contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (art. 117, caput, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

8.7 Compete ao(s) fiscal(is) do contrato ou ao(s) seu(s) substituto(s):

- a) Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à sua execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- b) Emitir notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção, quando identificar qualquer inexatidão ou irregularidade;
- c) Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;
- d) Informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- e) Comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;
- f) Fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- g) Comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, data(s) do término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual;
- h) Acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário; e
- i) Atuar tempestivamente na solução do problema, caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, reportando o fato ao gestor do contrato para que adote as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

8.8 Sem prejuízo das obrigações de que tratam os demais subitens deste item 7.6, o fiscal do contrato deverá verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital e identificar possível razão que, nos termos dos §§4º e 5º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e art. 48 da Lei nº 14.634, de 2023, impeça a Contratada de licitar e contratar.

8.9 Constatando-se a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua intimação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua justificativa.

8.10 O prazo de que trata o subitem anterior poderá ser prorrogado uma vez, por até 05 (cinco) dias úteis, a critério do Contratante.

30.11 Não havendo regularização ou não aceita a justificativa apresentada, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à apuração dos fatos nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

8.12 Compete ao gestor do contrato ou ao seu substituto:

- a) Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;
- b) Coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;
- c) Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- d) Coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;
- e) Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo(s) fiscal(is) quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela Contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações; e
- f) Adotar providências para a formalização de processo administrativo sancionatório para fins de aplicação de sanções.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

9.1 O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, prorrogável até atingir o limite de 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à Contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato.
- b) Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual.
- c) Reparar quaisquer danos diretamente causados à Contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela Contratante.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- d) Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela Contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão.
- e) Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação.
- f) Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC.
- g) Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato.
- h) Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração.
- i) Fazer a transição contratual, quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- a) Nomear Gestor e Fiscais Técnicos, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos.
- b) Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência.
- c) Receber o objeto fornecido pelo contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas.
- d) Aplicar à Contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável.
- e) Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à Contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato.
- f) Comunicar à Contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC.
- g) Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável.
- h) Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 As despesas decorrentes da contratação correrão à conta da dotação orçamentária concernente aos órgãos ou entidades contratantes, devendo cada contratação ser precedida da emissão da declaração de compatibilidade com a LRF.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Órgão: 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade Orçamentária: 0600 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Função: 04 Administração

SubFunção: 122 Administração Geral

Programa: 0002 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER EXECUTIVO

Ação: 1176 QUALIFICAÇÃO DAS INSTALAÇÕES – EQUIPAMENTOS, MOBILIÁRIOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Natureza de Despesas: 33903900 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS / 44905200 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

SubElementos: 33903947 – SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO EM GERAL / 44905235 – MATERIAL DE TIC (PERMANENTE)

Fonte: 15000000



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

Centro de Custo:

Base Legal: 205 Pregão – Art. 29 Lei 14.133/2021

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORÇA MAIOR E CASO FORTUITO

14.1 Os motivos de força maior ou caso fortuito que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do Contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior e caso fortuito poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO

15.1 É facultado ao CONTRATANTE suspender a execução do Contrato e a contagem dos prazos mediante justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- a) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima do Termo, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei); impedido o responsável de licitar ou contratar com o Município pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima do Termo, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º (art. 156, §5º, da Lei), impedido o responsável de licitar ou contratar com o Município pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;
- d) **Multa**:
 - (1) moratória de 0,5 % (cinco décimos por cento) por dia de atraso na execução do contrato, tomando por base o valor do contrato;
 - (2) multa de 2% (dois por cento) a partir do 16º (decimo sexto) dia, até o 30º dia de atraso;
 - (3) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

16.3. A aplicação das sanções previstas no Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado a Contratante (art. 156, §9º);

16.4. Todas as sanções previstas no Termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º):

16.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157);



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- 16.4.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º);
- 16.4.3.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 16.5.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;
- 16.6.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para a Contratante;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 16.7.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);
- 16.8.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160);
- 16.9.** A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161);
- 16.10.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – RECURSOS

A CONTRATADA poderá apresentar:

- (a) **Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da intimação da aplicação das penalidades estabelecidas nas alíneas “i”, “ii”, e “iv” da Cláusula anterior;
- (b) **Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **3 (três) dias úteis** contados da intimação da extinção do contrato quando promovido por ato unilateral e escrito da Administração;
- (c) **Pedido de Reconsideração** no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da ciência da aplicação da penalidade estabelecida na alínea “iii” do caput da Cláusula anterior;

Parágrafo Único – Os recursos a que aludem as alíneas “a” e “b” do caput da presente Cláusula serão dirigidos à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar a decisão recorrida, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior para decisão.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – EXTINÇÃO

O CONTRATANTE poderá extinguir administrativamente o Contrato, por ato unilateral, na ocorrência das hipóteses previstas no art. 137, incisos I a IX, da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante decisão fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e observado o art. 138, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Primeiro – A extinção operará seus efeitos a partir da publicação do ato administrativo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Parágrafo Segundo – Extinto o Contrato, a CONTRATANTE assumirá imediatamente o seu objeto no local e no estado em que a sua execução se encontrar.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de extinção por culpa da contratada, a CONTRATADA, além das demais sanções cabíveis, ficará sujeita à multa de até 20% (vinte por cento) calculada sobre o saldo reajustado do Contrato, ou, ainda, sobre o valor do Contrato, conforme o caso, na forma da Cláusula Terceira e da Cláusula Décima Sexta, caput, alínea “c”, deste Contrato.

Parágrafo Quarto – A multa referida no parágrafo anterior não tem caráter compensatório e será descontada do valor da garantia. Se a garantia for insuficiente, o débito remanescente, inclusive o decorrente de penalidades anteriormente aplicadas, poderá ser compensado com eventuais créditos devidos pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Quinto – Nos casos de extinção com culpa exclusiva da CONTRATANTE, deverão ser promovidos:

- (a) a devolução da garantia;
- (b) os pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da extinção;
- (c) o pagamento do custo de desmobilização, caso haja;
- (d) o ressarcimento dos prejuízos comprovadamente sofridos.

Parágrafo Sexto – Na hipótese de extinção do Contrato por culpa da CONTRATADA, esta somente terá direito ao valor das faturas relativas às parcelas do objeto efetivamente adimplidas até a data da rescisão do Contrato, após a compensação prevista no parágrafo quarto desta Cláusula.

Parágrafo Sétimo – No caso de extinção amigável, esta será reduzida a termo, tendo a CONTRATADA direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato, conforme atestado em laudo da comissão especial designada para esse fim e à devolução da garantia.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – SUBCONTRATAÇÃO

19.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual

CLÁUSULA VIGÉSIMA – FORO

20.1 Fica eleito o Foro da Comarca do Município de LAURO DE FREITAS/BA para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – PUBLICAÇÃO

21.1 O CONTRATANTE promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, às expensas da CONTRATADA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES FINAIS

a) Fazem parte do presente contrato as prerrogativas constantes do art. 104 da Lei Federal nº 14.133/2021.

b) Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no CONTRATANTE.

E por estarem justos e acordados, assinam o presente em _____ (_____) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

LAURO DE FREITAS/BA, _____ de _____ de _____.

Agente Público competente do órgão ou entidade contratante
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Representante Legal da Empresa contratada
(Nome, cargo e carimbo da empresa)



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

Testemunha

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Testemunha

(Nome, cargo, matrícula e lotação)